REVISTA

DO

INSTITUTO ARCHEOLOGICO

E

GEOGRAPHICO PERNAMBUCANO



N. 48

8 DE JANEIRO DE 1896



RECIFE

LIVRARIA E TYP. DE F. P. BOULITREAU

1896

Mesa administrativa do Instituto

PRESIDENTE

Desembargador Manoel Clementino Carneiro da Cunha.

1.° VICE-PRESIDENTE

Dr. Cicero Odon Peregrino da Silva.

2.° VICE-PRESIDENTE

Desembargador Adelino Antonio de Luna Freire.

3.° VICE-PRESIDENTE

Conselheiro João José Pinto Junior.

1.° SECRETARIO

Dr. João Baptista Regueira Costa.

2.° SECRETARIO

Major José Domingues Codeceira.

SUPPLENTES

Dr. Francisco Augusto Pereira da Costa.
Augusto Cesar da Cunha.

ORADORES

Dr. José Isidoro Martins Junior.
Dr. Clovis Bevilaqua.

THESOUREIRO

Dr. Manoel Gomes de Mattos.

COMMISSÃO DE CONTAS

Dr. Manoel Cicero Peregrino da Silva.
Dr. Joaquim Antonio de Castro Loureiro.
Dr. José Lopes Pessoa da Costa.

COMMISSÃO DE REDACÇÃO

Dr. João Baptista Regueira Costa.
Dr. Cicero Odon Peregrino da Silva.
Desembargador Adelino Antonio de Luna Freire.
Dr. Francisco Augusto Pereira da Costa.

DONATARIOS DE PERNAMBUCO

E

Governadores seus loco-tenentes

I

Duarte Coelho, primeiro donatario de Pernambuco. Governou de 1535 a 1554.

Absorto Portugal nos negocios da India, que immediatamente proporcionava-lhe avultados cabedaes e grandes riquezas, que o elevaram ao maior auge de esplendor e de grandeza, não ligou por muitos annos importancia alguma ao facto da descoberta do Brazil, por se haver verificado não existir aqui ouro, prata, pedras preciosas e especiarias, como no Oriente, cujos productos, facil e abundantemente lhe fornecia o commercio que mantinha com os paizes daquelle continente.

Quando o Brazil jazia assim abandonado pelos portuguezes, que até mesmo mandaram arrancar as plantas preciosas que espontaneamente vegetavam, com o intuito de não enfraquecer o commercio das Indias, outros povos procuravam estudar as suas condições, fundaram alguns estabelecimentos, e em franca alliança com os indigenas, começaram a explorar as riquezas naturaes do paiz e a exercer a sua actividade commercial.

Instruido o governo portuguez de todos esses factos, e conhecendo então a importancia do Brazil, resolveu cuidar da sua conquista e colonisação, e para isso dividiu esta vasta região em capitanias hereditarias, concedendo-as a titulo de senhorios a alguns dos seus mais

illustres vassallos, cabendo a capitania de Pernambuco a Duarte Coelho, fidalgo da casa real, cujos serviços, patriotismo e valor, tanto illustraram o nome portuguez nas Indias.

Duarte Coelho nasceu na provincia Entre Douro e Minho, em fins do seculo XV. Era filho de Gonçalo Pires Coelho, e neto paterno de Martim Coelho, senhor de Filgueiras, aio do infante D. Pedro, e de sua mulher D. Joanna de Azevedo ; era, portanto, oriundo da antiga e nobilissima linhagem portugueza dos Coelhos.

Bem joven ainda alistou-se Duarte Coelho no serviço da marinha, e já em 1509 partia para a Asia na armada de D. Fernando Coutinho. Regressando annos depois á Portugal, partiu de novo para as Indias em 1516, fazendo parte daquella briosa phalange, que ao mando de Fernão Peres de Andrade, destinava-se ao descobrimento da China.

A expedição fez a sua derrota por Pacem, onde recebeu um carregamento de pimenta e outras mercadorias, e depois por Bengala e costa de Pegú. Em 12 de agosto partiu para Malaca e em meados de setembro chegou a vista da Cochinchina, onde um grande temporal a fez arribar ás costas do reino de Choampa.

De toda a esquadra, somente o junco em que navegava Coelho foi ao rio de Menan, que corre perto do reino de Sião, onde invernou : e proseguindo as suas explorações, descobriu o reino da Cochinchina, deixando em memoria d'isso um padrão com as armas reaes portuguezas, em que inscreveu o seu nome e a data da descoberta.

Depois seguiu Coelho a se encontrar com a armada, e a foi esperar no porto de Taman.

Nesta derrota encontrou elle uma grande armada de corsarios chins, e apezar de dispor sómente do seu navio animosamente combateu e viu-se livre do perigo em que se achou.

Poucos annos depois volta de novo Duarte Coelho, a proseguir as mesmas descobertas ; em junho de 1521 chega ao porto da provincia de Cantão, e achando os portuguezes cercados pelos chins, dispondo apenas de

cinco navios, investe contra o Itaó, capitão-mór do mar, com cincoenta velas, e o bate completamente.

Em 8 de setembro d'aquelle mesmo anno foi Coelho fortemente atacado pelos inimigos, e sendo a victoria propicia ás suas armas, volta em outubro a Malaca, e em acção de graças funda uma egreja dedicada a Nossa Senhora.

Onde, porém, Duarte Coelho obrou os maiores prodigios de valor e immortalisou o seu nome, foi na celebre tomada de Bintão, por cujo feito, e tantos outros em que tomou parte com muita distincção, grandes applausos e louvores mereceu de Couto e Barros em suas Decadas.

A armada destinada a essa conquista, constava de desenove velas, sob o commando de Pedro Mascarenhas. Foi ella surgir em frente á barra de Bintão, e pelas difficuldades que encontrou, foi necessario sondar todo o canal da bahia; e essa difficil e arriscada missão, foi confiada a Duarte Coelho.

Oito dias depois da chegada dos portuguezes, appareceu uma esquadra de trinta e tres lanchas, que o rei de Pam mandava em socorro da cidade, com perto de dois mil homens de guerra; e ainda desta vez, foi Coelho incumbido pelos seus chefes de batel-a em mar largo, para o que seguiu em ordem de batalha com a sua fusta, quatro lanchas e cinco calaluzes.

Duarte Coelho, refere Couto nas suas Decadas, que era muito cavalheiro; tomando o remo em punho, foi demandar os inimigos, e chegando a tiro de berço, lhes deu uma salva de bombardas, com o qu lhes desapparelhou algumas lanchas. Vendo os inimigos a determinação dos nossos, posto que elles estivessem em maiores vantagens, tanto em numero de embarcações como de combatentes, desampararam o posto, depois de uma renhida lucta. Coelho vendo-os fugir em debandada, foi os perseguindo, até que os desbaratou completamente.

Depois passou-se elle ao reino de Pam, conquistou-o e o fez tributario de Portugal.

Não foi sómente como soldado e marinheiro que

Duarte Coelho prestou grandes e valiosos serviços á corôa portugueza nas Indias, mas sim tambem, como diplomata; e entre outras embaixadas de que foi encarregado, nota-se a de Sião, de cujo rei obteve a paz, e o livre commercio com Portugal, em memoria do que levantou um padrão com as quinas portuguezas na costa de Hodéa.

Esta missão, que teve logar no anno de 1522, fez elle em companhia de Antonio de Miranda e Azevedo, por mando do celebre Affonso de Albuquerque. Na India, serviu tambem sob o governo de D. Henrique de Menezes, e Lopo Soares de Albergaria, no reinado de D. Manoel.

Depois desta serie não interrompida de gloriosos trabalhos na Asia, que comprehendem vinte longos annos, de 1509 a 1529, regressou Duarte Coelho para Portugal.

Em 1532 lhe foi confiado o commando de uma esquadra destinada ao cruzeiro da costa de Malagueta, e em meados do anno seguinte partiu com sete velas para a Ilha Terceira, com a incumbencia do cruzeiro dos Açores, donde regressou no mesmo anno, para Lisboa, em companhia de Martim Affonso de Souza, que voltava do Brazil.

Por esse tempo, como vimos, sendo já conhecida a importancia do Brazil, resolveu D. João III dividir o seu immenso territorio em capitanias hereditarias, as quaes concedeu áquelles de seus vassallos que mais se recommandavam pelos seus serviços e honrosos precedentes; e Duarte Coelho, que havia sido um dos mais illustres capitães das conquistas das Indias, foi recompensado com a doação das terras de Pernambuco, cuja carta foi lavrada em Evora aos 10 de março de 1534, e o foral em 24 de setembro do mesmo anno.

Obtendo a demissão do posto que occupára na armada, partiu Duarte Coelho do porto de Lisboa com uma frota apresentada á sua custa, trazendo em sua companhia sua esposa D. Brites de Albuquerque, seu cunhado Jeronymo de Albuquerque, varias familias e o pessoal necessario para a fundação da colonia, e munido de todo o

material preciso, obtendo para aquelles objectos que mandou vir do estrangeiro, isenção de direitos por alvará de 2 de outubro de 1534.

Em 9 de março de 1535 fundeou a armada no porto de Itamaracá e Duarte Coelho saltou com toda a sua gente nas margens do rio Iguarassú, no sitio denominado Marcos, limite das suas terras com as de Itamaracá, e se recolheu a uma fortaleza de madeira que alli havia, para guardar a feitoria de páo-brazil que existia, como refere frei Vicente do Salvador na sua Historia do Brazil.

Coelho funda a villa de Iguarassú, a pouca distancia do sitio dos Marcos, faz alliança com a tribu dos indios Tabayares, e parte para o sul, por terra, em procura de um local que offerecesse maiores vantangens para o estabelecimento da colonia, quando descobre uma vistosa cadeia de collinas, cujo extremo oriental cahia sobre o mar, e onde campeava uma aldeia de indios Cahetés, a que davam o nome de Marim.

Era Olinda, nome que lhe foi imposto pela acclamação geral ante a belleza e esplendor do panorama; Coelho expelle os indios e apodera-se do local, não sem grandes difficuldades, porque na phrase do historiador Rocha Pita, arrancou elle aos indios as pollegadas o que lhe fôra concedido as leguas.

Estava fundada, pois, a sede do governo e capitania de Pernambuco, a villa de Olinda, a sua velha capital.

Coelho occupou aquella eminencia comprehendida hoje entre as egrejas da Misericordia e cathedral, chamada outr'ora Rua Nova, e hoje do Bispo Coutinho; levantou as primeiras habitações e um castello, á maneira das torres de menagem dos solares da edade media com as demais obras de fortificação para se defender dos ataques dos indios.

Dois annos depois já estava organisada toda a governança do paiz e em 12 de março de 1537, firmava Coelho o foral da camara do senado de Olinda, concedendo-lhe os competentes bens patrimoniaes.

Coelho luctou immenso para firmar não só a posse de Olinda, como tambem de todo o territorio que com-

prehendia o termo da sua doação, e teria mesmo succumbido, se não fosse elle um homem superior, e a alliança que firmou com os indios Tabayares, que tinhão á sua frente o valente Tabyra, que tão bons serviços prestou á causa da civilisação.

Afugentado o inimigo, que tanto se temia dos effeitos das armas de fogo de que dispunham os portuguezes, cessaram as fadigas, trabalhos e sobresaltos dos novos povoadores ; e então volveram toda a sua actividade para o serviço dos novos estabelecimentos da colonia ; começou ella a desenvolver-se e prosperar e em pouco tempo apresentava os germens da proxima grandeza e esplendor da *Nova Lusitania*, nome imposto por elle ás suas terras de Pernambuco. Em breve tempo, diz frei Raphael de Jesus, se achava a villa com 700 visinhos. A terra foi correspondendo com os fructos á esperança com que a beneficiaram os moradores, e o commercio foi engrossando ao passo que crescia a noticia das muitas e utilissimas drogas que havia nella.

Coelho trabalhára sem tregoas e sem descanço,e por sua actividade e diligencias, viu uma immigração constante de familias nobres de Portugal, que expontaneamente, ou convidadas por elle, vinham explorar as suas terras, attrahidas pelo prospero futuro que visavam, pela fertilidade do seu uberrimo solo, amenidade do clima, e mais que tudo, pela garantia que inspirava o donatario ás suas emprezas.

Coelho promoveu o casamento dos primeiros colonos com as indias, com o fim de desenvolver a população, assim como com outros que successivamente mandava vir não só de Portugal, como tambem das Canarias e de Galiza, aos quaes concedia terras e facilitava os meios de vida e de riqueza.

Para regularisar o serviço de colonisação, creou um livro de tombo das terras, no qual se registravam todas as sesmarias que foi concedendo ; e um outro de alistamento e inscripção dos colonos estabelecidos na capitania, de sorte que deu-lhe um principio de estatistica utilissimo á administração que elle plantou e desenvolveu systematicamente e com a melhor ordem.

Quando o donatario envidava todos os seus esforços para colonisar as suas terras com gente escolhida e moralisada, a metropole, porém, graças á sua legislação, enviava para o Brazil, convertido como que em colonia penitenciaria, os condemnados á degredo por todos os crimes. Em vão clamava elle nas constantes cartas que escrevia ao rei, mas não era attendido; e ao contrario, o rigor com que os tratava, incitava o governo á mandal-os de preferencia para aqui.

Firmada, pois, a paz e regularisada a marcha dos negocios da colonia, desenvolvendo-se a agricultura e a industria, resolveu Duarte Coelho ir a Portugal tratar de sérios negocios e entabolar contractos com alguns ricos commerciantes para a construcção de obras necessarias ao desenvolvimento da industria assucareira, assim como dos meios precisos ao descobrimento e exploração do rio S. Francisco.

Em fins de 1541 já estava elle de volta em Pernambuco, e mais efficaz impulso imprime então aos trabalhos e desenvolvimento da sua Nova Lusitania.

Desenvolveu-se a cultura do assucar, do algodão e cereaes, e em pouco tempo remettia Coelho para o soberano, amostras dos seus melhores assucares, não só fabricados no engenho que levantou nas immediações de Olinda, como nos que levantaram seu cunhado Jeronymo de Albuquerque e outros colonos.

Ao passo que desenvolvia-se o trabalho agricola da capitania, desenvolvia-se tambem o commercio, tanto local, como pelo littoral do paiz, para animação do qual mandou Coelho levantar estaleiros para a construcção de caravelões e lanchas para o transporte de mercadorias.

Em 1553, parte de novo Duarte Coelho para Portugal, levando comsigo seus dois filhos Duarte e Jorge de Albuquerque, deixando o governo da capitania entregue a seu cunhado Jeronymo de Albuquerque, em companhia de sua consorte; porém mal recebido pelo rei, recolhe-se á sua casa ralado de dissabores, adoece e poucos dias depois fallece victima da ingratidão daquelle a quem tanto havia servido! D. João III exprimiu o senti-

mento que lhe causára a noticia da morte do illustre donatario de Pernambuco, dizendo ao seu parente Affonso de Albuquerque que apparecêra de luto no paço: *Pesa-me muito ser morto Duarte Coelho, porque era muito bom cavalheiro !*

Duarte Coelho falleceu em Lisboa, sem duvida nos primeiros mezes do anno de 1554, porquanto, por carta regia de 10 de maio, confirmára D. João III na pessoa de seu filho primogenito Duarte Coelho de Albuquerque, a doação da capitania de Pernambuco, que tinha feito a seu fallecido pae em 1534.

Duarte Coelho, na phrase de um escriptor, serviu á colonisação e á civilisação de Pernambuco immensamente mais do que todos os outros donatarios. Adoptou o Brazil por patria, dedicando-se exclusivamente á sua capitania, deixando nella plantada sua nobre e gloriosa familia, conservando-se portuguez pela obediencia e lealdade ao soberano; mas identificando-se com o Brazil, e sendo todo inteiramente brazileiro pelo mais legitimo interesse—o do cuidado e florescimento de sua capitania--, pela maior gloria do seu nome, pelo berço de seus filhos e pelas raizes do futuro de sua familia.

Homem superior, energico e altivo, ninguem mais do que elle soube presar os seus fóros e direitos, e ainda mesmo dirigindo-se ao soberano, ostentava essa sobranceria propria dos homens que sabem respeitar os seus superiores, mas que não sabem curvar-se nem humilhar-se ante os seus caprichos. As cartas que constantemente dirigia ao rei, são attestados solemnes de tudo isso, especialmente aquellas em que impugnava a remessa de degredados e propugnava pelos direitos e prerogativas que lhe foram outorgadas na carta de doação e foral da sua capitania.

Já em 1551, á proposito da opposição que fez á entrada de magistrados á tomar contas de negocios de Pernambuco, dizia Thomé de Souza, governador geral do Brazil em carta dirigida ao rei em 18 de junho: «Os donatarios do Brazil merecem muita honra e mercê de Vossa Alteza e mais que todos Duarte Coelho, mas não deixar ir vossas justiças ás suas terras parece-me

grande deserviço a Deus e de consciencia identificadamente de vossas rendas».

Duarte Coelho deixou dois filhos, ambos nascidos em Pernambuco, Duarte e Jorge Coelho de Albuquerque, tão illustres e tão distinctos como o seu benemerito progenitor.

Fidalgo da casa real, uma das maiores honras que se conferiam nesses tempos, D. João III attendendo ainda aos serviços de Duarte Coelho, especialmente nas guerras e conquistas das Indias, concedeu-lhe nova mercê de carta de brazão d'armas, lavrada em Evora aos 6 de julho de 1545, cujos fóros estendiam-se aos seus descendentes, com todas as honras e privilegios de fidalgo.

O brazão consta de um escudo de campo de ouro, e um leão de purpura passante, e uma cruz de sua cor firmada em pé de verde, e um chefe de prata com cinco estrellas de vermelho afogueadas de ouro, e uma bordadura azul com cinco castellos de prata cobertos com as portas e frestas lavradas de preto; elmo de prata aberto guarnecido de ouro, paquife de ouro e purpura, e por timbre o mesmo leão. Estas armas, segundo Manoel Severino de Faria nas suas *Noticias de Portugal*, tem a seguinte significação: A cruz representa o seu solar e senhorio de Pernambuco nas terras da Santa Cruz; as cinco estrellas significam o cruzeiro do Polo Antartico, por estar o Brazil no outro hemispherio; o leão, o valor com que se houve na conquista desta capitania de Pernambuco, e os cinco castellos por serem proprios dos Coelhos e por outras tantas povoações que nesta mesma capitania fundára.

II

Duarte Coelho de Albuquerque, 2.° donatario.

Nasceu em Olinda no anno de 1537.

Filho do primeiro donatario Duarte Coelho e de sua consorte D. Brites de Albuquerque, herdou, na qualidade de primogenito, a capitania de Pernambuco, como consta da carta regia de 10 de maio de 1551, confer-

mando em sua pessoa a doação que fôra feita á seu pae em 1554; e se achando sua mãe no governo da mesma capitania, desde que Duarte Coelho partira para Portugal, continuou d'aquella data em diante a dirigil-a em nome de seu filho, durante a sua menoridade.

Bem joven ainda seguiu Duarte Coelho para Portugal, em companhia de seu pae, afim de receber uma culta e esmerada educação, em vista da falta de recursos de que então se sentia a nascente colonia de Pernambuco, e permanecendo em Lisbôa, só regressou a Pernambuco annos depois, quando os seus serviços foram reclamados em vista da sublevação dos indios, que ameaçavam anniquilar a florescente colonia.

Ordenando-lhe a rainha D. Catharina que partisse immediatamente a tomar conta do governo da sua capitania, attendendo que nas debeis mãos de uma senhora não havia a energia e disposição necessarias para domar os selvagens, embarcou Duarte Coelho, em companhia de seu irmão Jorge de Albuquerque, que tambem se achava em Portugal, trazendo algumas forças e munições de guerra.

Recebendo o governo das mãos de sua mãe em 1560, convoca logo um conselho das principaes pessoas de Olinda, assim como os padres jesuitas, ficando assentado entre outras medidas que se tomaram, que Duarte de Albuquerque ficasse incumbido do governo civil da capitania e seu irmão Jorge de Albuquerque do militar, para dirigir a guerra e conquista dos indios. Postos em acção todos os recursos de que se podia dispôr, partiram os expedicionarios com tanto ardor e fizeram tão cruenta guerra, que em breve tempo estava a colonia livre de seus implacaveis inimigos, e cinco annos depois toda a costa e o interior do paiz, vantagens estas que uma vez ganhas nunca mais se perderam.

Para o estabelecimento da capitania, trabalhára immenso e despendera avultadissimas quantias o seu primeiro donatario; mas fôra bem empregado todo aquelle serviço e dinheiro, porquanto sómente da renda dos engenhos de assucar e das pescarias, percebia então seu filho para mais de dez mil cruzados. Como diz Sou-

ther, continha Olinda por esse tempo, 700 familias, não contadas as casas dispersas nem os engenhos, cada um dos quaes tinha de 20 a 30 moradores. Podiam se pôr em campo tres mil homens, dos quaes quatrocentos de cavallos. Quatro a cinco mil escravos africanos, além dos indigenas, se empregavam no serviço agricola da capitania, onde já se contavam mais de cem mil colonos, cuja renda orçava de mil a cinco mil cruzados, além de alguns que a tinham de oito a dez mil. A educação da mocidade estava confiada aos padres jesuitas, que ensinavam em seu collegio, sumptuoso edificio, os elementos rudimentares de instrucção primaria, o latim e leitura sobre casuistica. Tambem aos seus cuidados, e proximo á Olinda, tinham elles uma aldeia de indios convertidos, que não contava menos de dez mil almas. Todos os annos vinham a Pernambuco 45 navios, pouco mais ou menos, a carregar assucar e páo-brazil, que era o da melhor qualidade, e o arrendamento ou imposto á corôa da sua exploração, andava por vinte mil cruzados.

Eis, pois, o estado da capitania no tempo do governo do seu segundo donatario Duarte Coelho de Albuquerque, cujo genio iniciativo e emprehendedor, tanto a fizera desenvolver e prosperar. A agricultura, auxiliada pelos braços e emprezas de uma grande corrente de immigração, que espontaneamente affluia para aqui, desenvolveu-se e progrediu rapidamente, nascendo, por conseguinte, um grande commercio pela troca dos productos, e crescendo prodigamente a população da capitania.

Mas o donatario não cuidava sómente do desenvolvimento material do paiz. A creação de um corpo de exercito, e a sua disciplina, mereceram-lhetambem particular cuidado; e foi assim que em 1567, fez partir uma expedição militar para o Rio de Janeiro, conforme as ordens recebidas do governo da metropole, para coadjuvar o governador Mem de Sá a expellir os francezes daquelle estado.

Por sua vez tambem, já havia sido Pernambuco invadido pelos francezes, que se apoderaram do Recife e fortificaram-se convenientemente. Mas Olinda, a capi-

tal de Pernambuco, na phrase de um escriptor, estava mui proxima do Recife, e Duarte Coelho de Albuquerque, segundo donatario, que a governava, tinha valor bastante e soldados aguerridos. Apenas, pois, os francezes se apoderaram do Recife, foram atacados tão rigorosamente, que não tiveram outro remedio senão embarcarem-se acceleradamente, e com bastante prejuizo.

No seu governo veiu a Pernambuco o doutor Antonio Salema, que foi depois governador do Rio de Janeiro, com uma alçada por ordem d'el-rei D. Sebastião, como refere Barbosa Machado, sem dizer, porém, qual o motivo de semelhante incumbencia.

Restabelecida a paz e a tranquillidade da colonia pelo internamento dos indios e pela expulsão dos francezes, e deixando a marcha dos trabalhos da colonia em prospero estado, passou as redeas da sua administração a D. Brites de Albuquerque, sua mãe, a quem para este fim dera plenos poderes em uma procuração que lhe passou em 22 de julho de 1572, cujo documento foi registrado no livro do tombo do mosteiro de S. Bento de Olinda, e seguiu para Portugal.

Governou, pois, o segundo donatario de Pernambuco, Duarte Coelho de Albuquerque, pessoalmente, de 1560 a 1572.

Publicado o decreto de D. Sebastião, em que chamava ás armas o povo portuguez para a expedição da Africa, afim de restabelecer no throno de Marrocos o seu alliado Muley Moamet, que havia sido deposto por seu avô Muley Abdelmelek, foi o donatario de Pernambuco um dos primeiros fidalgos portuguezes que se alistaram naquella briosa phalange cujo successo foi tão infeliz.

Preparada a expedição, sahiu barra fóra de Lisboa em 25 de junho de 1578, tendo levantado ancoras com cincoenta vasos de guerra, cinco galeras e um grande numero de transportes, conduzindo um exercito composto de quinze mil homens de infanteria e mil de cavallaria. Este exercito, fraco, composto em sua maior parte, de recrutas de diversas nações e de inexperientes moços fidalgos, continha em si mesmo o germen da sua ruina no rigoroso luxo que ostentava nos excessos dos

officiaes e na inexperiencia do seu chefe o joven rei D. Sebastião.

Chegando a esquadra a Tanger, salta o exercito e marcha sobre Ar i la, onde acampou. D'ahi, o contra o parecer dos officiaes generaes, D. Sebastião levantou o acampamento e marchou para Larache, pelo interior do paiz, deixando o littoral. Julgavam, pois, que o exercito inimigo estivesse em posição defensiva, e quando chegaram a Alcacer-kibir encontraram-no formidavel, e tão superior em disciplina e em numero ao portuguez, que contava quatro a seis mil homens, inclusive trinta e seis mil de cavallos. Encontraram-se, pois, os dois exercitos, em 4 de agosto de 1578: fere-se renhidissima e sanguinolenta batalha, e depois de um pelejar titanico o exercito portuguez é destroçado, morto o proprio rei e alastrados os campos de Alcacer-kibir por oito mil combatentes portuguezes, mortos na acção.

Duarte Coelho de Albuquerque, o primeiro pernambucano que illustrou o nome da patria, fóra da patria, foi um dos heroes, um dos bravos soldados desta mallograda campanha, uma das victimas do enthusiasmo e do amor da gloria. Elle lá ficou estendido ao lado dos seus amigos e companheiros de armas e infortunio, e cahiu morto, como assevera o juizo severo da historia, «*quando obrava prodigios de valor.*»

Duarte Coelho de Albuquerque morreu com quarenta e um annos de edade, solteiro e sem descendencia, passando por conseguinte a posse da capitania de Pernambuco a seu irmão Jorge de Albuquerque, que se achou á seu lado na mallograda jornada de Alcacer-kibir.

III

Jorge Coelho de Albuquerque, terceiro donatario.

Partindo para Portugal em 1572 o segundo donata-

rio, ficou regendo o governo da capitania, em seu nome, sua mãe D. Brites de Albuquerque, que por motivos que as chronicas do tempo não mencionam, entregou-o a seu filho Jorge de Albuquerque em 1573, o qual administrou a capitania em nome de seu irmão, até 1576.

Jorge de Albuquerque nasceu na villa de Olinda em 23 de abril de 1539.

Filho do primeiro donatario Duarte Coelho e sua mulher D. Brites de Albuquerque, seguiu a carreira militar, e fez a sua educação em Portugal, para onde seguiu ainda bem joven em companhia do seu pai.

Acompanhando seu irmão ao Brazil em 1550, quando a nascente colonia se viu fortemente hostilisada pelos indios, logo que chegou a Pernambuco foi nomeado capitão e general da guerra e conquista dos mesmos indios. Nessa campanha, que durou cinco longos annos, mas cujo resultado foi muito vantajoso, porque com a paz e a tranquillidade da colonia veiu o seu progresso e engrandecimento, Jorge de Albuquerque manteve a sua custa não só os seus escravos e familiares, como a todos que o acompanharam: repartiu egualmente os despojos da guerra, comprehendendo até mesmo os proprios indigenas prisioneiros, e nada reservou para si.

Terminada a guerra, na qual ostentou muito valor e heroicidade, seguiu para Portugal em 1565, em cuja viagem, tormentosa e cheia das maiores desgraças e privações, deu as mais bellas provas de resignação e heroismo. Em Lisboa, Jorge de Albuquerque alistou-se no exercito portuguez e chegou ao posto de general; teve entrada no paço, na côrte era considerado tanto pelo seu valor como pela generosidade do seu caracter, e do povo grangeára sympathias pelas suas acções caritativas e brioso procedimento.

Por espaço de oito annos demorou-se em Portugal, até que á instancias de seu irmão Duarte de Albuquerque veiu em 1573 dirigir o governo da capitania, e aqui demorando-se até 1567, seguiu de novo para Portugal bntregando a administração a seu tio Jeronymo de Albuquerque.

Dois annos e alguns mezes iam correndo, narra Ja-

boatão, que na côrte gosava Jorge de Albuquerque entre os applausos de heroe as estimações de grande, quando se lhe offereceu a occasião de acompanhar ao rei D. Sebastião na infausta jornada da Africa, como enfermeiro mór do exercito. Desde os seus primeiros annos, havia Jorge de Albuquerque revelado um genio audaz e emprehendedor. Bem joven ainda, achou-se envolvido nas luctas militares e derramando o seu proprio sangue em varias expedições que emprehendera contra os tamoyos e os francezezes que infestavam os portos do Brazil, e sempre a sua bravura e intrepidez conquistaram-lhe fulgentes louros.

Egual ou maior bravura do que aquella que já tinha admirado a America, conquistando-lhe um nome honroso, ostentou elle na guerra da Africa, para onde seguiu em 1578 com o rei D. Sebastião. Ahi, na grande batalha de Alcacer-kibir, ferida aos 4 de agosto do mesmo anno, Jorge de Albuquerque portou-se com muita distincção, e depois de gravemente ferido, encontrou-se com o rei no momento em que o exercito portuguez estava já completamente derrotado, e pedindo-lhe o monarcha o cavallo em que montava, pois havia perdido o seu, elle promptamente lh'o deu, afim de acudir com mais presteza os pontos ameaçados e ver si ainda era possivel salvar tão fatal calamidade.

Ferido e atropelado pela cavallaria inimiga, Jorge de Albuquerque cahiu prisioneiro e foi conduzido quasi agonisante em um carro á cidade de Fez, soffrendo para ser curado do ferimento que recebeu, dolorosa operação, do que resultou andar quatro mezes arrimado sobre muletas.

Jabcatão, descrevendo os feitos de Jorge de Albuquerque, diz que a elle aconteceu, entre os alfanges e lanças dos mouros, o que a uma forte e levantada torre, quando combatida de abrasadores raios, que, como alli acham mais resistencia nella causam maior estrago.

Permanecendo prisioneiro em Africa, e convindo regularisar os negocios de Pernambuco, foi autorisada a justiça, por alvará de 29 de junho de 1579, a continuar no exercicio de sua jurisdicção, até que o donata-

rio entrasse no goso da sua liberdade, ou houvesse ordem em contrario.

Fallecendo seu irmão Duarte de Albuquerque n'aquella mesma batalha, passou a Jorge de Albuquerque a donataria de Pernambuco, e d'ahi por diante todos os seus governadores foram por elle constituidos, mediante a competente carta de confirmação dos seus titulos, pelo rei de Hespanha, a quem Portugal ficou sujeito.

Em 1580 já o donatario de Pernambuco tinha recobrado a sua liberdade e achava-se em Portugal empenhado na lucta que alguns principes portuguezes sustentavam sobre a successão da coroa, depois da morte do cardeal D. Henrique. Em julho achava-se em Setubal, como se vê da *Falla que fez aos governadores e defensores destes reinos de Portugal aos 18 de julho de 1580, e assim aos procuradores dos povos que estavam juntos em Setubal para começarem a fazer cortes.*

Jorge de Albuquerque, como afamado cabo de guerra, não sabia sòmente manejar a espada. Elle tambem foi escriptor, e como tal deixou varios trabalhos que infelizmente não viram a luz da publicidade; mas Barbosa Machado os enumera na sua Bibliotheca Lusitana, affirmando que existiam elles na livraria do marquez de Valença.

Jorge de Albuquerque casou duas vezes. A primeira em 1583 com D. Maria de Menezes, sua prima, filha de D. Pedro da Cunha e D. Anna de Menezes, de quem teve uma filha; e a segunda em 1587 com D. Anna de Menezes filha de D. Alvaro Coutinho. Deste consorcio nasceram D. Brites de Albuquerque, Duarte de Albuquerque, quarto donatario de Pernambuco, Mathias de Albuquerque, e Paulo de Albuquerque Coelho.

Herdando de seu irmão a capitania de Pernambuco, apezar de governal-a fóra d'aqui por seus agentes, Jorge de Albuquerque não se esquecia della, pois considerava sua patria a terra que lhe dera o berço. Depois da campanha da Africa veiu ainda uma vez a Pernambuco.

Por suas instancias e intervenção, fundaram-se os conventos de S. Francisco de Olinda, para o que fez

grandes doações, o do Carmo da mesma cidade, o de S. Francisco da villa de Iguarassú e o de S. Bento de Olinda, doando-lhe o terreno necessario e varios bens e quando governou a capitania por parte de seu irmão fundaram os padres jesuitas o seu collegio de Olinda.

Jorge de Albuquerque introduziu o theatro em Pernambuco, e o inaugurou em 1575 com a representação do drama—*O rico avarento e o Lasaro pobre.*

Por esse tempo Olinda contava cerca de setecentas casas de pedra e cal, varios edificios publicos, principalmente egrejas e conventos, primando pela magnificencia da sua construcção o collegio dos jesuitas, onde se ensinavam humanidades e bellas lettras. O Recife já começava a ser regularmente povoado; a capitania contava mais de vinte engenhos. Iguarassú, S. Lourenço e Nazareth iam caminhando prosperamente, e contavam-se já estabelecimentos mais ou menos importantes desde Olinda até o rio S. Francisco.

Progredia a agricultura, desenvolvia-se o commercio e Pernambuco caminhava na senda do progresso e da prosperidade. Tal era o estado a que havia chegado a capitania no tempo do seu terceiro donatario, notando se apenas um revez, que foi a ephemera occupação do Recife por Jayme Lancaster e João Venner, em 1595.

A epocha do fallecimento de Jorge de Albuquerque não é assignalada por nenhum dos escriptores ou chronistas do tempo que trataram de sua vida; mas cremos que elle morreu am 1596 ou 1597, pois naquelle anno nomeou elle capitão mór governador de Pernambuco a Manoel Mascarenhas Homem e neste o governador geral do Brazil lhe ordenou que entregasse a administração da capitania ao bispo D. Antonio Barreiros que então se achava em Olinda, e ao vereador mais velho da camara do senado daquella villa, afim de seguir para a conquista do Rio Grande do Norte, de cuja expedição o havia encarregado e nomeado commandante por ordem de el-rei D. Felippe II. Vemos, portanto, o governador em um anno constituido por Jorge de Albuquerque, unico competente para isso, e no seguinte esse

mesmo governador retirado e substituido por outros, não por elle, mas pelo governador geral do Brazil, e em virtude de ordem regia. Parece-nos, assim, justificada a epocha do fallecimento de Jorge de Albuquerque.

Guerreiro illustre, soldado coberto de cicatrizes, visiveis e gloriosos attestados do seu valor e heroismo na America e na Africa, elle foi bem mal remunerado; e ainda hoje talvez existam nos archivos da Hespanha, as suas petições dirigidas ao rei, sobre o despacho dos seus serviços, as quaes eram mui extensas e se achavam todas em traslado, colleccionadas em um volume in-folio, na livraria do marquez de Valença, em Portugal, cujas peças trariam muita luz á historia de sua vida e ao mesmo tempo de Pernambuco, si ainda hoje fosse possivel obter taes documentos.

Jorge de Albuquerque, diz o conselheiro Pereira da Silva, morreu general reformado do exercito portuguez, guerreiro coberto de cicatrizes e de gloria, e litterato conceituado pela sua erudição e pelos seus talentos.

IV

Duarte de Albuquerque Coelho, quarto donatario.

Filho do terceiro donatario Jorge de Albuquerque e de sua mulher D. Anna de Menezes, entrou na posse da capitania por sua morte pelos annos de 1596 ou 1597, de cujo senhorio teve depois duas confirmações regias: a primeira no anno de 1603, dada por Felippe III de Hespanha e II de Portugal, e a segunda conferida em 8 de agosto de 1628 por Felippe IV de Hespanha e III de Portugal.

Duarte de Albuquerque Coelho entrou immediatamente no goso dos seus direitos, mas só lhe coube dirigir o governo pessoalmente, por bem pouco tempo, isto mesmo na parte civil, quando seu irmão Mathias de Albuquerque foi chamado á côrte, ficando no governo militar o general D. Luiz de Roxas y Borja.

Duarte de Albuquerque nasceu em Lisboa aos 22 de

outubro de 1591, e a 19 do mesmo mez e anno foi solemnemente baptisado na egreja parochial de S. Nicolão, sendo seu padrinho D. Diniz de Lencastro, commendador mór da ordem de Christo.

Em 22 de novembro de 1624 partiu de Lisbôa na armada destinada a soccorrer e recuperar a Bahia do poder dos hollandezes, trazendo comsigo varios criados mantidos a sua custa. Duarte de Albuquerque tomou parte em muitos combates, portando-se em todos com muita distincção.

Não consta, porém, a epocha em que se retirou para Portugal.

Quando lhe constou que os hollandezes tentavam invadir Pernambuco, ordenou que os seus rendimentos fossem applicados nas despezas necessarias á defesa, e logo que lhe chegou a noticia da sua occupação, partiu immediatamente, na armada de soccorros commandada por D. Antonio Oquendo, e tão apressadamente, que não se despediu de pessôa alguma, e sem attender mesmo aos poucos dias que faziam do fallecimento de sua esposa.

Duarte de Albuquerque saltou no porto de Barra Grande em 21 de setembro de 1631, sendo recebido com enthusiasmo pelos moradores, que o viram pela primeira vez, e seguiu logo com o soccorro que trouxe de gente e munições de guerra para o forte real do Bom Jesus no Arraial, e tomou a sua conta o tratamento dos emfermos e feridos.

Para manutenção da guerra despendeu o donatario avultada quantia, não só da sua fortuna particular, como da de seu sogro o conde de Basto, D. Diogo de Castro, e não menos com seu trato pessoal, que era luxuoso, e no sustento de um sequito de duzentos homens. De outubro de 1636 por diante suppriu elle toda a infantaria a sua custa.

Nesta guerra da invasão hallandeza, diz Jaboatão, assistiu Duarte de Alburque aos mais arriscados encontros e batalhas, que houve, qual outro cezar da fama com uma espada na mão para credito de seu esforço,

com a penna em outra para fazer publicos os notaveis feitos de tantos cabos e soldados fortes.

Elle acompanhou todo o movimento do exercito desde 1631 até 1635, quando, perdida a esperança de recuperar a posse da capitania, emigrou para as Alagôas, d'onde depois de algum tempo de infructiferas pelejas seguiu por terra para a Bahia com todo o exercito, em longa e penosa travessia, e d'alli partiu para Portugal em dezembro de 1638, depois do revéz soffrido pelo conde de Nassau, na ultima tentativa dos hollandezes contra a capital do Brazil.

Durante a sua permanencia na Bahia lhe coube ainda tomar parte na defesa da segunda invasão hollandeza, em cuja campanha figurou com muita distincção.

Duarte de Albuquerque elevou a cathegoria de villa a povoação de Serinhaem em 1626 e em 1636 as de Porto Calvo com o titulo de Bom Successo, e as das Laguna do Sul e do Rio de S. Francisco, a primeira com o titulo de Magdalena e a segunda com o mesmo que tinha como povoação, dando a cada uma dellas o competente termo e jurisdicção, segundo seus privilegios de donatario.

Partindo para Europa em 1638, demorou-se algum tempo em Portugal, seguiu depois para a Hespanha, e fixou a sua residencia em Madrid, onde já se achava em 1640, quando rompeu a revolução separatista de Portugal.

De sua vida na Hespanha nada consta.

Sabe-se apenas que seguiu o partido de Castella, e que entregou-se ao cultivo das lettras, de cujos labores apenas chegou aos nossos dias o seu consciencioso trabalho—*Memorias diarias de la guerra del Brezil*, publicado em Madrid em 1654, porquanto os outros escriptos que Barboza Machado menciona na *Bibliotheca Lusitana*, ficaram ineditos. Destes, existe na Bibliotheca Nacional de Lisbôa o—*Compendio de los Reyes de Portugal*, escripto em 1652, e que finda no cardeal D. Henrique. As suas *Memorias* foram traduzidas pelo doutor Alexandre José de Mello Moraes e Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva, e publicadas no Rio de Janeiro em 1850.

Duarte de Albuquerque morreu em Madrid em 24

de setembro de 1658 e foi sepultado na egreja do convento de Santa Barbara dos Mercenarios descalços. Era marquez de Basto, conde e senhor de Pernambuco, gentil-homem da camara de Felippe IV da Hespanha e do seu conselho de estado em Portugal.

Foi casado com D. Joanna de Castro, filha de D. Diogo de Castro, vice-rei de Portugal, e conde de Basto, cuja casa herdou de seu irmão D. Lourenço Pires de Castro que morreu em Catalunha. Deste consorcio nasceram Jorge de Albuquerque Coêlho e D. Maria Margarida de Castro e Albuquerque, em quem verificou-se a herança da donataria de Pernambuco, assim como o condado de Basto.

Duarte de Albuquerque foi um varão illustre, respeitavel e de grande merecimento, e o nome que conquistou tanto pelo seu valor como pela sua illustração, foi celebrado em cadentes versos por Manoel de Farias e Souza, cujas estrophes transcreve Barboza Machado no artigo que lhe consagrou na sua citada *Bibliotheca Lusitana.*

V

D. Maria Margarida de Castro e Albuquerque, filha do quarto donatario Duarte de Albuquerque Coêlho, e de sua esposa D. Joanna de Castro, herdou de seu pai, como unica herdeira, porquanto seu irmão Jorge de Albuquerque Coelho morreu solteiro, pelejando em Catalunha, na campanha contra Portugal.

D. Maria de Albuquerque casou com D. Miguel de Portugal, VII conde de Vimioso, senhor das villas de Aguiar da Beira, e do Vimoso, e donatario da capitania Machico, na ilha da Madeira. Era commendador de Santiago do Andrões, S. Martinho de Sande, e S. Miguel de Souto, na ordem de Christo, pelo seu casamento, foi senhor do condado de Basto, e do senhorio da capitania de Pernambuco. Exerceu o cargo de governador

de Evora, e foi conselheiro de guerra, e estribeiro mór da rainha Maria Francisca Izabel de Saboia.

D. Maria de Albuquerque herdou tambem o condado de Alegrete, por de seu tio o general Mathias de Albuquerque, que não deixou successão.

Fallecendo o conde de Vimioso em 12 de setembro de 1681, sua mulher, porém, que não teve filhos, «derramou os thesouros preciosos da sua affeição sobre dois bastardos do marido, havidos de D. Antonia de Bulhões, *donzella nobre e limpa*, que se recolheu a um dos conventos mais elegantes de Lisbôa, trocando pelas effusões mysticas os ardores do seu temperamento.»

Legitimada em 1681 uma daquellas crianças, a mais velha, que recebera o nome de D. Francisco de Portugal, herdou todos os bens, titulos e direitos, tantos de seu pai como de sua mãi adoptiva, e d'est'arte o senhorio da capitania de Pernambuco.

A condessa de Vimioso D. Maria Margarida de Castro e Albuquerque falleceu em 25 de outubro de 1689. Foi uma senhora de grandes virtudes e de elevados dotes, e na phrase de Barboza Machado, — uma das mais celebres matronas, que respeitava a côrte portugueza.

VI

D. Francisco Paulo de Portugal e Castro.

Era filho natural de D. Miguel de Portugal, VII conde de Vimioso, como viuvo, mas legitmado em 1681 por graça do rei D. Pedro II, e herdando em 1689 por morte da condessa de Vimioso D. Maria Margarida de Castro e Albuquerque, sua mãi adoptiva, todos os seus bens, titulos e direitos, como já havia herdado os de seu pai pelo acto da legitimação, coube-lhe a posse dos direitos á successão do senhorio da capitania de Pernambuco.

D. Francisco de Portugal morreu em Lisbôa a 25 de janeiro de 1679.

Dos bens que herdára de seu pai e de sua mãi ado-

ptiva, entrou na posse e goso immediato de todos elles, com excepção, porém, do senhorio de Pernambuco, em litigio com a corôa, que o declarára realengo, sob o fundamento de que para sua recuperação do poder dos hollandezes, nada contribuira a familia do donatario, notando-se ainda a aggravante de haver o proprio Duarte de Albuquerque emigrado para a Hespanha, e tomado o partido de Castella contra Portugal, nas luctas da sua independencia.

Por taes motivos foi a capitania annexada á corôa, logo depois da restauração em 1654, passando a sua administração á governadores e capitães generaes, de nomeação regia, tendo cessado de facto o governo dos donatarios em 1637 com a retirada do donatario Duarte de Albuquerque para Bahia, e subsequente viagem para a Europa, ficando todo o territorio em poder dos invasores hollandezes.

Oppondo se porém o conde de Vimioso D. Miguel de Portugal, casado com a unica filha e herdeira do donatario Duarte de Albuquerque, ao acto regio de annexação da capitania á corôa, travou-se renhidissimo pleito judiciario, cujas decisões foram sempre favoraveis ao conde; mas fallecendo elle em 1681, ficou a questão paralisada.

Attingindo D. Francisco a maioridade, e entrando na posse dos seus bens, apressou-se em dar andamento á intentada e esquecida acção contra a corôa para reivindicar os seus direitos á posse da capitania de Pernambuco; mas foi vencido em ultima instancia. Requereu e obteve então revisão da causa, graças á influencia e prestigio do seu merecimento e elevada posição social, com o que chegou-se a um accordo, nomeando D. João V um procurador que se entendesse e concluisse com D. Francisco algum ajuste honroso, levado pelo desejo que tinha de acabar de vez com a prolongada e enfadonha contenda.

Isto deu-se em 1716, e dois mezes depois foi resolvida a pendencia sob as seguintes bases propostas e acceitas pela corôa: desistencia por parte dos herdeiros dos donatarios de quaesquer direitos á propriedade de

4

Pernambuco, recebendo o autor á titulo de indemnisação a conferencia do marquezado de Valença por si e seu filho, passando para este o titulo de conde de Vimioso que seu pai ja possuia, e com sobrevivencia para o neto, e mais oitenta mil cruzados (trinta e dois contos de réis) pagos em dez annos dos rendimentos da capitania.

Este accordo deu-se em principios de 1716, porquanto, por carta de 10 de março, conferiu o rei a D. Francisco, que ja gosava do titulo de conde de Vimioso, o de marquez de Valença; e depois, como si ainda fossem poucas as mercês recebidas, concedeu D. João V *ao feliz bastardo* as honras de parente com o tratamento de sobrinho por descender pela sua varonia, de um principe da casa real portugueza; e ainda em 1749 recebeu elle a mercê de mordomo mor da rainha D. Maria Anna, d'Austria.

D. Francisco de Portugal casou-se em 24 de setembro de 1699 com D. Francisca Rosa de Menezes, filha do primeiro marquez de Alegrete, e falleceu em Lisboa a 10 de setembro de 1749. Foi elle o VIII conde de Vimioso, II marquez de Valença, senhor da casa de Basto, e donatario da capitania de Machico, na ilha da Madeira; commendador de varias commendas lucrativas pertencentes ás ordens de Christo e Santiago, governador da fortaleza de Alcantara, do conselho do rei, e membro da Real Academia da Historia Portugueza.

D. Francisco de Portugal foi um homem dotado de superior talento, e possuiu não vulgar illustração; e na Real Academia da Historia Portugueza, representou importante papel. Da sua penna correm impressos varios e importantes trabalhos litterarios e scientificos, quer nas Memorias da Academia, quer em separado, além de muitos outros que ainda se conservam ineditos, cuja minuciosa enumeração se encontra em Barboza Machado e Innocencio Francisco da Silva. O marquez de Valença, diz este escriptor, é geralmente respeitado pelos nossos philologos—criticos como um dos que mais se approximaram dos antigos classicos no tocante á pureza de lin-

guagem, e gravidade no estylo. D. Thomaz Caetano de Bem diz delle por palavras formaes:

« Fallou com notavel elegancia e propriedade a nossa lingua, bebendo nas obras do incomparavel Vieira o estylo e pureza de idioma que se acha nos seus discursos.»

Direitos e prerogativos dos donatarios.

Gosavam os donatarios dos seguintes direitos, prerogativas e privilegios concedidos pela carta de doação da capitania passada em Evora, aos 10 de março de 1634, respectivo foral de 24 de setembro do mesmo anno, além das jurisdicções e privilegios constantes do l. 2.º das ordenações Affonsinas, porquanto a maior importancia da nobreza, derivava da qualidade de donatario.

1.º Podiam chamar-se perpetuamente capitães e governadores da capitania.

2.º Possuir das mesmas uma zona de dez leguas (alguns mais) de extensão de terra sobre a costa, comtanto que fossem em quatro ou cinco porções separadas entre si, duas leguas pelo menos, e nunca juntas, sem pagarem outro tributo mais que o dizimo.

3.º Captivar os indios para o seu serviço e de seus navios.

4.º Mandar delles á vender em Lisbôa até 24 cada anno, livres da siza que pagavam todos os que entravam.

5.º Dar sesmarias, segundo as leis do reino, aos que as pedissem, sendo christãos; não ficando estes obrigados a mais tributos que o dizimo.

Competia-lhes:

1.º O direito das barcas de passagens dos rios mais ou menos caudaes.

2.º O dizimo dos metaes e das pedras preciosas.

3.º Crear villas, dando-lhes insignias e liberdades, foros especiaes, nomear para ellas os ouvidores, meirinhos e mais officiaes de justiça.

4.º Prover, em seus nomes, as capitanias de ta-

belliães do publico e judicial, recebendo de cada um 500 reis de pensão por anno.

5.° Delegar a alcaidaria do governo militar das villas, aos individuos que escolhessem, tomando-lhes a devida menagem ou juramento de fidelidade.

6.° O monopolio das marinhas, moendas d'agua e quaesquer outros engenhos, podendo cobrar tributo dos que não se fizessem com a devida licença.

7.° A meia duzia ou vintena de todo o pescado.

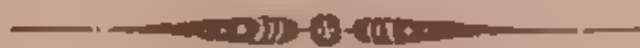
8.° Redizima de todos os productos da terra, ou o dizimo de todos os dizimos.

9.° A vintena do producto do pão-brazil que se vendesse em Portugal.

10.° Alçada sem appellação nem aggravo, em causas crimes até morte natural, para os peões, escravos e gentios; dez annos de degredo e cem cruzados de pena ás pessôas de maior qualidade; e nas causas civeis, com appellação e aggravo, só quando os valores excedessem de 100$000.

11.° Conhecer das apellações e aggravos de qualquer ponto da capitania.

12.° Assistir por si ou por seus ouvidores ás eleições dos juizes e mais officiaes dos concelhos das villas, approvar as listas eleitoraes, annuir ou não ás ditas eleições, e passar as competentes cartas de nomeação ou confirmação.



DISCURSO

LIDO PELO CONSOCIO MAJOR JOSÉ DOMINGUES CODECEIRA NA SESSÃO

DE 18 DE JULHO DE 1895

Ainda uma vez me levanto desta cadeira para erguer um brado de protesto contra a infidelidade com que o exm. sr. barão de Loreto narrou, no *Jornal do Commercio* de 2 do corrente, a historia da lucta heroica que teve logar na terra de seu nascimento por occasião de ser proclamada a independencia nacional do Brazil, lucta que fomos obrigados a sustentar com o valor das nossas armas contra a aguerrida e disciplinada tropa lusitana commandada pelo brigadeiro Ignacio Luiz Madeira de Mello, no Estado da Bahia.

S. exc. ao que parece, foi levado a assim proceder para justificar a ingratidão com que procederam os membros encarregados de levantar esse magestoso monumento, que se ostenta hoje na capital d'aquelle Estado, erguido na praça do Duque de Caxias, destinado a levar á posteridade esse grande feito das nossas armas em defesa da liberdade e independencia da nossa patria; mas é preciso que antes de tudo se respeite a justiça e a verdade historica, dando-se á cada um a gloria que por direito lhe pertence.

O—2 de julho,—tão festejado na Bahia, não pertence sómente aos bahianos; pertence ao Brazil inteiro, principalmente áquelles que nessa lucta gloriosa expuzeram a sua vida e derramaram o seu sangue.

O illustre barão faltou á justiça occultando esta verdade, e a commissão encarregada do monumento procedeu com a maior ingratidão deixando de mencionar no pedestal desse monumento os nomes daquelles que mais se esforçaram nessa lucta sanguinolenta e que mais tinham direito por serem elles a quem se deve a gloria

da victoria, que deu em resultado o triumpho das nossas armas nesse dia.

O illustre barão, em seu historico, afastou-se dos historiadores contemporaneos e de documentos officiaes para se deixar levar pelas lendas populares de sua terra natal.

Historiando os factos occorridos no Brazil por occasião de ser proclamada a nossa independecia, cita, (entre outras) como rebelde em aderir a essa nobre causa, a provincia da Bahia, por ser aquella onde a independencia nacional encontrou a mais viva opposição, continuando a obedecer ás côrtes portuguezas, pela tenaz resistencia que oppôz o seu governador Ignacio Luiz Madeira de Mello, que concentrando em suas mãos toda autoridade, arrogou a si as funcções da junta administrativa e subserviente ás cortes portuguezas e de accordo com ellas, exercia a dictadura, resistindo á carta regia de 15 de junho de 1822, na qual D. Pedro lhe ordenava que se recolhesse a Portugal com as tropas de seu commando, resistindo e oppondo-se á que o principe fosse reconhecido como regente, e mais tarde como imperador.

Continuando diz ainda o illustre barão, que á vista do procedimento desse governador, aquella provincia deliberou resistir appellando para a revolução, a qual teve origem na villa de Santo Amaro, onde foi delineada pelos prestantes varões que se reuniram na casa do corregedor Antonio José Duarte de Araujo Gondim, e d'alli passou-se para a visinha villa de S. Francisco, sob a direcção do juiz de fóra Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos (visconde de Montserrat).

Por esta narração feita pelo illutre barão, o corregedor Araujo Gondim nenhuma parte activa tomou nesse movimento revolucionario; apenas prestou a sua casa para essa reunião, mas esta não é a verdade historica desse facto.

Abram-se os Annaes da Bibliotheca Nacional, volume XIII, fasciculo 2.°, Drumond, notações á sua biographia pag. 31 a 32, que ahi se lê o seguinte: «Ao «ouvidor de Santo Amaro Antonio José Duarte de Araujo Gondim, *se deve essa reunião*.

« Era a maior autoridade do Reconcavo *que abraça-*
« *ra espontaneamente a revolução e era tambem a pessoa*
« *mais intelligente de entre todos.*

« A sua reputação de magistrado integro e bemfazejo
« lhe dava o ascendente que elle tão vantajosamente exer-
« ceu em todas as classes *para organisar a revolução e*
« *proclamar a Independencia.*»

Já vê o illustre barão que não foi fiel na sua narração historica; o ouvidor Araujo Gondim não prestou simplesmente a sua casa para essa reunião revolucionaria, antes foi o seu principal motor, o que se pôz á testa da revolução e deu o primeiro grito de independencia naquella provincia. Este magistrado era um pernambucano distincto, em cujo peito ardia o fogo da liberdade e independencia de sua patria, e fazendo a Bahia parte do Brazil, elle tambem a considerava como sua patria.

Entretanto, com a maior ingratidão o seu nome não figura no pedestal desse momento!

O illustre barão, fallando das primeiras forças que se reuniram para essa revolução, cita a companhia de cavallaria dos voluntarios dos Pedrões, conhecida pelo nome de Encouraçados, porque usavam de trajes de couro, sendo um clerigo, Dr. José Maria Brayner, o que a organisára e era o seu commandante. Este frade, sr. barão, era meu parente e como eu pernambucano, que em defesa da patria trocou o habito pela farda de soldado disposto a derramar até a ultima gôta de seu sangue pela sua liberdade e independencia. O seu nome tambem não figura no pedestal desse monumento, não foi digno dessa honra apezar de ter acabado os seus dias sendo vigario em Itaparica, querido e abençoado pelos distinctos bahianos, que apreciavam o merito desse herõe pernambucano, que tantos e tão bons serviços havia prestado á cousa da independencia naquella provincia.

Felizmente o illustre barão é o primeiro o confessar que em soccorro da Bahia, acudiram tropas de Pernambuco, Parahyba, Alagôas, Minas-Geraes e que do Rio de Janeiro além da força que acompanhou o general Labatut, o governo expediu o batalhão do Imperados sob o commando do coronel José Joaquim de Lima e Silva,

e por tanto a gloria de 2 de julho não pertence sómente aos bahianos; pertence, como já disse, ao Brazil inteiro, áquelles que nessa lucta derramaram o seu sangue em defesa da patria; entretanto no pedestal desse monumento, além dos chefes Labatut, Cochrane, Coronel Lima e Silva, nenhum outro foi digno de que figurasse seu nome; foram com a maior ingratidão esquecidos e tratados com desprezo! Como se essas inscripções tivessem algum valor perante a historia desse grande feito das nossas armas, provada como fica com documentos officiaes, a injustiça que presidiu a esse acto.

O illustre barão, historiando os differentes combates que houve nessa lucta, cita como o mais notavel o que teve logar no dia 8 de novembro de 1822 que se concentrou no ponto do Cabrito, á pouca distancia do Pirajá e diz que atacado esse ponto por uma legião portugueza, composta de mil e seiscentos homens, que foram reforçados por uma companhia de voluntarios, depois de cinco horas de fogo, avançando acceleradamente o inimigo, tentou cortar a retaguarda das nossas forças que occupavam aquelle ponto: o destroço total d'estas forças parecia imminente e para evital-o o major José de Barros Falcão, que as commandava, —«mandou tocar a retirada» -- mas que o corneta Luiz Lopes invertendo propositalmente ou não, toca a avançar, e em seguida a degollar, e que por este modo assim enganados os inimigos suppõem que a nossa tropa havia recebido cavallaria de reforço, e então são elles os que em desordem se retiram deixando-nos a victoria!

O illustre barão não quiz seguir o que disse o general Labatut, commandante em chefe dessas forças, na parte official que dirigiu aos membros do governo de Pernambuco, que corre impressa ha quarenta e seis annos, e consta do archivo de nossa secretaria; para se levar pela lenda popular de sua terra natal, narrando-nos uma historia que não resiste a mais insignificante analyse.

Pelo modo que fez a narrativa de sua historia deu claramente a entender que o major José de Barros Falcão, que era o commandante d'essa brigada, deante do arrojo e denodo com que foi accommettido pelo inimigo

acobardou-se, e que foi o corneta bahiano quem salvou o exercito brazileiro nesse dia, desobedecendo a ordem do seu chefe e pondo-se á frente do commando dessa brigada que os conduziu á victoria!... Foi tal a simplicidade com que o illustre barão se deixou levar por esse canto da sereia que não viu que as suas premissas o levavam a a uma consequencia absurda!

Pois haverá quem acredite de boa fé, ainda mesmo que não seja militar e desconheça as leis da guerra, que um corpo arregimentado e disciplinado, acostumado a bater-se, tendo o inimigo á sua frente, recebendo *um corneta* ordem de seu chefe para dar um toque de signal, este o desobedeça, para em vez de dar um toque dar dois e estes differentes da ordem que recebeu, por sua conta sem que seja immediatamente punido com o rigor da lei militar em tempo de guerra? Isto não acredita nem o mais bisonho camponez; entretanto, o illustre barão quiz antes se deixar levar por essa lenda popular de sua terra, originada por outra egual que se conta do corneta da praça do Badajoz, sem ao menos indagar em que provas se firmava ella, seguindo simplesmente o que tambem repetiu Accioli em suas Memorias, sem apresentar prova alguma.

Venho, pois, restabelecer a verdade desse facto historico, do combate do dia 8 de novembro, que decidiu da victoria que teve como consequencia o triumpho das nossas armas na sua terra natal; peço, portanto, licença a s. exc. para que empunhando um *Opusculo* que corre impresso desde anno de 1824, contendo trinta e cinco documentos, na maior parte extrahidos dos archivos das nossas secretarias e do qual é auctor *um contemporaneo*, me sirva delle, como se fosse uma barra de ferro candente para com ella cauterisar essa chaga gangrenada pela calumnia, com o fim de justificar a mais negra ingratidão!

O historiador contemporaneo, narrando o facto que deu origem a essa lucta sanguinolenta, diz que achando-se a capital da Bahia occupada pelas tropas lusitanas ao mando do brigadeiro Madeira, procurava saccudir o jugo que a opprimia, segregando-a da communhão bra-

zileira, e que o general Pedro Labatut. que havia sido nomeado por carta regia de 9 de junho de 1822 commandante da expedição que partiu do Rio de Janeiro para aquella provincia, encarregado de alli organisar o exercito pacificador, partira da côrte a 14 de julho aportára a Maceió a 21 de agosto, seguindo logo por terra para Pernambuco, onde chegou a 27 do mesmo mez com o fim de requisitar forças desta provincia.

Annuindo a junta do governo a essa requisição nomeou a 6 de setembro do mesmo anno o capitão José de Barros Falcão de Lacerda para commandar a expedição que se destinava a auxiliar a provincia da Bahia, e como tivesse attenção ao seu prestimo, antiguidade, serviços e adhesões á causa publica do Brazil, o promoveu na mesma data ao posto de sargento-mór de infataria, a que tinha de ser elevado na proposta, a que ia proceder dos officiaes preteridos em virtude da portaria regia de 9 do dito mez de agosto de 1822.

No dia 13 de setembro seguiu por terra a mencionada expedição ao encontro do general Labatut, que dias antes partira do Recife, e se achava na povoação de Larangeiras, onde se reunia a força que da corte havia sahido.

A expedição de Pernambuco, proseguindo em sua marcha, chegou depois de penosa viagem, a 2 de novembro, ao quartel general no Engenho Novo.

No dia 3 recebeu o major José de Barros a nomeação de commandante de brigada da direita organisada com as tropas da Bahia, que guarneciam o Campo do Pirajá, reunidas ás que acabavam de chegar debaixo de suas ordens. Partindo immediatamente, por expressa determinção do dito general para aquelle campo Pirajá, fez nelle a sua entrada na tarde de 4 assumindo logo o commando da referida brigada: tres dias apenas eram decorridos quando, ao despontar da aurora do dia 8 de novembro de 1822, numerosas columnas lusitanas dirigidas por habeis officiaes, ainda ufanos pela recordação dos *louros obtidos por suas victorias nos campo da Peninsula Iberica*, acometteram com denodado arrojo o acampamento de Pirajá, e o ponto do Ca-

brito pertencentes á referida brigada do major José de Barros.

Renhido foi o combate que se travou então e durou quasi todo esse dia, entre o aguerrido inimigo e as nossas poucas forças, que obrando nessa occasião *prodigios de valor* em defeza da cauza nacional, fizeram finalmente declinar a victoria em favor das nossas armas, rechaçando o inimigo e obrigando-o a retirar-se com precipitada fuga e grande perda, para o recinto da cidade, de cujo entrincheiramento jamais ousou sahir.

Este facto foi devidamente apreciado pelo general Labatut, por ser o que firmou os destinos do imperio: e justiceiro como era elle e inteiramente devotado á causa da independencia do Brazil, que amava como sua patria adoptiva, em desempenho da honrosa confiança que nelle depositava o chefe da nação, quiz dar á brava brigada de Pirajá na pessoa do seu commandante um publico testemunho do seu apreço e consideração, *promovendo-o «no mesmo dia do combate ao posto de tenente coronel effectivo»*,

Esta brigada foi ainda reforçada com mais duas expedições enviadas pelas provincias de Pernambuco e Parahyba do Norte com um parque de artilheria e suas respectivas caixas militares e partilhou tambem da gloria com que se cobriu depois o exercito pacificador nos ataques que sustentou contra o inimigo nos dias 8 e 29 de dezembro de 1822, de 15 de fevereiro e 3 de maio de 1823, indo procurar o inimigo nos seus proprios baluartes.

A narração deste feito heroico se acha confirmada nos seguintes documentos officiaes, que aqui transcrevo.

Documento numero 6.

Illms. e exms. srs.

«Tive a grata noticia de que dessa provincia já marchavam novos combatentes, o que era de esperar do patriotismo de vs. excs., e da firme adhesão que tem á pessôa do nosso imperador.

«Os nossos inimigos mais timoratos ficaram com

esses dignos filhos do Brazil, por quanto *já experimentaram o valor dos pernambucanos no dia 8 do novembro passado*, no qual os lusitanos deixaram no campo mais de duzentos mortos, e os seus hospitaes ficaram cheios de feridos, dos quaes muitos já estão enterrados, e fallando com ingenuidade o feliz successo deste dia deve-se *quasi exclusivamente aos bravos filhos de Pernambuco*.

Elles soffreram com apurada paciencia as operações que lhes fizeram os professores de saúde nos hospitaes, e beijaram as feridas. No ardor do combate acclamavam o imperador, e houve soldados que *se atiravam aos lusitanos e os desarmavam*!

O triumpho do dia 3 do corrente é devido tambem aos filhos de Olinda. Eu podia dizer, como disse Pirro vendo a bravura dos Romanos, ainda depois de mortos, *com soldados taes eu seria vencedor de todo o mundo*.

Deus guarde a vv. excs. muitos annos.

Quartel general do Engenho Novo 16 de dezembro de 1822. Illms. e exms. srs. Presidente e mais membros do governo da provincia de Pernambuco. *Labatut*, general.»

Este acto de bravura dos pernambucanos, commandados pelo benemerito major José de Barros, motivou a sua promoção ao posto de tenente coronel effectivo *no campo da batalha no mesmo dia do combate*, como se vê do seguinte documento official que tem o numero 8.

«Devendo premiar o merecimento distincto, com que entre os perigos, e sem pavor das balas inimigas, se houve o sr. major José de Barros Falcão de Lacerda, nas acções do dia de hoje, rebatendo com esforços e valor o impetuoso ataque dos inimigos do Brazil e da nação, fazendo-os recuar com grande perda, e fugir para os seus quarteis da cidade, quando pela nossa parte felizmente foi a perda tão diminuta, que mais vantajosa e brilhante se tornou a victoria das nossas tropas, que tiveram a gloria de entrar na peleja; portanto no mesmo campo da batalha o promovo em nome de S. M. Imperial e C. o sr. D. Pedro I do Brazil, á effectividade do posto tenente coronel do seu respectivo corpo, e mando a todo

exercito que o reconheça, honre e estime, e aos seus subordinados que lhe obedeçam e cumpram suas ordens, como devem em tudo quanto for do serviço nacional e imperial.

Quartel general em 8 de novembro de 1822.—*Labatut*, general.»

Não póde haver nada mais honroso e mais lisongeiro, para um militar, do que ser promvido por actos de bravuras no campo da batalha!

Em toda essa lucta só o distincto pernambucano teve esse gloria, nenhum outro foi laureado com egual distincção, subindo tanto mais a sua gloria, quando partiu de um general francez, que serviu com Napoleão I. e foi por elle laureado; tendo occasião de presenciar o valor do soldado francez, não seria qualquer acto de bravura que o suprehendesse ao ponto de se manifestar pelo modo honroso porque o fez.

Já vê o illustre barão que não foi fiel na narração historica que fez desse combate, e que essa lenda popular do corneta bahiano não tem fundamento algum, e não passa de uma farça contraria ao simples bom senso. Si houve toque de avançar e degollar, do que não falla a parte official, foi sem duvida alguma ordenado pelo cammandante da brigada.

Em vista destes dois documentos officiaes, que são corroborados por outros de egual valor, é fóra de toda duvida, que a victoria alcançada pelas nossas armas nesse dia 8 de dezembro que deu em resultado a victoria de 2 de julho, pertence *quasi que exclusivamente ao valor dos pernambucanos* que fazendo de seus peitos uma muralha invencivel de defesa ao nosso exercito, digna dos filhos do soberbo e altivo Leão do Norte, fizeram recuar diante della o insolente e audaz inimigo da nossa liberdade, independencia e soberania; e portanto a nós pernambucanos mais do que a outro qualquer brazileiro, tambem pertence o 2 de julho.

Está exhuberantemente provado que, a não serem o denodo e valor com que se hoveram os pernambucanos no momento do perigo, o general Madeira teria varrido nesse dia com seus valentes soldados os campos de Pirajá e

Cabrito, e a guerra se teria prolongado em nosso prejuizo, e bem longe estaria o dia da victoria.

Corrobora os dois documentos officiaes o de numero 4 desse *Opusculo*, passado pelo proprio punho do general Labatut, no qual declara que o major José de Barros tendo sido por elle nomeado commandante dessa brigada, que tanto se distinguiu por seu merecimento como pelo seu digno chefe, *decidiram da sorte da batalha*, o que muito e muito contribuiu para *a independencia daquella provincia* (*Bahia*) assim como com *egual brio, e distincção em outras muitas acções que se deram ao depois aos inimigos*, fazendo-se constantemente credor dos maiores elogios, *pela sua bravura e paciencia militar*; assim como seu brazileirismo, e particularmente «na acção de 3 de maio de 1823 em que com todo denodo e bizarria atacou com *sua* brigada o intrincheiramento da Conceição, desalojando o inimigo e obrigando-o a refugiar-se na segunda linha de suas trincheiras.»

«Attesto mais, diz o documento, que emquanto o mesmo official superior esteve na distincta qualidade de chefe de um dos corpos do exercito, sob as minhas ordens, portou-se sempre com a maior honradez, sem que houvesse contra elle nota alguma, tornando-se antes merecedor em tudo e por tudo do maior louvor e consideração.—Labatut, general.»

Como estes existem outros documentos entre elles o de numero 5 do coronel Joaquim Farancisco das Chagas Catete que acompanhou o tenente-coronel José de Barros em sua marcha da povoação de Laranjeiras, em Sergipe ao campo do Pirajá na Bahia, commandando a força expedicionaria que o governo de Pernambuco mandava em soccorro áquella provincia. Este official attesta, como testemunha presencial, os rerelevantes serviços que prestou o distincto pernambucano á causa do Brazil na provincia da Bahia em differentes ataques que teve contra o inimigo, dizendo que *escusado é mencionar e bravura e denodo com que se apresentava nas crises de maior perigo, como no dia 8 de novembro de 1822, e outras occasiões, por isso que «ja-*

mais seria duvidosa a coragem dos militares pernambucanos».

Um outro documento existe do general Labatut sob o numero 7, que é a resposta que o general deu em sua defesa perante o conselho de guerra a que respondeu, na qual declara que chegando ao Reconcavo da Bahia *desamparado do governo civil*, que ficava a distancia de vinte leguas do acampamento, vendo «*a indifferença*» de alguns proprietarios em prestar auxilios ao exercito autorisou por um portaria ao tenente coronel José de Barros *chefe dos pernambucanos*, para poder exigir os soccorros necessarios ao prompto restabelecimento da sua brigada (Pirajá) «*brigada que salvou a provincia no dia 8 de novembro de 1822 Pedro Labatut.* »

Ainda tem o de numero 9 que é passado pelo marechal José Joaquim de Lima e Silva no qual declara que o tenente coronel José de Barros serviu com distincção na guerra da independencia na provincia da Bahia, onde commmadou a primeira divisão do exercito pacificador, debaixo de suas ordens, dando *incontestaveis provas de sua bravura em differentes combates de seu patriotismo e caracter verdadeiramente militar*, em toda a campanha mantendo a ordem, sustentando a disciplina e firmando a subordinação, ao mesmo tempo provendo os commodos e mantimentos aos individuos do seu commando, dos quaes mais parecia pai que superior de elevada cathegoria. Por occasião de imigrações da cidade para o Reconcavo da Bahia, de immensas familias, o campo, o quartel e tudo quanto possuia aquelle honrado cidadão, era-lhes por elle franqueado, de maneira que com bastante sacrificio dos seus proprios commodos e despesa de sua bolsa, fez beneficios e foi util a muita gente.

«Depois da entrada do exercito em a referida cidade de S. Salvador, *importantes serviços fez a bem da ordem publica*, segurança individual de propriedade de « seus habitantes, merecendo por todas as razões expen- « didas o conceito e estima publica, e a minha parti- « cular estima, etc.

Este documento é confirmado pelo de numero 11, que é o seguinte :

« Nós abaixo assignados, negociantes da praça da Bahia, attestamos e juramos se necessario for, que o sr. José de Barros Falcão de Lacerda, commandante da tropa pernanbucana expedicionaria á esta provincia, durante a occupacão da capital pelas forças do general Madeira, foi zeloso e incançavel em manter por todos os meios ao seu alcance, e com a força que commandava a segurança de vida e propriedade dos moradores da cidade baixa, logistas e negociantes ahi estabelecidos; os quaes todos foram repetidas vezes encommodados com desordens, e outros excessos praticados por tropa e homens desordeiros, nos tempos immediatos à entrada da capital, pelo exercito imperial, devendo se ao dito sr. José de Barros, e a sua honradez e actividade, o pleno restabelecimento do publico socego, naquella cidade que tantas vezes foi inquietada. O que tudo affirmamos por ser verdade, e assim digno de quem tanto se esmerou, para que se poupassem muitos roubos e outros funestos desastres. Bahia 3 de abril de 1823. —Luiz José Pereira, Domingos Gomes Bello, João da Silva Bizarro, Antonio Coelho Fragoso, José Nunes de Oliveira, Custodio José de Souza, David José Ferreira Veiga, Manoel Peixoto Ferraz, Lucas Maria Xavier Leal, Sebastião José de Abreu Lima, Antonio Manoel Fernando, Luiz Antonio Figueiredo, Manoel Azevedo Silva, Francisco Pinto Lima, Manoel Angelo Custodio Renovato, Manoel José Guedes Chagas. »

Ainda se vê o documento numero 12, que não póde ser suspeito ao illustre barão, por ser firmado pelo pelo respeitavel e venerando avô da digna e virtuosa consorte de s. exc., o fallecido visconde de Montserrat, uma das glorias da nossa magistratura, que foi contemporaneo dessa guerra e nella figurou como secretario do governo e de quem s. exc. podia ter exactas informações do que se qassou durante a lucta.

Diz o seguinte :

«Attesto que o sr. José de Barros Falcão de Lacerda, vindo em 1822, em soccorro desta provincia, então ata-

cada pelas tropas lusitanas, que se oppunham a independencia, prestou com o corpo de seu commando mui relevantes serviços, tanto no acampamento de Pirajá, onde sempre se portou com bravura, conforme ouvi do proprio commandante em chefe do exercito pacificador, e geralmente a todos os officiaes superiores, como dentro da cidade, depois de evacuada dos lusitanos, onde muito contribuiu para a manutenção da bôa ordem ; sendo por muitas vezes incumbido pelo governo, que então existia *do qual fui membro e secretario*, de ir accommodar desordens, contra os moradores da cidade baixa, pela maior parte nascidos em Portugal. O que por ser verdade, e esta me ser pedida, affirmo *com juramento* sendo nesecessario. Bahia 3 de maio do 1839. Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos. »

Ainda se vê o documento de numero 13 que é firmado pelo coronel Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, confirmando em tudo o que referem os seus companheiros d'armas a respeito da bravura e serviços prestados pelo tenente coronel José de Barros, na qualidade de commandante da brigada, como no restabelecimento da ordem e tranquillidade publica, depois da entrada do exercito imperial na capital d'aquella provincia, concluindo por afiançar que o tenente coronel José de Barros tem nelle um amigo sincero, respeitador de suas virtudes, e sempre grato *pelos serviços prestados a sua provincia*, recordação que sempre estará indelevel na sua gratidão, etc».

Ainda se vê o documento de numero 14, que é um officio do governo daquella provincia dirigido ao tenente coronel José de Barros, datado de 21 de julho de 1826 na qual lhe faz sentir que tendo na mais alta consideração o *valor, constancia e patrioticos sentimentos com que esse brioso official e a mesma tropa se destinguiram* na perigosa e fratricida guerra que acabavam de soffrer ; *julgando ainda necessaria a sua cooperação, para o socego publico d'aquella provincia* onde o ressentimento dos males ha pouco experimentados, podiam exaltar os espiritos e produzir funestas consequencias, passava a declarar a sua senhoria (confiando que assim seja tambem

da approvação do exm. governador da provincia de Pernambuco, que tão briosa e francamente tem coadjuvado a defesa desta) que não parecia por ora conveniente a sua retirada, attentas as ponderadas circumstancias. E' datada de 21 de julho de 1823, e está assignada pelos membros do governo da Bahia.

Ainda se vê o documento de numero 15, que é a communicação que faz o governo da Bahia ao desta provincia da entrada do exercito imperial naquella capital no dia 2 de julho, no qual *se congratula com vv. excs.*, diz o documento, a cujos desvelos se deve grande parte de um tão feliz resultado «*e esta provincia jamais deixará de ser grata a essa que tão heroicamente contribuiu para salval-a dos seus traiçoeiros oppressores*» e conclue pedindo para que seja alli conservada a brigada pernambucana com o seu chefe, até que se organisem os corpos que devem guarnecer a cidade, etc.»

Os protestos de gratidão contidos nesses officios acabam de ser desconhecidos com a mais negra ingratidão pelo snr. barão de Loreto e membros encarregados desse magestoso monumento.

Ainda existem outros documentos que servem á honrar a memoria desse digno pernambucano que tanto soube elevar o seu nome, não desmentindo as tradições gloriosas que herdou de seus antepassados.

Pela leitura desses documentos se vê que o tenente coronel José de Barros Falcão de Lacerda, nessa lucta pela liberdade, não mereceu sómente a honrosa menção com que foi laureado pelo seu superior e companheiros de armas na qualidade de commandante da brigada de Pirajá, pelo valor de suas armas, como pelo que tambem se fez credor da estima e gratidão dos honrados habitantes da Bahia, pelo generoso acolhimento, protecção e soccorro que prestou como cidadão, á sua custa ás desvalidas familias que obrigadas pelo general Madeira a evacuarem a cidade, quando achando-se em rigoroso assedio e entregue aos horrores da fome, afiluiam em grande numero ao acampamento de Pirajá, onde encontravam os meios de transporte até o logar do seu destino; e fi-

nalmente pelos serviços que ainda prestou depois da entrada do exercito naquella cidade, a bem da ordem publica e segurança de vida e propriedade, salvando-a do horroroso espectaculo de um saque, e vendicta de um povo opprimido pela tyrannia, como provam esses documentos.

Outros muitos ainda existem que servem para provar a bravura e denodo com que se houve esse distincto pernambucano nas occasiões de maior perigo, em que se mostrou sempre digno filho do soberbo e altivo Leão do Norte, que sabia manter e observar as tradições gloriosas que tanto distinguiram seus antepassados.

Estes factos occorridos durante aquella guerra, acham-se provados com documentos irrecusaveis pela sua authenticidade por serem passados pelos seus chefes e companheiros de armas, entre os quaes figura o nome de distinctos bahianos; sendo que em nenhum delles se encontra essa farça do corneta, sómente inventada pela calumnia com o fim de justificar a mais negra ingratidão; como pretenderam fazer com o bravo general Labatut, preso pelo coronel Filisberto Gomes Caldeira, commandante da brigada da esquerda, a 21 de maio de 1823, com o fim de não lhe caber a gloria de ser o general victorioso que entrasse na cidade; gloria que só devia pertencer a um brazileiro; acto para o qual de modo algum concorreu o distincto pernambucano.

Desta lenda popular, que ainda ouvi repetir a alguns bahianos, não se occupou o illustre barão, que apenas contenta-se de a taxar de ingratidão. Na verdade que os bahianos são muito ingratos!

Não vê o illustre barão que, a ser verdadeira essa lenda do corneta, o tenente-coronel José de Barros estaria impossibilitado por esse facto de continuar no commando da brigada, desde que tendo sido desobedecido pelo seu corneta, não o fez punir severamente?!

E si continuou nesse commando, como affirmam as partes officiaes, a consequencia logica e mathematica obriga a crer que esse facto não se deu, salvo si admittir-se que elle se poz ao dispôr do seu corneta e cumpriu as suas ordens, o que é um absurdo.

Não vê ainda que repugna ao simples bom senso, embora não seja s. exc. militar, que devendo nessa occasião, estar o general inimigo em ponto culminaate de observação ao movimento do nosso exercito, ouvindo esses dois toques, se acobardasse ao ponto de não vêr que elles não correspondiam ao movimento do nosso exercito, que não havia cavallaria de reforço em movimento e que quando isso fosse uma realidade, esse general teria o cuidado de a esperar, formando para esse fim quadrados, e assestando a sua artilharia de modo que nos varresse a metralha, antes que nos approximassemos dos quadrados?

E que seria, não uma imperícia militar, sim um crime de lesa-tatica, ordenar nessa occasião uma retirada precipitada, que daria logar a serem picados pela cavalaria e postos em debandada os seus soldados, dando-se um completo anniquillamento para o seu exercito? E' que s. exc. entende que a resistencia de um exercito e as metralhas da artilharia, são impotentes diante de um toque de avançar e de degola: na verdade s. exc. é de uma inncencia infantil!

Já vê o illustre barão que a lenda popular desse corneta não passa de uma farça ridicula, e serve para provar que os bahianos não foram sómente ingratos com o general Labatut, como s. exc. diz, *preso e demittido com tanta ingratidão*, tambem o foram com o tenente-coronel José de Barros e com todos aquelles irmãos que para alli foram em seu soccorro.

Está, portanto, provado, que s. exc. não escreveu a historia dessa lucta pela liberdade e independencia nacional em sua terra natal; apenas serviu-se della para escrever um romance com o fim de provar que a victoria de 2 de julho de 1823 cabe exclusivamente aos seus patricios os bahianos, e é por isso que não se esqueceu da voluntaria bahiana Maria Quiteria de Jesus, referindo que entrou nas «*mais arduas pelejas*, fazendo prodigios de *bravura*» quando o seu nome é inteiramente desconhecido nas partes officiaes, e portanto teria sido conveniente que s. exc. tivesse exibido a fé do officio dessa joven bahiana; só assim se poderia avaliar do seu meri-

to militar; tambem na guerra do Paraguay figurou a voluntaria Jovita, como uma heroina.

No pedestal desse grande monumento figuram nomes de individuos que nessa guerra não queimaram uma escorva, antes se conservaram a grande distancia della limitando-se a fazer discursos patrioticos, como fizeram nas nossas praças publicas os que exaltavam os animos dos voluntarios que daqui marchavam para o Paraguay; entretanto que foram esquecidos com a maior ingratidão os nomes daquelles que expuzeram as suas vidas e derramaram o seu sangue em defesa da causa nacional, como o do tenente coronel José de Barros Falcão de Lacerda, a quem se deve em grande parte o triumpho de nossas armas nessa lucta pela liberdade na provincia da Bahia.

Pelos serviços prestados dessa nobre causa, conforme se acha provado, o seu nome não se devia sòmente limitar a uma simples transcripção nesse pedestal: a sua memoria devia ser perpetua com o seu busto collocado no cimo desse grande monumento, como representando o emblema do anjo da victoria; só assim corresponderia ao que se acha registrado nos annaes da historia desse grande feito das nossas armas naquella provincia.

Entretanto, para vergonha nossa, o seu nome foi esquecido com a mais negra ingratidão, pela nobre commissão; e o seu logar se acha preenchido pelo seu corneta, como sendo o heróe do dia 8 de novembro ! !

Fazendo alli a mesma figura, que por espaço de mais de dois seculos representou neste Estado, como emblema da antiga capitania de Pernambuco, essa estatua de pedra da figura de Jacob, collocada na frente da casa n. 64 da antiga rua da Cruz: facto de que me occupei em uma das nossas passadas sessões. Isto é triste, é mesmo muito triste, srs. da commissão !

Tenho por tanto provado a toda luz da evidencia, que as inscripções feitas no pedestal desse grande e magestoso monumento que se ostenta em uma das praças da capital da Bahia, não estão de accordo com a verdade historica desse grande feito das nossas armas; é portanto uma moeda falsa, cunhada elegantemente para ser passada como verdadeira aos incautos e inexperientes; o que

jamais conseguirão; porque aqui estamos nós membros deste patriotico Instituto, para não consentir, que mão sacrilega, ouse profanar essa area santa, que em bôa hora foi confiada á nossa guarda, onde existem encerradas as glorias e tradições dos nossos antepassados; como um legado sagrado, que intacto será passado á posteridade.

Pernambuco se ufana de ter uma historia sua; até hoje ainda não precisou do auxilio de nenhum dos seus irmãos; mas nas occasiões de maior perigo sómente por si se tem sustentado; antes o Brazil lhe é devedor da manutenção deste vasto territorio, que se estende da Bahia até o Amazonas.

Quando no principio do seculo 17. o habil official da marinha franceza «Daniel de la Touche» senhor de «Ravardière» aportava ao Maranhão e se apossava daquelle Estado em nome do seu soberano, dando áquella cidade o nome de São Luiz em honra ao seu principe regente Luiz XIII, foram os pernambucanos os unicos que marcharam a conquistar aquelle Estado, com o seu valor e a custa do seu sangue. O pernambucano Jeronymo de Albuquerque foi o primeiro general brazileiro que no solo americano desembainhou a sua espada em defesa da integridade de sua patria, marchando deste Estado com um punhado de bravos, levando em sua companhia seus dois filhos Antonio de Albuquerque e Mathias de Albuquerque, estes dois penhores sagrados de sua existencia.

Foram esses os dignos filhos do soberbo e altivo Leão do Norte que esmagaram em suas garras o insolente e audaz «*gallo*» que ousou offender a sua nacionalidade e integridade de sua patria! A não ser o valor e heroismo dos pernambucanos o Maranhão, o Pará e Amazonas teriam sido presas da França. não pertenceriam hoje ao Brazil.

Foi ainda devido ao valor e heroismo dos pernambucanos, que nesse mesmo seculo sendo este Estado invadido por uma força numerosa de batavos, elle soube se oppôr com tenaz resistencia a essa invasão por espaço de 24 annos, só, sem soccorro de nenhum dos

seus irmãos, e abandonado da metropole, soffrendo as maiores privações e sacrificios, levando o seu civismo ao ponto de com a ponta de suas espadas escrever com o seu sangue as paginas mais brilhantes da historia brazileira !

Luctavam ainda os pernambucanos, corpo a corpo e braço a braço com o insolente invasor, quando o conde Mauricio se armava e dispunha-se a conquistar a capital da Bahia para de uma vez firmar o seu dominio no Brazil. Foram ainda os pernambucanos que alli com o seu valor e heroismo salvaram aquella capital das garras dos hollandezes. Alli se immortalisaram Luiz Barbalho Bezerra, cujo nome, si já não foi mudado pela ingratidão, alli ainda se conserva em um forte por elle levantado, o bravo Rabellinho que alli morreu em combate, Camarão, Henrique Dias, Vidal de Negreiros, e outros que sob o commando do conde Bagnuolo alli se immortalisaram.

Não fosse o valor e heroismo dos pernambucanos a Bahia e os demais Estados do norte teriam sido presas da Hollanda ; não fariam hoje parte da grande União Brazileira.

Já vê sr. barão e os srs. do monumento que nós não reclamamos glorias, porque as temos de sobra ; não precisamos de monumentos, porque elles existem nas paginas da nossa historia, e gravados nos corações pernambucanos; reatamos apenas a verdade historica dos factos como elles se passaram ; não queremos e nem consentimos que a mentira impere a ponto de se pretender que ella passe á posteridade como uma verdade.

Preciso é confessar, em vista da nossa historia escripta que, comquanto a digna primogenita de Cabral, que alias nos tem legado tão bons estadistas e distinctos magistrados, e até mesmo valentes militares, todavia os seus filhos nunca puderam dispensar o auxilio dos seus irmãos pernambucanos nas occasiões de maior perigo, para resistirem á tyrannia dos seus oppressores, nem mesmo em suas luctas intestinas, como essa denominada *Sabinada* de nossos dias ; que a não ser o prompto soccorro que deste Estado lhe enviou o finado conde

da Bôa-Vista, que então presidia os seus destinos, enviando uma brigada sob o commando do valente general José Joaquim Leite, a capital d'aquelle Estado se teria convertido em um montão de ruinas, devastada pelo roubo e incendio dos inimigos da ordem e tranquilidade publicas; acto que deu logar o ser distinguido aquelle benemerito pernambucano com a espada de honra de que lhe fez presente o commercio daquella capital.

Só a nós os pernambucanos pertence a gloria de não ter precisado do auxilio dos nossos irmãos, ainda mesmo nas occasiões de maior perigo.

Quando o fanfarrão general Luiz do Rego, se preparava, como fez o Madeira, para a resistencia, concentrando tambem em suas mãos todo o poder para se tornar absoluto; organisava-se na heroica cidade de Goyanna uma junta governativa, composta de distinctos cidadãos, a 28 de agosto de 1831, que lhe mandava intimar que se retirasse para Portugal com os seus soldados.

O general portuguez, fiado na sua incontestavel bravura, e na força lusitana de que dispunha, e bem assim nos corpos que havia organisado e disciplinado, se prepara á zombar da intimação, quando teve a prova da sua realidade, nas continuadas deserções de suas fileiras, de quasi todos esses corpos com que contava para sua defesa e que marchavam para Goyanna, a unirem-se aos seus patricios contra esse tyrano que os queria opprimir.

Desenganado de que não podia contar com o auxilio dos pernambucanos, recorreu a D. Pedro I no Rio de Janeiro e ao governo installado para lhe mandar portuguezes; estes lhe faziam falta, porque precisava delles para a sua defesa, e os brazileiros diziam *que não estavam dispostos a combater contra os seus irmãos*; assim procederam os distinctos fluminenses; entretanto o governo da Bahia lhe remettia uma força de tresentos e cincoenta homens entre portuguezes e bahianos, segundo se vê da carta que D. Pedro I dirigiu ao seu pae, datada de 21 de outubro de 1821, força que aqui desembarcou a 30 de setembro; fez mais ainda: ordenou aos emissarios do governo de Goyanna, que alli foram solicitar

daquelle governo a sua neutralidade, não auxiliando ao general Luiz do Rego, e deixando que elle sómente por si se houvesse com os pernambucanos, para que dentro de tres dias se retirasse daquella cidade, conforme a intimação que lhe fôra feita.

Achando-se já preparado o governo de Goyanna para tomar parte offensiva na lucta, por isto que já contava com um exercito de dois a tres mil homens em armas, e atacar a cidade de Olinda, veiu estabelecer o seu quartel general a duas leguas de distancia, marchando ao mesmo tempo forças do sul e do norte contra a cidade do Recife.

No dia 21 de setembro, pelas sete horas da manhã, foi vigorosamente atacada a cidade de Olinda sob a direcção do commandante das armas, o major de milicias José Camello Pessôa de Mello, auxiliado pelo tenente-coronel Aleixo José de Oliveira, e em Maria Simplicia pelo tenente coronel José Maria Ildefonso Jacome da Veiga, Manoel d'Azevedo do Nascimento e Manoel do Nascimento da Costa Monteiro; destacando-se dessa força, com tanta ufania, uma parte, de que se avisinhou uma bateria de quatro canhões, que defendia a entrada da cidade a meio tiro de peça da fortaleza das Cinco Pontas. N'essa occasião a povoação dos Afogados soffreu um saque e outras devastações e ultrages da tropa do general Luiz do Rego, da qual fazia parte a que tinha vindo da Bahia composta de portuguezes e bahianos.

Do resultado desses ataques, que custaram vidas e feridos de ambas as partes, seguiu-se a convenção de Beberibe, assignada por ambas as partes, e logo depois a retirada do general Luiz do Rego para Portugal com a sua tropa lusitana.

O sabio senador visconde de Cayrú, na historia dos principaes successos politicos do Brazil, a pag 38 do tit. 3.º, apreciando com criterio as ordens que dava o principe regente D. Pedro, para as provincias, para não desembarcar tropa de Portugal, disse: «Fortuna e honra foi dos pernambucanos, o terem ainda antes de receber estas ordens, já expellido a viva força da cidade o seu governador Luiz do Rego e o façanhoso batalhão dos

Algarves, que havia causado tantas violencias e desordens, reconhecidas nas côrtes.»

Diversos movimentos revoluncionarios temos tido em nosso Estado, sem que tenha sido preciso o auxilio dos nossos irmãos, porque nós mesmos temos conseguido o restabelecimento da ordem publica.

Em soccorro de Pernambuco sómente tem vindo os nossos irmãos para auxiliar os nossos tyrannos e algozes e levar ao cadafalso e ao fuzil os nossos patriotas, como em 1817 e 1824: é só para o que elles têm servido de auxilio, ajudando a trucidar-nos.

Não podendo acompanhar o illustre barão em todos os pontos do seu trabalho, limito-me ao que tenho dito, por ser o quanto basta para provar que a exposição dos factos narrados por s. exc. não é fiel, carece de correcção; trabalho de que, si me quizesse encarregar, daria assumpto para um grosso volume; alem de atarefado com os trabalhos da vida laboriosa que tenho, acho-me doente, e sobretudo, ainda sangrando-me o coração de dôr com a perda do meu querido irmão, o meu melhor amigo e constante companheiro desde a infancia; vejo-me impossibilitado de emprehender essa tarrefa; entretanto a minha falta será vantajosamente supprida pelo nosso digno confrade o Dr. Francisco Augusto Pereira da Costa, que della se quiz incumbir, e por certo a desempenhará satisfactoriamente. Aguarde s. exc. essa resposta que em breve sahirá á luz da publicidade.

S. exc. narrando a entrada triumphal do exercito na cidade, fel-o de modo que não se conhece quaes foram os chefes victoriados pelo povo, fazendo crêr que essas ovações eram sómente feitas aos bahianos. Não quiz seguir, ao menos, o que se acha descripto por Accioli em suas Memorias; venho, portanto, completar este quadro interessante, servindo-me das proprias palavras do escriptor contemporaneo no seu *Opusculo*: « Não podendo, porém, o inimigo conservar-se por mais tempo em suas posições, em consequencia das reiteradas perdas que soffria, e do rigoroso assédio em que se achava; forçoso lhe foi ceder emfim do seu proposito

evacuando a cidade no sempre faustissimo dia 2 de julho de 1823.

Nesse mesmo dia a brava divisão de Pirajá ao mando do tenente coronel Barros, formando a vanguarda do exercito pacificador em sua marcha para a cidade, foi a primeira que teve a gloria de saudar essa nobre e antiga capital da terra da Santa Cruz.

Entrando pelo lado da Soledade, foi a divisão recebida pelas freiras á porta do convento com repiques de sinos, girandolas e capellas de flôres que fizeram distribuir pelos respectivos officiaes.

Por toda a parte foram eguaes as demonstrações de vivo enthusiasmo e publico regosijo: das varandas, que estavam apinhadas de familias, se lançavam flôres; e os estrepitosos gritos de – vivam os libertadores da Bahia—, que dellas partiam, eram logo correspondidos com effusão pelo immenso povo que affluia em multidão, e obstruia as ruas, obrigando assim a divisão a fazer uma marcha lenta até o logar do seu destino.

Chegando ao largo de palacio, ella fez alto e o seu commandante, o tenente-coronel Barros, se achou então em frente da cadeia; dessa cadeia, onde dois annos antes jazera encarcerado e opprimido em ferros por amor da liberdade. Rodeado de seus antigos amigos da Bahia, que aporfia o abraçavam, recebeu delles signaes tocantes de gratidão pelos serviços que á sua patria acabava de prestar.

Si o reconcavo da Bahia testemunhou os relevantes serviços do tenente-coronel Barros, em pról da independencia e integridade do imperio, não deixou a capital de sentir tambem a acção do seu patriotismo, e infatigavel zelo pela segurança de propriedade de seus habitantes. O commercio, sobre tudo, lhe foi por vezes devedor de importantes serviços naquelles dias de perturbação e terror em que o mesmo tenente-coronel teve a gloria de salvar a capital dos horrores da anarchia, chamando aos sentimentos de ordem e da propria dignidade uma parte da população, que exaltada pela recordação dos males que acabava de soffrer da dominação estrangeira, pretendia no delirio de suas paixões, vingar-se d'antigos sentimentos ».

Em vista do que tenho exposto, e dos documentos que aqui ficam registrados, tenho provado evidentemente que o exm. sr barão de Loreto não foi fiel na narração historica que fez desse notavel acontecimento que teve logar na sua terra natal ; e que a illustre commissão encarregada da creação desse magestoso monumento, não se houve com a justiça e imparcialidade que devia, quando fez inscrever no pedestal desse monumento, nomes de individuos, que embora muito respeitaveis pela sua illustração e patriotismo, todavia, nessa lucta não queimaram uma só escorva ; ao passo que aquelles que mais se distinguiram, sacrificando e expondo a sua vida e derramando o seu sangue em defesa dessa nobre causa, foram esquecidos com a mais negra ingratidão, como entre outros, principalmente o tenente-coronel José de Barros Falcão de Lacerda, cuja illibada reputação de brioso e valente soldado, se procurou manchar ao ponto de se inscrever, como escarneo ao bom senso, o nome do seu corneta *como herõe* do combate do dia 8 de novembro ! Entretanto em sua vida o deixaram morrer de miseria nas ruas daquella cidade !

Muito melhor teria procedido a illustre commissão si não tivesse feito essas inscripções, e se limitasse a uma simples declaração de que os nomes desses herões se acham registrados nas paginas da nossa historia, dando a cada um delles a gloria que por justiça lhes pertence : só assim teria procedido com imparcialidade e justiça.

Fica, portanto, lavrado este meu solemne protesto e registrado nos annaes desta patriotica associação, afim de que não passe á posteridade a moeda falsa que a illustre commissão póz em circulação como sendo verdadeira, e os posteros conheçam que essas inscripções não correspondem á gloria que exprime o magestoso monumento.

Si fosse possivel, me dirigiria a toda imprensa brazileira, principalmente á deste heroico Estado, para que este meu protesto fosse transcripto nas paginas de seus jornaes.

Recife, 18 de julho de 1895.

José Domingues Codeceira.

COLONIA SOCCORRO

I

Estaria em breve inteiramente perdida nas espessas sombras do esquecimento a origem da colonia *Soccorro*, si não nos resolvessemos a rememorar os motivos de sua creação, o modo por que esta se effectivou e quaes os elementos de vida de que dispôz até ser, por um erro indesculpavel, abandonado tão util estabelecimento, a que parecia estar reservada uma existencia de prosperidades.

*

Com o inicio de 1877 completou-se o cyclo fatal ás provincias do norte do Brasil: por uma coincidencia inexplicavel as grandes seccas reproduzem-se, quasi sempre, nas mesmas datas do seculo immediato, como se pode observar do seguinte quadro, no qual não se acha comprehendida a secca de 1692, a primeira de que nos dá noticia Fernandes Gama em suas *Memorias Historicas de Pernambuco*.

Grandes seccas

1710—1711	1808—1809
	1816—1817
1723—1727	1824—1825
1736—1787	
1744—1745	1844—1845
1777—1778	1877—1879
1784	
1790—1792	1889—1891

Parciaes

1827
1830
1833
1837

Na secca pavorosa de 1877 que flagellou de um modo tão cruel as regiões do norte, ainda mais dolorosa foi a sorte da heroica provincia do Ceará, filha dilectissima de Pernambuco.

Daqui sahiram em 1607 os primeiros jesuitas Francisco Pinto e Luiz Figueira, encarregados da catechese dos indios e fundação de aldeias, e taes serviços prestaram, que alli perpetuou-se a sua memoria veneranda; o que não obstou que o primeiro, de virtudes rarissimas, perdesse a vida preciosa do modo mais violento em 1608 na serra de Ibiapaba, ás mãos dos selvagens *tacarijús*, e Luiz Figueira, depois de trinta e cinco annos de peregrinação pelos sertões do Brazil, no serviço improbo de missionario, fosse devorado com quinze companheiros pelos indios da ilha de Marajó.

De Pernambuco partiram tambem os missionarios capuchos que catechisaram os indios e promoveram o povoamento do Cariri, descoberto depois do meado do seculo XVII por aventureiros bahianos sahidos do rio São Francisco.

Os primeiros povoadores do Ceará foram os pernambucanos conduzidos por Martim Soares Moreno que, já em 1603, fizera parte da empresa infeliz de Pedro Coêlho de Souza que sahindo da Parahyba á frente de oitenta portuguezes e oitocentos indios, apenas conseguiu expellir da serra de Ibiapaba, os francezes primeiros europeus que estabeleceram em 1594 commercio com os indios da costa do Ceará, e occupavam a serra naquelle tempo.

Moreno, o verdadeiro fundador do Ceará, chegando em 1609 á barra do rio desse nome, fundou o seu primeiro prisidio que alli se conservou até 1700, quando foi levantado outro no logar que ainda hoje conserva o nome de Fortaleza e accommodou as familias que comsigo levára constituindo assim o primeiro nucleo da polação cearense que nunca teve colonisação directa da Europa.

Esses primeiros povoadores, idos de nossa provincia se foram estendendo até ao sertão, subindo pelas ribeiras do Jaguaribe e Aracahu; porem a corrente maior

da emigração para aquella zona deu-se nos tempos dos hollandezes que se estabeleceram sómente nas proximidades da costa; do seu dominio ominoso fugiam os pernambucanos, assim como os habitantes da Bahia, Parahyba e Rio Grande do Norte, que no centro do Ceará foram crear fazendas de gado.

Fortaleza, designada em 1700 para a capital da capitania, sómente depois da mais odiosa lucta de vinte e oito annos com Aquiraz que lhe disputava a primazia por ser a villa mais antiga, conseguiu entrar na posse pacifica de seus direitos.

O territorio do Ceará foi comprehendido na doação feita no começo do seculo XVI ao celebre historiador João de Barros, que o erudito Latino Coelho qualifica de grave e diserto João de Barros, e foi sem duvida para a moderna historia o que Herodoto representou entre os antigos.

A primeira expedição desse donatario infeliz, a qual teve logar em 1535, sob a direcção do malfadado Ayres da Cunha, naufragou nas costas do Maranhão.

Creada a capitania do Maranhão em 1621, della continuou o Ceará a fazer parte com o Pará e Piauhy logo, porém, que Pernambuco pertencente a donatarios desde 1534, passou para o dominio da coróa em 1629, quando já se esperava a invasão hollandeza que não poderia ser impedida sómente pelos recursos dos successores de Duarte Coelho Pereira, o Ceará ficou sujeito a essa nova capitania, mas sua desannexação tornou-se effectiva em 1655, depois da restauração.

Em 1668 foi creada a capitania do Ceará, subalterna, com as da Parahyba e Rio Grande do Norte, á de Pernambuco, e em 1799 teve governo independente e permissão para commercio directo com a Europa, o qual era até então feito, quasi exclusivamente, com Pernambuco, por intermedio da Fortaleza e do Aracaty, que chegou ter a sua epocha de verdadeira prosperidade com as charqueadas annuaes de mais de vinte mil bois. Nós, em troca de seus productos, não podemos deixar de dizel-o com vergonha, mandavamos de Pernambuco a

fatal semente da escravatura, que depois tanto produziu no Ceará.

Conquistado Pernambuco pelos batavos, seu poder repellente, depois de baldada tentativa em 1632, como baldada já havia sido a de 1625 pelos piratas hollandezes, estendeu-se até ao Ceará em 1637, em consequencia das ordens do conde Mauricio de Nassau que nesse anno chegou a Pernambuco. O dominio hollandez perdurou alli ate 1644, quando seu chefe Moritz e a guarnição do forte por elle occupado, foram massacrados pelos indios. Em 1649 os invasores de novo se apoderaram do Ceará até a restauração.

O valente capitão-mór Martim Soares Moreno, que já em 1613 havia concorrido para a primeira expedição contra os francezes de posse do Maranhão desde 1612 e afinal expulsos em 1614 pelo pernambuco Jeronymo de Albuquerque, tendo conhecimento da occupação de Pernambuco pelos hollandezes em 1630, partiu no anno seguinte com seus indios em soccorro do general Mathias de Albuquerque commandante em chefe das forças portuguezas. São bem conhecidos os relevantissimos serviços prestados por Martim Soares Moreno ao logar do seu nascimento, do qual não voltou mais ao governo do Ceará, indo terminar sua vida gloriosa em Portugal, ja então restaurado do dominio castelhano.

Não foi unicamente com os serviços desse grande patriota que o Ceará concorreu para nossa restauração. Antonio Felippe Camarão, cujo retrato a municipalidade da Fortaleza conserva em seu salão de honra, não importando verificar si é elle natural da serra de Ibiapaba, na opinião do illustrado conselheiro Tristão de Alencar Araripe, si da Parahyba ou do Rio Grande do Norte, na do festejado historiador João Brigido, ou si de Pernambuco, como quer Calado, partiu do Ceará e no dia 16 de fevereiro de 1630, quando os invasores chegaram ao Rio Dôce, já Camarão alli se achava com duzentos indios. Não ha quem ignore os prodigios de valor por elle praticados na primeira phase da guerra, e a parte heroica que lhe coube na expulsão dos hollandezes.

Nas patrioticas revoluções de 1817 e 1824 o Ceará

que com justo orgulho dizia Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, em carta dirigida a Manoel de Carvalho, não ceder a Pernambuco em patriotismo e zelo por sua liberdade, tomou parte importantissima, de que já tivemos occasião de nos occupar, tratando, no numero 47 da *Revista* do Instituto Archeologico, da revolução de 1824, derramando seus filhos seu sangue generoso na defesa das idéas liberaes que de Pernambuco irradiaram pelas provincias visinhas.

Qual a occasião de luto ou de festa em que o Ceará não se achasse ao lado de Pernambuco? Nos lembraremos sempre com saudade do tempo feliz que passamos na graciosa terra de Iracema! Não sentiamos então, como hoje, o coração mortalmente ferido por uma perda irreparavel!



O doutor Thomaz Pompeu de Souza Brazil, em seu curioso officio dirigido á presidencia do Ceará, em 22 de julho de 1886, explicou de modo satisfatorio porque as seccas são tão frequentes no Ceará.

«São causadas pelo solo inclinado para oceano, da serra Ibiapaba para o Atlantico de S. O. para N. O., e pouco accidentado de modo que as aguas escoam-se prompta e facilmente deixando apenas algumas lagoas que não resistem por muito tempo á evaporação, e pela direcção dos ventos geraes, chamados aliseos, que sopram de N. E. a S. E. com ligeiras intermittencias de calma. Sendo a costa da provincia parallela á direcção do S. E. os ventos carregados de vapores aquosos, soprando nesse sentido, não encontram cumeada e focos de condensação que os faça precipitar em forma de chuva; é preciso que soprem mais fortes de N. e N. O. para penetrarem perpendicularmente á costa e se internarem até a Ibiapaba. E' então sómente que começa o inverno que vem do fundo da provincia para o littoral. Sendo inconstantes as correntes aereas e desconhecidas as leis de seus movimentos, nada se póde tentar para pôr termo ás seccas periodicas do Ceará.»

No interessante trabalho que precede ao catalogo

dos productos do Ceará, remettidos para exposição de Chicago em 1892—1893, o mesmo doutor Thomaz Pompeu de Souza Brazil trata largamente das causas da seccas naquelle estado, explicando os effeitos das chuvas pelos ventos aliseos, e conclue essa parte de sua excellente obra, affirmando que em presença dos quadros em que se acha registrada a queda das chuvas na Fortaleza desde 1849, é o Ceará dotado de beneficios que a natureza recusa a muitas regiões em que, entretanto, a industria humana tudo consegue; assim como que não lhe faltam chuvas mais ou menos abundantes, como por exemplo no valle do Jaguaribe, onde a quantidade d'agua que recebe annualmente é muito superior ás necessidades da agricultura, por mais desenvolvida que seja; descendo desses e de outros logares massa d'agua tão poderosa, pelos canaes das torrentes ou rios, vae despejar-se no oceano em pura perda para a producção agricola.

De accordo com a opinião dos profissionaes que tem escripto sobre as seccas do Ceará, aconselha que assim como a Hollanda tem seu serviço de diques, promova o Ceará a construcção de grandes açudes, as florestas artificiaes e plantação de arvores em torno delles, a abertura de canaes e de vias ferreas, a desapropriação dos terrenos marginaes para ser divididos em lotes para os immigrantes; o melhoramento dos portos, os poços indianos e instantaneos, cisternas, etc.

Na opinião do conselheiro Buarque de Macedo, cuja perda Pernambuco ainda hoje deplora, no estudo da questão havia dois pontos a examinar: as causas ou origens das seccas e os meios de minoral-as.

O primeiro estava dependente de leis naturaes superiores á vontade humana: e quanto ao segundo não acceitava o estabelecimento de observatorios, que além do mais, serviriam para alarmar a população e fazel-a fugir para o littoral.

Pensava o illustre engenheiro, que a questão do melhoramento das condições climatericas era de facil solução: duzentos açudes, tendo cada um capacidade não inferior a cem milhões de litros e estradas de ferro.

Nos demoramos nessas considerações que ahi ficam expostas, preliminares do estudo, a que nos propomos, porque tudo quanto nesse sentido diz respeito ás necessidades do Ceará tem inteira applicação a Pernambuco, onde não se tem feito as mesmas investigações que tanto hão merecido a attenção dos bons cearenses.

.:.

Depois de trinta annos de estações regulares, já o de 1876 fôra escasso em suas producções, e o começo do de 1877 prenunciava uma epocha de verdadeiras calamidades.

Em janeiro principiou a mortandade do gado e em março estava a lavoura de todo perdida.

O estado da natureza no alto sertão é perfeitamente descripto, com as mais vivas côres, pelo illustrado cearense Rodolpho Theophilo em sua obra—*A Fome*—da qual extratamos os seguintes periodos:

« O aspecto da floresta era lugubre e desolador. Apenas alguns joazeiros enfolhados vegetavam como representantes da vida que havia cessado naquelles sitios.

« A crise foi accentuando-se e o mal tomando de dia em dia maiores proporções. Os campos seccavam e as aguas desappareciam das fontes. As searas por terra não tinham produzido uma espiga. O arado se oxidava encostado na senzala. Na casa de farinha o *cuitatú* cegava-se ralando a raiz estopenta da *múcunã.*

« O solo tinha uma physionomia particular. Juncado de folhas torradas e enroladas em aspiral como embuás adormecidos, servia de domicilio a lacraus e aranhas caranguejeiras.

« A floresta, reduzida a esqueletos enegrecidos, bracejava desfolhada no espaço, extendia-se e pouco a pouco deluindo-se no ether, confundia-se muito além com o firmamento que arqueava sobre ella azul e puro.

« As tristezas da terra faziam contraste com a alegria do céo que lhe servia de cupula. Nem um nimbo toldava a limpidez daquelle immenso plano de saphira.

Apenas alguns cirrus de uma alvura argentina tendo a forma de uma aza de gaivota, immoveis nas alturas escapavam do vento de léste que soprava rijo em outro quadrante.

« Os raios do sol cahindo verticalmente sobre a terra aqueciam as rochas e os vegetaes mortos como o forno de reverbero. O calor era de 38.º centigrados. Os homens e os rebanhos erravam atôa naquella natureza tocada de morte, procurando a vida. »

A' perda do gado, calculada durante a secca em dezenas de mil contos, importancia de quatro quintos dos rebanhos perdidos pela fome e pela peste, succedeu a dos escravos avalidados em cerca de trinta e cinco mil, que falleceram, fugiram ou foram vendidos, como ultimo recurso, para o sul do imperio, por negociantes da capital que os mandavam comprar no interior por emissarios que usavam da mais torpe especulação; as terras nada mais valiam, e as joias, mesmo as mais estimadas da familia, tinham passado ás mãos de vis traficantes em troco de generos alimenticios por preços fabulosos.



Occupava a cadeira da presidencia do Ceará o distincto pernambucano desembargador Caetano Estellita Cavalcante Pessôa, desde o dia 10 de janeiro em que a recebera de seu comprovinciano o desembargador Francisco de Farias Lemos, que teve a ventura de não achar-se mais na administração, quando se deram as scenas dolorosas que pouco depois começaram a desenrolar-se.

Em abril daquelle anno fatal, o honrado desembargador Estellita, cujo coração reconhecidamente bom e generoso elle sentiu estremecer-lhe, pela novidade da situação e magnitude do perigo, deu as primeiras ordens para soccorro da população desvalida do interior, remettendo generos alimenticios, cuja destribuição confiou a commissões nomeadas para esse fim

Quando esses soccorros foram escasseando em razão da difficuldade da conducção, começou a descida dos

habitantes daquella zona infeliz para a serra Ibiapaba, Meruoca, Baturité, Aratanha, Pacatuba, e Maranguape, para o valle do Cariri, e afinal para a capital, na qual, no mez de novembro, achava-se accumulada uma população adventicia de quarenta e tres mil pessôas, recolhidas em abarrancamentos levantados nas immediações da cidade.

De accordo com as recommendações do governo imperial, começou a presidencia a promover a sahida dos famintos para o sul do imperio, onde facilmente poderiam ser empregados na grande agricultura do Rio de Janeiro e de São Paulo, de preferencia ao Amazonas, onde os emigrados, procurando recursos contra a fome na extracção da seringa, encontravam, quasi sempre, a febre e a morte nos alagados insalubres daquellas vastas regiões.

Chegando sem capital algum, eram engajados pelos proprietarios dos seringaes, onde os esperavam as molestias proprias do paiz e, ou morriam, o que muitas vezes importaria para elles a felicidade, ou, escapando depois de longos mezes de doença e convalescença, ficavam sujeitos ao patrão para pagamento de uma divida superior a suas forças, sem poder, siquer, escapar a essa nova especie de captiveiro, porque, per uma combinação perversa entre os proprietarios, não podiam os desgraçados voltar á patria sem um *passe* daquelles em cujos trabalhos haviam estado occupados.

Quantos vimos nós no Ceará que, mesmo em tempos anteriores á secca, haviam voltado a sua terra mais pobres do que eram antes da emigração, e com o organismo deteriorado para sempre!

Até novembro de 1877, quando a sahida dos famintos ainda não tinha attingido maiores proporções, deixaram a patria 3.503 retirantes. Como era feito nessa e em outras occasiões o embarque desses infelizes!

Eis como Rodolpho Theophilo descreve uma dessas scenas repugnantes:

« Chegou a hora da separação. Quatrocentos retirantes de todas as edades marcham em prestito para o porto da cidade. Era triste aquella procissão como o

desfilar de um enterro. Todos magros, macilentos e esfarrapados, davam ao cortejo a côr sombria da tristeza.

«Forçados a abandonar a terra natal, caminhavam desalentados. Pela cadencia do passo lento e grave podia-se avaliar do desgosto que lhes ia n'alma! Seguiam em silencio e muitos tinham os olhos pisados de chorar!

«Chegaram ao porto do embarque. Quatro grandes alvarengas, proximas da praia pela vasante da maré, se balançam nas ondas da arrebentação, esticando as correntes das amarras que mordiam as areias do porto. Eram os bateis que deviam transportar a bordo do vapor *Pernambuco*, os infelizes condemnados a abandonar a patria.

«Os encarregados do embarque dos emigrantes, n'um açodamento cruel, faziam transportar para bordo das lanchas os retirantes. O serviço era feito de um modo deshumano e afflictivo. Não havia um caes, uma ponte para atracarem as embarcações. Uma duzia de homens fortes e musculosos, nús, tendo apenas uma tanga, trabalhadores da capatazia do porto, faziam o embarque dos emigrantes, a tostão por cabeça, com a mesma humanidade com que costumavam carregar os fardos de algodão, ou saccos de assucar. Não havia alli respeito á velhice, decóro á honestidade e protecção á infancia! Queriam ganhar depressa o seu tostão, e a moça, o velho, o menino, conduziam do mesmo modo, nos hombros e chegados a bordo da lancha, atiravam sem piedade como si fossem corpos inanimados!

«Os quatrocentos emigrantes que tinham vindo de terra para o *Pernambuco*, foram recebidos á bordo do navio; porém o immediato, não tendo accommodações para mais de duzentos, pól-os em fórma, sem attender a que alli iam familias e que seus membros deviam ficar reunidos, começou a contagem da columna. Chegando a duzentos, fez voltar o excesso para as lanchas que ficariam bordejando até segunda ordem.

«Os retirantes obedeceram e aguardavam o momento de voltar ao vapor, quando o navio suspende a ancora e apróa para o sul.

«A confusão foi horrivel.

«Um só grito de desespero, um echo longo de um só pranto partiu das lanchas e da prôa do *Pernambuco*.

«Quanto mais se afastava o navio, mais augmentava o alarido.

«Meu pae que vae! Minha mãe que ficou! Meu filho! Meu marido! Meu irmão!

«Quasi todos exclamavam, quasi todos lastimavam um amor que seguia.

Na administração do honrado magistrado iniciaram-se obras de grande utilidade, que, tornando menos improductivo o despendio dos dinheiros publicos, proporcionavam a occupação de milhares de pessôas entregues, máo grado de muitos, á ociosidade, creadora dos vicios e dos crimes.

∴

Ao conselheiro Estellita succedeu, em 23 de novembro do mesmo anno, o pernambucano conselheiro João José Ferreira de Aguiar que além dos quarenta e tres mil retirantes deixados na capital por seu antecessor, encontrou mais no Aracaty trinta mil, em Baturité e em outros logares proximos oitenta mil, sendo, portanto, a população desvalida, deslocada de suas antigas habitações calculada em cento e sessenta mil; a entrada na Fortaleza, depois de sua posse, continuava aos milhares por dia.

Na impossibilidade de remetter soccorros para o alto sertão, o novo presidente procurou attrahir, ainda mais, para o littoral os infelizes que teimavam em permanecer naquellas regiões miseraveis.

Observando a injustiça com que eram distribuidos os soccorros, dos quaes tanto se abusou naquelle tempo calamitoso, não se demorou em adoptar as providencias que convenientes lhe pareceram.

Em logar dos cartões que facilmente se falsificavam e davam occasião a transacções indignas, de quinhentos réis a tres mil réis, pagos pelos agentes da thesouraria de fazenda,mandou proceder a minucioso arrolamento

dos retirantes, aos quaes eram distribuidos generos alimenticios e dinheiro, acabando com os abarracamentos.

Foi geralmente reputado um erro grave do conselheiro Aguiar a cessação do systema adoptado por seu antecessor, de fornecer alimentação gratuita aos invalidos e empregar em obras publicas os que não estivessem nas mesmas condições. Pareceu-lhe, como declarou em seu relatorio, que no estado sempre crescente da secca e dos seus fataes resultados, era do seu rigoroso dever applicar de preferencia todos os recursos fornecidos pelo estado a facilitar á população indigente meios de existencia, e que toda e qualquer quantia desviada desse fim importava uma verdadeira defraudação do soccorro garantido por lei aos infelizes retirantes.

Em sua administração começou a desenvolver-se a epidemia, companheira inseparavel da fome, e a fundação de enfermarias publicas.

Continuou o exodo dos cearenses. Sómente pelos portos da Fortaleza, Aracaty, Granja e Acarahú sahiram 41:358 pessoas, sendo para o Maranhão, Pará e Amazonas 8:306 e para Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro 3:517; não podendo ser calculado o numero dos que por terra procuraram salvar a vida,

*
* *

Ao conselheiro João José Ferreira de Aguiar succedeu em 4 de março de 1878, o illustre cearense doutor José Julio de Albuquerque Barros, depois barão de Sobral a cujo patriotismo e energia propria da mocidade, confiou a politica liberal que se inaugurava então, a direcção de sua provincia em quadra tão calamitosa, que não o apavorou nem aterrou seu espirito valente. Não lhe negará justiça quem teve depois serios motivos de desgostar-se de seu procedimento no elevado cargo de director geral da secretaria de estado dos negocios da justiça.

A secca ia entrar, com sua administração, em phase ainda mais dolorosa. Mais de duzentos mil emi-

grantes existiam agrupados nas cidades e villas do littoral e todos os dias entravam centenas de homens, mulheres e meninos em completa nudez, macilentos, inanidos, com a pelle collada aos ossos, em grande parte deformados pela anazarca e edema; muitas das pobres mães com os filhos pendentes do collo já moribundos, segundo a triste descripção feita pelo doutor José Julio em seu relatorio de 1878.

A secca extendia-se pelas provincias do norte desde a Bahia até ao Maranhão, e no Ceará era aggravada por não haver cahido uma só gotta d'agua de agosto a dezembro; em junho apenas 0,004, e em julho 0,012 millimetros. Desapparecera quasi toda a lavoura nos logares em que ella ainda existia, reduzindo á ultima extremidade a população que corria a agglomerar-se nas cidades e villas sem auxilio dos recursos naturaes, sem pão, sem roupa, sem leito e tratamento medico. A' fome juntou-se a peste resultante dessa agglomeração, do calor, má alimentação e falta de asseio. A variola, a febre biliosa, o beriberi ceifaram em toda a provincia cerca de cem mil vidas!!

Os meios de transporte tornavam-se cada vez mais difficeis. Localidades houve em que foram empregados os homens, na distancia de vinte a trinta leguas, na conducção de carros com soccorros publicos; pelo que a emigração tomou proporções ainda maiores. Homens, outr'ora ricos e de posição social, viram-se obrigados a descer ao nivel a que a miseria a todos havia reduzido.

Esgotada a mucunã, escreve o illustrado administrador, o chique-chique, o mandacarú, caroatá, carnahuba, palmitos, passaram os famintos, no desespero da fome, a comer carne de cães, dos abutres e corvos, dos reptis, e por cumulo de miseria ou perversidade, não foi sem exemplos a antropophagia, da qual tambem nos dá noticia Rodolpho Theophilo que escreveu a historia da secca, com sciencia e consciencia, não sendo capaz de inventar scenas inexactas, degradantes de sua terra querida.

Para a viagem dispuzeram os miseros retirantes de tudo quanto ainda lhes restava até das joias de mais estima da familia, como acima fica dito; mesmo assim

a estrada do sertão para o littoral, percorrida por esses infelizes, ficou alastrada de ossadas dos que não puderam resistir aos rigores da fome e da doença.

E como á fome, além da peste, acompanha a guerra, não faltou esta ao pobre Ceará naquella epocha deploravel. Hordas de salteadores, commandadas pelos Viriatos, Quirinos e Calangros, á frente cada um de cento e cincoenta a duzentos homens, que desde annos anteriores praticavam as mais revoltantes violencias no centro da Parahyba e Rio Grande do Norte, extenderam naquelle tempo suas depredações pelo Cariri, sendo necessario para repellil-os, que as provincias se puzessem em pé de guerra.

As praças e ruas da Fortaleza foram convertidas em abarrancamentos; o lyceu e outros edificios publicos serviram para alojamentos immundos que ainda mais contribuiram para a propagação da epidemia que assumiu as mais extraordinarias proporções e fizeram elevar-se enormemente o obituario.

Eram a principio as febres infecciosas; depois as intermittentes e remittentes de mau caracter, e ao mesmo tempo a diarrhéa, desinteria, anasarca e beriberi.

E como si não fossem sufficientes esses grandes males para tormento dos famintos, appareceu entre elles a *hemeralopia* que é a perda completa da visão durante a noite, da qual foram muitos atacados na capital, em Maranguape e Pacatuba.

Quando declinavam essas enfermidades, capazes só por si de dizimar essa grande massa de infelizes, já predispostos á doença, fez em agosto, sua tragica erupção na capital a terrivel peste da variola, importada da Parahyba e Rio Grande do Norte pelo Aracaty. Zombando das mais energicas providencias adoptadas pelo governo, foi medonha a sua acção destruidora.

Cahiam a principio ás dezenas, depois ás centenas e afinal aos milhares. A conducção dos cadaveres tornou-se difficilima, muitas vezes era sua existencia, mesmo dentro da cidade, denunciada pela presença dos urubús. Não podendo os corpos ser amortalhados, eram conduzidos, com os trapos em que estavam envolvidos,

em redes immundas, ou amarrados de pés e mãos em um páu! Alguns chegaram a tal estado de decomposição, que eram os pedaços ensaccados e assim levados para o cemiterio, cujas vallas recebiam MIL CORPOS POR DIA!!

Os cadaveres das pobres crianças mortas nos abarracamentos eram de manhã recolhidos em grandes saccos e na mais repugnante confusão dados á sepultura.

« A peste, escreve Rodolpho Theophilo, invadiu tudo, desde a palhoça do retirante até o palacio do presidente da provincia. Por toda a parte ouviam-se os gemidos dos moribundos, os gritos dos loucos no dilirio da febre eruptiva!

« Era excessivo o panico e geral a consternação. As ruas da cidade eram desertas: apenas durante o dia transeuntes a conduzir remedios e dietas!... Ao anoitecer fechavam-se as portas e accendiam-se pequenas fogueiras de alcatrão nas ruas e praças; o que dava á cidade um aspecto triste e lutuoso.»

Não era o doutor José Julio partidario da emigração forçada, pelo justo receio do destino que aguardava quatrocentos mil indigentes de ambos os sexos e todas edades; não podia, porém, oppôr-se ao exodo de seus comprovincianos, para cuja conservação seria necessario despender de mil e quinhentos a dois mil contos por mez.

De novecentas mil almas, em que calculava elle naquelle tempo a população do Ceará, tres quintos habitavam o sertão; e desses tres quintos dois terços estavam reduzidos á indigencia. Dos dois quintos que habitavam o littoral e as serras, sómente um terço se achava em peiores condições; em novembro, portanto, de 1878 o total dos indigentes elevava-se a quatrocentos e oitenta mil que iam sempre em augmento; dizimados apenas pela morte.

Nos cento e sessenta mil deixados pelo conselheiro Aguiar em novembro de 1877, agglomerados na capital, no Aracaty e em outros logares proximos, não estavam comprehendidos os de outros pontos como Cascavel, Paracurá, Trahiri, Mundahú e Amarração. De novembro a março o numero elevou-se na capital de quarenta e tres

mil a oitenta mil, no Aracaty de trinta mil a cincoenta mil, continuando a crescer em outras cidades e villas do litteral; podia-se, pois, calcular em duzentos e vinte mil os que sómente dessas localidades vinham engrossar o numero de indigentes que desde abril de 1877 eram soccorridos pelos dinheiros publicos, e em quatrocentos mil o total daquelles para cuja alimentação eram precisos mil e quinhentos a dois mil contos, como fica dito.

A sahida dos cearenses para fóra da provincia regulou de abril a outubro em 20,035 pessôas, com passagens concedidas pelas commissões encarregadas desse serviço, porém sahiram aos milhares com passagem directa do governo pelos portos da Granja, Acarahú, Mundahú e Aracaty, com destino, na maior parte, ao Pará, Maranhão, Espirito Santo e Rio de Janeiro. Desses infelizes destinados ao Pará 241 naufragaram no brigue portuguez *Laura*, escapando apenas 109; ficaram 132 sepultados nos baixos de *Japerica*.

O illustre administrador não partilhava da opinião do seu ultimo antecessor com relação ao emprego dos retirantes em obras publicas: pelo contrario lhe parecia mais adoptavel a providencia tomada pelo governo inglez por occasião da fome da India, recommendando o emprego dos flagellados em trabalhos publicos, principalmente nas vias-ferreas. Com grande proveito para os habitos dos que não eram ociosos e utilidade do adiantamento material de sua provincia, ordenou que fossem emprehendidas diversas obras, e entre ellas o prolongamento da futurosa estrada de ferro de Baturité, pertencente a uma companhia particular denominada *Cearense*, que teve a coragem de emprehender obra de tão grande alcance; para esse fim foi desapropriada pelo governo geral.

Ordenou egualmente a continuação da estrada de ferro de Sobral, e outras obras de reconhecida vantagem em numero de quinhentas e treze, que já existiam quando foram os trabalhos dos retirantes suspensos, com excepção dos das duas estradas de ferro.

Por mais louvaveis que fossem as intenções da presidencia, o serviço era feito de modo deploravel. Sem

attenção á edade e fraqueza resultante da má alimentação, e das molestias, era de grande parte dos emigrados dura obrigação o transporte de pesadas pedras que iam buscar ás costas, ás pedreiras que da cidade se achavam na distancia de doze kilometros, recebendo em troco um litro de farinha e quinhentas grammas de carne de charque para si e para a familia.

Os soccorros eram prestados parte em generos e parte em dinheiro. Os cartões de 500 a 5.000 réis, restabelecidos pela urgente necessidade de dinheiro, foram logo abandonados; eram falsificados, como já fica dito e davam ensejo a torpes expeculações.

Os alojamentos fôram afastados do perimetro da cidade e construidos de accordo com as exigencias da hygiene.

Continuaram os soccorros publicos até 30 de abril de 1880, em razão das chuvas que cahiram nos mezes de fevereiro, março e abril, principalmente no segundo desses mezes em que o inverno foi franco; melhorando consideravelmente as condições da população, não autorisavam, contudo, a cessação repentina da assistencia publica, aos emigrados que ainda se conservavam na capital, e muito menos aos que se achavam occupados nas estradas de ferro.

Em março começou a internação dos retirantes, e foi diminuindo a despeza com sua alimentação, até que foi de todo supprimida em abril, quando teve logar a sahida dos ultimos.

Com a alimentação de mais de quatrocentos mil famintos e tratamento de cento e cicoenta mil doentes despendeu o estado quantia superior a quarenta mil contos de réis!

Em consequencia do que ahi fica toscamente exposto e que bem longe ainda está dos horrores que se deram na secca de 1877, muito sorprehendido deveria ter ficado o conselheiro Tristão de Alencar Araripe, que em sua interessante *Historia da Provincia do Ceará desde os tempos primitivos até 1850*, escreveu o seguinte:

« Varias seccas flagellaram a capitania no decurso

do seculo XVI, e a tradição conserva a memoria das seccas de 1724, 1726, 1772 e 1793, as quaes causaram grande mortandade nos gados de toda a especie e trouxeram grandissimo transtorno á população que via perder-se os seus cabedaes e soffria os incommodos de uma forçada transmigração.

« *Conta-se que nessas occasiões morriam á fome algumas pessoas*; persuado-me, porém, haver exaggeração em taes noticias. *Se alguem morria* era isto antes devido ás molestias resultantes dos rigores das estações e da má alimentação do que propriamente de fome.

« Antes do abadono de um logar não é presumivel que deixassem exhaurir-se a ponto de ficar sem recursos para manter a vida, sendo certo que nos mattos havia caça e fructos, que podiam aproveitar-se até certo ponto. A falta d'agua que sómente encontrava-se em grandes profundidades e longas distancias, constituia o peior mal desses tempos de sequidão.

« D'estas seccas a mais extensa e fatal foi de 1793 que durou até 1795, semdo por isso denominada a *secca grande*. A recordação d'ella conserva-se ainda em lembrança de muita gente contemporanea desse lamentavel successo.»

Como não deviam ter ficado corridos os que no começo da calamidade, que tão cruelmente flagellou as provincias do norte, em vez de concorrerem com seus serviços e com sua fortuna para allivio das victimas, por partidarismo e máu caracter levantaram, naquelle tempo, as mais exageradas accusações contra o governo; assim como os representantes da nação que longe de auxilarem as administrações provinciaes na debellação do terrivel mal, regateavam no parlamento os recursos garantidos por lei, duvidando até si os soccorros publicos deviam limitar-se á alimentação gratuita fornecida aos famintos, e si era licito organisar trabalhos para empregar a população desvalida.

Muito se abusou, é exacto, tanto no Ceará, como nas demais provincias, nessa quadra calamitosa.

« Por esta occasião, escreveu o barão de Sobral, tão cedo roubado ao amor da patria, em seu relatorio de

1880, agradeci a todos os cidadãos que se prestaram a auxiliar a administração em tão ardua tarefa, a maior parte dos quaes coparticipou nella por sentimento de humanidade e patriotismo, com sacrificio dos seus interesses e ainda, expondo-se aos assaltos da maledicencia e da calumnia, que nem sempre respeitam as mais solidas reputações e dedicação ao bem publico.

« Si alguns commissarios abusaram, deve a justiça punil-os severamente e para isso tem sido submettidos á sua acção todos os denunciados; mas o criminoso desvio de alguns não desvirtua os relevantes serviços que deve a causa da humanidade a tantos dos mais distinctos cidadãos de todas as localidades da provincia. Tendo-se em consideração o numero das commissões, a natureza do serviço e as circumstancias excepcionaes da provincia, victima por mais de tres annos dos maiores flagellos que jamais affligiram a um povo, se reconhecerá que as denuncias dadas e as suspeitas levantadas a respeito de algumas dezenas de commissarios já especificados na parte deste relatorio em que se occupa da administração da justiça, não póde prejudicar o caracter cearense, nem escurecer o merecimento de centenas de cidadãos probos que com verdadeiro patriotismo e desinteresse auxiliaram o governo na obra da salvação publica, tanto mais quanto a somma dos prejuizos que se allega ter soffrido a fazenda com aquelles abusos, não está ainda verificada nem é relativamente muito avultada.

« Faço esta observação porque não falta quem, olhando sómente para a enormidade da despeza, leve á conta de desperdicio o que era indispensavel, para resgatar da fome e da peste a mais de cem mil indigentes e deixar a provincia, sinão em condições prosperas, ao menos favoraveis á restauração de suas forças e progressivo desenvolvimento, graças a conversação da esmola em salario, que permittiu realisar melhoramentos consideraveis, entre os quaes cem kilometros de estradas de ferro e mais de quinhentas obras geraes, provinciaes e municipaes, que por ventura absorveriam, em circumstancias normaes, tudo quanto se despendeu com a secca e pestes do Ceará.

A despeza poderia ser menor, limitando-se o soccorro ao moribundo, como alguns pretendiam, mas a provincia estaria reduzida á ultima miseria, e as machinas de trabalho que a ração da carne e farinha pudesse conservar, deviam ser removidas para outra terra em que pelo salario alcançassem meio de subsistencia, não bastando achuva para dal-o: arruinados o commercio e a industria, desorganisados todos os serviços publicos, como seria si o estado não se impusesse tantos sacrificios para salvar a provincia.

***

O doutor José Julio de Albuquerque Barros, com a consciencia de haver prestado á sua provincia os serviços que dependiam de sua intelligencia e grande actividade, e com o pesar profundo de não ter podido evitar esses abusos a que se referiu em seu relatorio e pelos quaes foram instaurados processos contra todas as pessoas nelles compromettidas, entregou em 2 de julho de 1880, a administração ao conselheiro André Augusto de Padua Fleury e continuou em outros cargos elevados a ser util ao paiz.

II

Parahyba [*para* porto, *yba* máu, conforme a definição de Elias Herckman], logar em que passou os primeiros annos de uma existencia feliz quem escreve estas linhas, foi antes de conquistada, a terra dos tabajaras, potyguares e kariris. [1]

(1) Elias Herckman é o autor de uma excellente monographia sobre a Parahyba, impressa em 1639 na *Chronica* do Instituto de Utrecht.

Foi esse escripto um dos documentos trazidos da Hollanda pelo doutor José Hygino e cuja traducção acha-se publicada no numero 31 da *Revista* do Instituto Archeologico.

Depois de rapido exame da historia da Parahyba, faz

Dividido o territorio do Brasil em capitanias, por doação de dom João III em 1534, a Pedro Lopes de Souza, que havia em 1532 tomado parte na exploração do Rio da Prata e de volta para Portugal expellido os francezes que de novo se haviam apoderado de Itamaracá, depois de batidos por Duarte Coelho Pereira, couberam em 1535 tres lotes, sendo um delles de trinta leguas, a partir do rio Santa Cruz que cerca em redondo Itamaracá até a Bahia da Traição, na altura de seis gráus e vinte e cinco minutos da linha equinocial.

Estabelecida a séde da capitania na ilha, não póde

Herckman descripção minuciosa de suas fortificações, e dos rios e das lagoas: dá noticia do modo porque começaram a capital, as villas, as povoações e as aldeias: enumera, com admiravel interesse, todos os engenhos, occupando-se com os acontecimentos mais notaveis relativos a cada um delles. Trata da fertilidade dessa capitania e termina seu curiosissimo trabalho com a narração dos costumes dos selvagens tapuyas com quem viviam em constante guerra os indios naturaes daquella região.

Foi Elias Herckman nomeado director da Parahyba, em substituição de Ipo Eysens, morto no combate de 14 de outubro de 1636, do qual mais tarde nos occuparemos ligeiramente e nessa qualidade tomou as providencias para que fossem batidos os portuguezes commandados pelo valente capitão Francisco Rebello.

Em setembro de 1641 partiu Herckmen do Recife com uma commissão composta de mais de cem pessoas, incumbida de explorar o interior, onde se dizia existirem minas de ouro. Era a segunda tentativa que se emprehendia nesse intuito; a primeira fizera-se em 1625 sob a direcção do alcaide Manoel Rodrigues.

Depois de uma viagem penosissima e arriscada de dois mezes, sem que obtivesse o menor resultado, voltou o sabio hollandez, por se terem os companheiros recusado a proseguir na exploração.

Enganou-se o nosso illustre consocio José de Vasconcellos, de saudosa recordação, affirmando em suas *Datas Celebres* que Elias Herckman viera para o Brasil em companhia de Mauricio de Nassau, que partindo de Texel em 25 de outubro de 1636, chegou ao Recife em 23 de janeiro do anno seguinte: muito antes da vinda do conde se deram os dois combates do engenho Santo André, dos quaes Herckman dá noticia em sua monographia, como já sendo o director da Parahyba, quando os hollandezes se encontraram com os portuguezes em 27 de novembro.

seu donatario, durante os tres annos de sua residencia alli, conquistar e povoar o continente, nem tão pouco o conseguiu sua filha Heronyma Isabel de Souza, que lhe succedeu no governo, por ter fallecido Pedro Lopes naufragado no canal de Moçambique, ao voltar da India em 1539 e succumbido seu filho em 1576 na celebre batalha de Alcacerkibir; pelo que passou a parte comprehendida entre a Bahia da Traição e a barra de Goyanna, para o dominio da corôa de Portugal, constituindo em 1584 a capitania da Parahyba. [2]

Dom Sebastião, o rei infeliz que terminou ingloriamente a vida nessa desastrada batalha a que acabamos de nos referir, havia dado ordem a Diogo Lourenço da Veiga, governador geral do Brazil, para que fossem expulsos os selvagens que ainda se conservavam no territorio da nova capitania.

Essa ordem foi repetida pelo rei o cardeal dom Henrique em seu curto reinado de pouco mais de um anno e transmittida ao governador de Pernambuco que era então Jeronymo de Albuquerque na ausencia de seu sobrinho Jorge de Albuquerque Coelho que ia acompanhar o rei de Portugal para a Africa.

Em virtude dessa determinação partiu de Olinda, em 1579, o capitão João Tavares para expellir da Parahyba os selvagens potyguares e seus alliados os francezes que desde muitos annos se haviam estabelecido entre

(2) Essa noticia relativa á successão de Pedro Lopes de Souza na capitania de Itamaracá, extrahida do excellente trabalho do nosso fallecido consocio doutor Maximiano Lopes Machado, publicado no numero 29 da *Revista*, não combina com aquella que resulta da sentença de 20 de maio de 1615, proferida na contenda suscitada entre os herdeiros do donatario.

Consta dessa sentença proferida por juizes especiaes nomeados pelo rei, que resolveram a questão sem appello nem aggravo, que por morte de Pedro Lopes de Souza, coube a capitania de Itamaracá a sua filha dona Jeronyma de Albuquerque, casada com dom Antonio de Lima e que por morte de dona Jeronyma passou a doação a sua filha dona Isabel de Lima que morreu sem descententes.

Consta mais que Martim Affonso de Souza, donatario da capitania de São Vicente, irmão de Pedro Lopes de Souza, teve

elles para o trafico de algodão e páo-brazil, levantando nas proximidades da barra um forte, ainda hoje conhecido por *Forte Velho*. João Tavares, chegando ao logar de seu destino, fez na ilha *Cambôa*, no meio do rio Parahyba, um presidio e começou a povoação a que deu o mesmo nome do rio.

Em 1583 o capitão Fructuoso Barbosa, nomeado segundo governador da Parahyba, chegou ao sitio em que se estabelecera João Tavares, e de novo occupado pelos potyguares e seus alliados e removeu o presidio para a barra do rio; porém vendo-se immediatamente cercado ahi pelos selvagens e francezes e não dispondo da força precisa para batel-os, pediu soccorro ao governador geral que era nesse tempo Manoel Telles Barreto, o qual por não poder acudir de prompto e pessoalmente, como pretendia, fez partir da Bahia em 1584 o general castelhano Diogo de Flores Valdez e Diogo Vaz da Veiga que com quatro naus e tropa sufficiente conseguiram afugentar os indios e tomar quatro navios francezes carregados de páo-brazil. Depois do que retiraram-se, deixando o forte guarnecido de artilheria e munições, com cento e

dois filhos, Pedro Lopes de Souza fallecido na Africa com o rei dom Sebastião e dona Ignez Pimentel casada com dom Antonio de Castro, conde Monsanto; deste era filho dom Luiz de Castro, pae de dom Alvaro Pires de Castro, de Pedro Lopes de Souza fallecido na Africa eram filhos Lopo de Souza e a condessa de Vimieiro.

Tendo fallecido sem ascendentes dona Isabel de Lima, como fica dito, em testamento declarou seu sucessor na capitania de Itamaracá a seu primo Lopo de Souza, que tomando posse a governou até 1610 quando falleceu instituindo sua herdeira a sua irmã a condessa de Vimieiro, contra quem propoz questão dom Alvaro Pires de Castro, conde de Monsanto, em cujo favor foi proferida a referida sentença: por que, apezar de serem Lopo de Souza e sua irmã descendentes de varão, e o conde Monsanto de dona Isabel Pimentel e de ter sido Lopo de Souza instituido successor por dona Isabel de Lima, sendo os descendentes de Martim Affonso de Souza parentes, em egual gráu, de Isabel de Lima, neta de Pedro Lopes de Souza donatario da capitania, pertencia o direito de successão a dom Alvaro Pires de Castro, por ser filho de dom Luiz de Castro que era mais velho do que Lopo de Souza.

O julgado judicial foi confirmado por cartas de 1 de abril de 1617 e 3 de julho de 1628.

cincoenta soldados commandados pelo capitão hespanhol Francisco Castrejean.

Na ausencia do general deu-se sério conflicto de jurisdicção entre Castrejean e Fructuoso, sendo este obrigado a retirar-se para Pernambuco. O official hespanhol que não estava acostumado a uma guerra tão cruel como a que lhe faziam os selvagens que voltaram á fortaleza logo depois da partida de Fructuoso, abandonou o seu posto e recolheu-se á ilha de Itamaracá.

Regressando Fructuoso Barbosa á Parahyba em 1584, acompanhado da força necessaria, bateu os indios e os francezes e recuperou a posse da fortaleza de Cabedello. Em agosto de 1585 o capitão João Tavares, que era escrivão da camara e do juizo de orphãos de Olinda, foi á Parahyba com o ouvidor geral do estado Martim Leitão, incumbido de ajustar pazes com Piragibe, chefe dos tabajaras, contra os potyguares e conseguiu realisar commissão tão importante, sendo nessa occasião creada a primeira aldeia dos indios alliados, sob a direcção dos padres jesuitas e edificada, em melhores condições, a cidade e a freguezia de Nossa Senhora das Neves, nome que Herckman attribue aos incommodos, tormentas, ventos e chuvas a que estiveram expostos os companheiros de João Tavares em sua primeira excursão, que, porém, os nossos historiadores entenderam ser devido ás pazes celebradas com os tabajaras em 5 de agosto, dia consagrado á Senhora das Neves; opinião muito mais acceitavel do que a do escriptor hollandez.

A' cidade deu o ouvidor Martim Leitão o nome de Felippea em honra de Felippe II de Hespanha que depois da morte do cardeal rei dom Henrique em 1580, em virtude da declaração das côrtes de Thomar em 1581, occupava o throno lusitano, disputado por oito pretendentes, no numero dos quaes contava-se o papa Gregorio XIII, por tratar-se da herança de um cardeal.

Felippe II não merecia tal distincção. Era o detentor injusto da nação portugueza de que se apossara violentamente, apezar de ser o monarcha que reinava então sobre o mais vasto territorio, deixado por seu pae Carlos Quinto, que sonhava com a monarchia universal: o im-

perio da Allemanha, a Hespanha, a Hollanda, parte da Italia e extensas possessões da America ; territorio enormemente augmentado pela usurpação de Portugal e suas possessões e conquistas na Africa e na Asia.

O sceptro de ferro desse rei fanatico e cruel pesava de modo esmagador sobre os seus numerosos subditos, não sendo poupados aquelles que melhores serviços lhe haviam prestado, e sobre sua propria familia sendo a causa da morte das esposas e do filho primogenito que não era culpado de, pelas leis do atavismo, ser louco, como sua bisavó Joanna, mulher de Felippe o bello.

Emquanto em Pernambuco, que nunca recebeu do Fellippe II o menor beneficio e pelo contrario foi sempre abandonado pelos reis castelhanos, lhe eram liberalisadas demonstrações como essa de que se lembrou o ouvidor Martim Leitão, accendia o rei feroz o facho da discordia na propria patria e levava a guerra civil ao seio de seus vassallos de Aragão que ousavão defender seus antigos foros e protegiam a independencia de sua justiça.

Não é contra o poder judiciario que primeiro se levantam os tyrannos ?

O nome de Felippéa desappareceu em 1640 com a restauração de Portugal do dominio castelhano, tornando a cidade a ter o de Parahyba.

O ouvidor Martim Leitão. que tanto sabia manejar a espada da justiça como a de guerreiro, partiu, depois do que fica acima exposto, para o norte da capitania, com uma força respeitavel de portuguezes e tabajaras, e expurgou os logares por elle percorridos e que ainda estavam sob o poder dos potyguares, até a Bahia da Traição, onde os frencezes se haviam fortificado.

Em 1509, no reinado de Felippe III, que no anno anterior tinha succedido a seu pae Felippe II de Hespanha e I de Portugal, sendo governador geral do estado do Brasil dom Francisco de Souza, foi tão energica a perseguição feita em pessoa contra os indios da Parahyba e do Rio Grande do Norte, por Manoel Mascarenhas Homem, governador de Pernambuco, na ausencia do donatario, que os potyguares foram forçados a fazer

pazes com com os portuguezes daquellas capitanias, sendo governador da primeira dellas Felix Coelho de Carvalho. (3)

Quasi um seculo depois foi que começou a população da Parahyba a extender-se pelo interior da capitania, e quando os hollandezes em 1634 apoderaram della, o sertão era ainda inteiramente desconhecido. O Pilar foi povoado em 1763 e Campina Grande em 1769. Piranhas e Piancó foram conquistados do poder dos selvagens em 1697 pelo capitão-mor Manoel Soares de Albergaria, vigessimo quinto governador da Parahyba. Foi durante sua administração, a qual durou desde setembro daquelle anno até julho de 1700 que edificou-se a casa da alfandega e tiveram principio a reconstrucção da fortaleza do Cabedello, a casa da camara, cadeia e sala das audiencias.

A capitania da Parahyba, que deve seu nome, cuja etymologia já dissemos, ao do seu maior rio, primitivamente *São Domingos*, foi sujeita á de Pernambuco até ao anno de 1785, quando passou a ter governo separado e independente, sendo Antonio Borges da Fonseca seu primeiro governador depois dessa epocha.

Os laços de união fraterna da Parahyba com Pernambuco, começaram a ser cimentados desde que na primeira dessas localidades ainda dominavam os selvagens; Itagibe e Piragibe, chefes dos tabajaras, primeira tribu que fez alliança com os portuguezes, prestaram a Pernambuco os mais valiosos serviços, quer na defesa

(3) Jorge Coelho de Albuquerque, o terceiro donatario, de quem acabamos de fazer menção, sendo prisioneiro na batalha de Alcacerkibir, resgatado e posto em liberdade em 1580, não veiu mais a Pernambuco, cujo governo foi exercido, a principio por seu tio Jeronymo Albuquerque o torto, fallecido em 1594, e depois por varios loco-tenentes, licenciado Santo Rodrigues Cardoso, Pedro Homem de Castro, dom Fellipe de Moura casado com a neta da india Arco Verde, filha de Fellipe Cae por ultimo Manoel Mascarenhas Homem que passando a administração da capitania ao bispo dom Antonio Barreiros que se achava então de visita em Olinda e ao primeiro vereador Duarte de Sa, partiu em 2 de maio de 1597 para a conquista do Rio Grande do Norte, de que vimos dar noticia.

de Duarte Coelho Pereira, constantemente atacado pelos ferozes cahetés em Olinda e Iguarassú, suas primeiras feitorias, quer na expulsão dos francezes.

Tabajara era a india formosa, filha do cacique Arco Verde, a qual salvou da morte a Jeronymo de Albuquerque, cunhado do primeiro donatario. Prisioneiro dos indios, tendo perdido no combate um olho, teria egualmente perdido a vida sem a generosa intervenção daquella que teve depois o nome de Maria do Espirito Santo e de cujos amores com Jeronymo de Albuquerque nasceram oito filhos, chefes de familias importantissimas de Pernambuco que não devem desvanecer-se de proceder de uma *princeza das selvas*. O ferreiro. Pedro que, fazendo parte da expedição de Ayres da Cunha, naufragou em 1536 nas costas do Maranhão, teve da mesma sorte á sua disposição muitas filhas dos caciques visihos.

Não eram sem exemplo os amores das indias pelos prisioneiros de sua tribu; entre outros poderemos invocar em favor de nosso asserto a lenda famosa de *Grammame* que deu nome a um dos rios da Parahyba. O tapuya *Guara*, prisioneiro dos potyguares, com os quaes sua tribu se achava em guerra, foi confiado aos cuidados de uma india que devia tratal-o convenientemente, ate que estivesse elle em estado de ser devorado com as formalidades do costume. Como era muito natural, o preso e sua guarda mimosa amaram-se. Os principaes da tribu, tendo conhecimento desses amores, mas não querendo contrariar a india que oppunha-se tenazmente ao sacrificio do tapuya, aproveitaram-se de sua ausencia e o conduziram ao rio, onde pretendiam dar-lhe a morte. A selvagem, voltando inesperadamente, correu ao logar, onde se achava seu amante querido e tomando-o nos braços, exclamava com o rosto banhado em lagrimas: oh! *Grará, ma, ma*. Meu Guara, elles te querem matar.

Proximo ao *Grammame*, que tornou-se celebre nas lendas, ficava a aldeia *Jacoca*, palavra que significa—*abraça-me*. Nesse sitio encontraram os potyguares uma mulher de sua nação abraçada com um tapuya

que fazia parte do gentio com quem estavam elles em guerra.

Pelo que se vê não eram as selvagens dominadas por escrupulos excessivos proprios do patriotismo.

∴

Durante a lucta de Pernambuco com os hollandezes, que da Parahyba se apossaram em 24 de dezembro de 1635, estiveram as duas capitanias na mais intima ligação.

A primeira tentativa dos invasores contra a Parahyba deu-se em 1625 pela esquadra vinda da Europa, por ordem da companhia das Indias Occidentaes, para impedir a restauração da Bahia: tendo, porém, chegado ao Brasil, quando os hollandezes já tinham sido expulsos em maio daquelle anno, cruzou durante tres dias deante da barra da Bahia e rumando para o norte, chegou a 20 de junho á Bahia da Traição, onde, sendo bem recebida pelos indios, tratou de fortificar-se e de curar dos feridos que havia á bordo. Affonso da França, governador da Parahyba, auxiliado pela força que de Pernambuco correra em seu socorro, bateu-os, matando quarenta soldados e trinta dos indios da terra, que se tinham unido a elles, e obrigou o almirante Hendrickszoon a levantar ancoras e tomar a direcção das Indias.

Era governador da Parahyba, em 1634, Antonio de Albuquerque, filho de Jeronymo de Albuquerque, a quem acompanhou na conquista do Maranhão e succedeu no elevado cargo de governador; era neto de Jeronymo de Albuquerque—o torto e da India, de quem nos occupamos ha pouco. Antonio de Albuquerque procedeu valentemente na defesa da terra confiada a sua administração.

A segunda expedição dos invasores partiu do Recife no dia 23 de janeiro de 1634, composta de mil e quinhentos homens commandados por Sigismundo van Schkoppe e conduzidos em uma frota de vinte navios da qual era almirante Liethard que em 1646 morreu de repente em Penedo. Foram os assaltantes tres vezes

repellidos pelos portuguezes que já os esperavam em uma trincheira levantada nas proximidades do forte de Santo Antonio na barra de Cabedello; foi tal a resistencia que inesperadamente lhes foi opposta que foram coagidos a reembarcar no dia 1.º de março e a voltar para Pernambuco.

A terceira expedição sahiu do Recife a 24 de novembro do referido anno, em uma frota de vinte e cinco navios com o mesmo almirante e dois mil e quinhentos homens, sob o commando de Schkoppe, que foi dessa vez acompanhado dos membros do conselho politico Carpentier e Stacower. Os inimigos, simulando desembarque na enseada de Jaguaribe, conseguiram illudir a vigilancia dos portuguezes que correram a defender aquella passagem, desembarcaram suas forças nas proximidades do Cabedello e immediatamente puzeram em cerco a fortaleza que durante dezoito dias resistiu aos repetidos assaltos, socorrida apenas pela gente vinda de Cunhaú com Martim Soares Moreno e pelos soldados que do Recife foram mandados por Mathias de Albuquerque.

O conde de Bagnuolo, que por ordem desse general marchára de Pernambuco com tresentos homens, deu mais uma prova de seu caracter dubio e indeciso nas occasiões em que era necessario agir com promptidão, deixando-se ficar na capital da Parahyba, a convocar escusados conselhos de guerra, ao mesmo tempo em que os hollandezes apertavam o cerco da fortaleza e obrigavam a guarnição a capitular. Foi mais um dos muitos erros por elle commettidos nessa malfadada guerra.

Tinham morrido o commandante da fortaleza e oitenta e duas praças da guarnição, e estavam feridos cento e tres, contando-se nesse numero o official que havia assumido o commando; o forte achava-se sem parapeito, sem mantimentos nem munição, não obstante, foi rejeitada a primeira proposta de rendição; afinal acceita depois de longa discussão, na qual o accordo ia sendo burlado pela impetuosidade do capitão dom Gaspar de Walcacer, que arrancou das mãos de um outro capitão o papel em que estavam escriptas as condições impostas pelo vencedor. Sigismundo, a principio indignado pela

insolencia, teve a longanimidade de desculpar o acto inreflectido de um official brioso. Foi assentado que a guarnição deixaria a praça com as honras da guerra; devendo, porém, seus defensores embarcar para as Antilhas ou Açores, com excepção unicamente de cem, aos quaes era permittida a residencia no Brasil.

A' rendição de Cabedello seguiu-se immediatamente a do forte Santo Antonio, de modo que no dia 24 de dezembro fazia o exercito invasor sua entrada triumphal na cidade da Parahyba, á qual deram o nome de Frederikstad, em honra do stathouder da Hollanda. Eram decorridos justamente trinta dias depois da sahida da frota do Recife, custando aos hollandezes a conquista da cidade e de suas fortalezas apenas a perda de trinta de seus soldados, conforme o calculo de Netscher.

Antonio de Albuquerque, atraiçoado por Duarte Gomes da Silveira, Antonio de Valladares e seu genro Bento do Rego Bezerra, senhores de engenho com quem elle contava, conseguiu difficilmente escapar ás perseguições de Artichofsky e Picard que pretendiam captural-o; retirou-se para Pernambuco e no dia 31 daquelle mez reuniu-se ao exercito de Mathias de Albuquerque, levando comsigo o que restava de suas forças desbaratadas e os parahybanos que fugiam do odioso dominio dos batavos, e até 1635, quando retirou-se para a Hespanha, tomou parte nos diversos encontros dos pernambucanos com os crueis inimigos de sua patria.

Foi em uma das investidas a que acabamos de nos referir, dos hollandezes sobre a fortaleza de Cabedello, que se deu, no dia 14, o bem conhecido episodio glorioso dos dois irmãos *Calhau*, encarregados por Antonio de Albuquerque de levar viveres á guarnição alli estreitamente assediada, como é narrado por Duarte de Albuquerque Coelho em suas *Memorias Diarias*.

Era Antonio Peres Calhau quem dirigia a lancha, quando foi ferido no braço direito; seu irmão Francisco quiz tomar-lhe immediatamente o leme, ao que elle se oppôz, dizendo lhe ter um irmão mais chegado que era o braço esquerdo. Ferido gravemente no peito cedeu então seu posto de honra ao irmão, que por sua

vez recebendo uma bala no braço direito, passou o leme para a mão esquerda; por esse modo heroico conseguiram aquelles dois homens valentes introduzir na fortaleza os soccorros que lhe eram remettidos e deixar na historia um nome que jamais morrerá. Cabedello, conhecido primeiramente pelo forte de Santa Catharina, passou em 1639, quando foi reconstruido pelos hollandezes, a ser denominado *Margareth*.

*
* *

Parahyba ainda era então uma pequena cidade que estendia-se directamente do Varadouro para o convento de São Francisco, bello e grande edificio, do qual foram desalojados os religiosos em 1636 pelos hollandezes que o fortificaram e delle fizeram a residencia de seu primeiro director Servaes Carpentier.

Além desse convento, existiam o de São Bento que ainda estava em construcção e foi fortificado, até que em 1636 os invasores se passaram para São Francisco; e o do Carmo que ainda estava em obras e continuou a ser occupado pelos religiosos.

Havia a egreja matriz que não estava concluida e que os hollandezes deixaram cahir em ruinas, por quanto, na opinião de Herkman, *nulla salus bello*: a Misericordia, fundada por Duarte Gomes da Silveira que tantos beneficios prestou á cidade nascente, dando auxilio aos que edificavam. Esse seu patriotico procedimento foi indignamente desmentido com a invasão dos hollandezes, a quem covardemente offereceu-se com seus parentes e amigos, atraiçoando aquelles que se haviam batido nobremente em defensa da patria. Sendo preso, por ordem de Antonio de Albuquerque antes de sua partida para Pernambuco, foi em caminho tomado pelos invasores e posto em liberdade.

A Misericordia servia então de matriz.

No Varadouro já existia a egreja de São Gonçalo. Os portuguezes, antes de abandonarem a cidade, tocaram fogo no armazem em que existia grande quantidade de assucar: os hollandezes o reedificaram em 1637 com um

caes para embarque e desembarque de mercadorias, provavelmente na mesma localidade em que ainda hoje existe edificio semelhante.

*
* *

O denodado capitão Francisco Rebello, o bem conhecido *Rebellinho*, que reputação tão brilhante deixou na historia pernambucana, foi em outubro de 1636 atacar os hollandezes que se achavam em Tibiri, tres leguas distante da capital da Parahyba, sob o commando de Ipo Eysens. Eis o que escreve Elias Herkman na sua já citada monographia:

«Por parte do rei o capitão dos portuguezes era Francisco Rebello, que cerca de seis semanas antes, na noite de 14 de outubro, assaltou de improviso o senhor Ipo Eysens, director desta capitania, no engenho *Espirito Santo*, o matou e a alguns dos seus, fazendo outros prisioneiros. Depois veiu com seiscentos homens affixando editaes em que ordenava a todos os moradores se juntassem immediatamente ás suas tropas, para fazer frente aos hollandezes».

Elias Herckman, que havia sido nomeado director da Parahyba, em substituição de Ipo Eysens, e tinha vindo residir no convento de São Francisco, mandou para o engenho Tibiri que ficava proximo ao antigo arrayal que o governador de Pernambuco Manoel Mascarenhas fez levantar contra os francezes e indios do castello do Rio Grande do Norte, quinhentos homens que do Tibiri expelliram os portuguezes, porquanto, escreve frei Raphael de Jesus, coube a virtude ceder á força, sendo a retirada de Rebellinho valente e efficazmente protegida por Henrique Dias. (4)

*
* *

Em 1640 a esquadra hispano-portugueza, de que

(4) Depois da emigração dos pernambucanos em 1635, Rebellinho que se achava na Bahia commandando uma gentil prestou alli taes serviços que a camara da capital dirigiu

ainda trataremos, sob o commando do conde da Torre, depois da batalha deante de Itamaracá, encontrou-se no dia seguinte,13 de janeiro, com a frota hollandeza, que era então commandada pelo vice-almirante Huyghens, na altura do Cabo Branco na Parahyba, seguindo-se renhida peleja que sómente terminou á noite, com perda de um navio hollandez . No dia seguinte deu-se novo choque entre as duas armadas defronte da Bahia da Traição, sendo a lucta ainda mais encarniçada. Essa batalha, que a principio nos foi favoravel, porque um dos navios inimigos foi abordado e occupado por mais de duzentos soldados portuguezes, foi-nos afinal prejudicialissima. Dois navios, um nosso e o outro dos adversarios , atracaram-se e ficaram ambos encalhados no rocha- Tivemos muitos mortos, duzentos e trinta prisioneiros e perdemos a carga de um navio, avaliada em trinta mil florins, da qual se apossaram os flamengos.

* * *

Foi da Parahyba que partiu, em 22 de maio de 1644, o faustoso conde de Naussau, depois de governar o Brazil hollandez durante oito annos, como delegado da companhia das Indias Occidentaes, que retirando a confiança que nelle depositava, o chamou á Hollanda.

---

voto muito honroso de gratidão a elle e aos soldados de Pernambuco. Os hollandezes que haviam sido expulsos da Bahia em 1624 e 1638, ainda uma vez tentaram sua conquista, partindo em fevereiro de 1667 em uma grande expedição commandada pelo general Sigismundo van Schkoppe. Francisco Rebelio, que já era mestre de campo, tomou parte no ataque de Itaparica combinado pelos generaes portuguezes contra seu voto, e o resultado desgraçado demonstrou quanta razão tinha elle em oppor-se a esse assalto: entretanto, para arredar de si a suspeita de que desanimava deante do perigo, como si carecesse de dar novas provas de valor quem tantas e tão robustas já havia exhibido durante sua brilhante carreira militar, com mil e duzentos homens atacou a fortaleza inimiga, rompeu as palissadas, venceu as trincheiras, e em renhido e sanguinolento combate perdeu a vida preciosa, seguindo-se a sua morte completa derrota de nosso exercito, com perda de quinhentos a seiscentos homens: a maior que tivemos durante a guerra longa contra os invasores.

Tendo passado no dia 6 o governo ao conselho politico do Recife, o qual se compunha então de Hamel Bullestraten e Bas, e o commando das forças ao coronel Haus, sahiu do palacio das Torres na cidade Mauricia, e atravessando, a cavallo com grande sequito, o bairro do Recife e o isthmo de Olinda, seguiu pela costa para Itamaracá e d'ahi para a Parahyba, onde, depois de alguns dias de demora, embarcou na frota que o devia conduzir a sua patria. Essa frota era de trese navios, providos de tresentas e vinte e sete praças, com uma equipagem de quatro mil homens. Iam os navios carregados de assucar, páu brazil e muitos generos na importancia de dois milhões de florins, pertencentes á companhia e a diversos particulares.

Embarcaram mil e quinhentas pessoas que se recolhiam á metropole em companhia do conde. Chegou a frota a Texel no mez de junho tendo feito viagem feliz. A sahida de Mauricio de Nassau, si foi um verdadeiro desastre para a companhia das Indias Occidentaes, realisando-se sua prophecia, ao deixar as plagas pernambucanas, de que o Brasil hollandez estaria em breve perdido para a mesma companhia, foi uma ventura para as provincias conquistadas, que conceberam a esperança de sacudir em breve o jugo estrangeiro, que sobre ellas pesava desde 1630, e nesse sentido começou immediatamente a obra da restauração sob a intelligente direcção do immortal João Fernandes Vieira, principal factor da grande revolução. Si na occasião alguns mostraram-se contrariados, não foi, escreve frei Raphael de Jesus, pelo que lhe deviam, mas pelo que nelle achavam só a differença que apresentava a comparação de um com muitos tyranos.

Não foi voluntaria a retirada de Nassau, como pensam alguns.

Seu pedido de demissão em 1641 deve ser attribuido, na opinião de Oliveira Lima que não é suspeito tratando-se de Nassau, antes ao desejo de ser rogado e attendido em seus constantes pedidos, do que á sinceridade.

A companhia das Indias Occidentaes, é opinião

nossa, desde muito tempo mostrava-se desgostosa de sua administracção por tres motivos capitaes:

1.º Os maus negocios e prejuizos consideraveis da companhia eram attribuidos á faustuosa e prodiga administração do conde, cujo caracter ambicioso, alem de outras provas, elle deixou bem patente em sua carta de 21 de setembro de 1642, na qual lamentava a diminuição de suas vantagens pecuniarias em razão das treguas de dez annos, que o privariam da porcentagem a que tinha elle direito pelas presas da guerra!

Para gastar tanto, não carecia elle de largos recursos?

2.º Receio de que quizesse o conde quebrar os laços de subordinação que o prendiam á companhia da qual era delegado, fazendo do Brazil hollandez um estado exclusivamente seu; para o que procurava captar a benevolencia dos portuguezes, contra quem havia as mais exageradas exigencias do calvinismo; convocando a assemblea legislativa de 1640 para consultar a esse respeito as disposições do paiz, e se aproveitando das manifestações de algumas camaras, entre as quaes salientara-se uma que pedia a Mauricio de Nassau que indicasse um meio de decidil-o a permanecer na colonia; qual quer que fosse o preço, ainda mesmo o de sangue, não seria demasiado para ser acceito.

O terceiro motivo, sinão o principal, fóra a perda em 1638 da Bahia, por cuja conquista tanto se interessava a companhia: não foi então que começou a empallidecer a estrella do conde, até então fulgurosa?

Ao passo que a companhia simulava desejo de que o conde continuasse a governar o paiz conquistado, e os Estados Geraes, em resposta ao seu pedido de demissão em 1641, o convidavam a permanecer nelle por tempo indeterminado, não perdiam occasião de desgotal-o, e feril-o duramente no seu bem conhecido orgulho e extrema vaidade.

Negava-se o conselho dos XIX a satisfazer-lhe as mais urgentes reclamações; por duas vezes diminuiram a força armada á sua disposião, apezar de suas mais pronunciadas manifestações, e ao mesmo tempo lhe re-

commendavam muito terminantemente que proseguisse na conquista do Brasil.

Impoz-lhe o conselho a nomeação do coronel Artichofsky, conhecendo perfeitamente que o conde estava com elle desavindo, e encarregou o ietelligente polaco da missão secreta e odiosa de espionar-lhe o procedimento!...

Creou um conselho de finanças, contra a vontade de Nassau; com o fim de cercear-lhe a autoridade, como elle proprio declarou em sua exposição aos Estados Geraes em 20 de setembro de 1645, segundo refere Netscher.

A desconsideração do governo hollandez para com seu delegado chegou ao ponto de desconhecer-lhe o conselho politico do Recife, em plena sessão, a autoridade de que se achava elle revestido, sob o pretexto de que em suas instrucções se não fazia menção da pessôa do conde; dessa desconsideração se queixa elle em seu relatorio de 20 de setembro, assim como de que da metropole partiam providencias, que em vez de sustentar e fortificar o seu poder e autoridade, concorriam, pelo contrario, para diminuil-a.

Que o conde ficou contrariadissimo com a ordem de 18 de abril de 1643 para a sua retirada do Brasil, demonstra-se com sua reclamação immediata, allegando não se achar essa ordem confirmada pelos Estados Geraes, como si a confiança podesse ser imposta: essa sua reclamação obrigou o conselho dos XIX, que insistia na demissão de Mauricio, a pedir em 9 de maio a ratificação dos Estados, a qual lhe foi concedida no mesmo dia, tão ancioso se mostrava o governo central da companhia pela sahida do conde demonstra-se tambem pelas reclamações feitas por Mauricio ao referido conselho em 28 de outubro de 1642 e pela queixa amarga levada ao conhecimento dos Estados Geraes em 24 de novembro; demonstra-se ainda pela viagem emprehendida por seu secretario particular Tolner, incumbido de ir á Hollanda advogar a causa do conde, levando representações das camaras do Recife, Serinhãem, Porto Calvo, Iguarassú, Itamaracá, Parahyba e Rio Grande

do Norte, e o offerecimento dos judeus de tres mil florins para que se consentisse em sua continuação no governe da colonia.

Apezar de todos esses seus esforços ,recebeu Mauricio em 9 de setembro de 1643, a confirmação dos Estados Geraes; porém, sómente deixou o poder em 6 de maio do anno seguinte.

*
*

Concorreu a Parahyba do modo mais brilhante para a expulsão dos hollandezes e restauração de Pernambuco. De sua capital era natural André Vidal de Negreiros, nascido no fim do seculo XVI, filho do portuguez Francisco Vidal e de sua mulher Catharina Ferreira.

Abraçando a nobre profissão das armas, foi um dos officiaes distinctos que em 1624 pelejaram contra os hollandezes que occuparam a Bahia durante doze mezes. Já era tenente-coronel quando em 1646 veiu a Pernambuco, incumbido pelo vice-rei Antonio Telles da Silva, de verificar o que havia de real na noticia levada a seu conhecimento, de que os pernambucanos, sob direcção do immortal João Fernandes Vieira, ensaiavam os primeiros passos para a restauração; d'ahi foi á Parahyba entender-se com os homens mais influentes que se podessem pôr a frente do patriotico movimento.

Declarada a guerra, é bem conhecida a parte gloriosa que na lucta cruenta teve André Vidal de Negreiros, com razão considerado um dos mais poderosos factores de nossa emancipação, de cuja noticia ao rei dom João IV foi o feliz mensageiro. Em 1657 coube-lhe a honra de governar a terra, theatro de suas acções heroicas; e depois de ter substituido João Fernandes Vieira no governo de Angola, voltou a governar Pernambuco pela segunda vez em 1667.

No anno de 1655 foi João Fernandes Vieira nomeado governador da Parahyba e desse cargo tomou posse em 12 de fevereiro do mesmo anno. Foi o decimo segundo na ordem chronologica e governou até 21 de agos-

to de 1656, quando foi removido para Angola, na qualidade de vice-rei. D'ahi voltou em 1661. (5)

Na guerra dos mascates em 1710, da qual nos occuparemos mais tarde, tomou a Parahyba parte activa. Entre os individuos peitados pelos portuguezes moradores do Recife, contra os naturaes do paiz, residentes em Olinda que se oppunham á elevação daquella povoação á cathegoria de villa, contava-se o capitão-mor da Parahyba João da Maia Gama, por boa somma de mil cruzados, segundo a noticia do padre Antonio Gonçalves Leitão na curiosissima memoria publicada por José Bernardo Fernandes Gama, como peitados haviam sido o capitão João da Motta por seis mil cruzados, o mestre de campo de henriques Domingos Rodrigues Carneiro

(5) João Fernandes Vieira nasceu na ilha da Madeira em 1613 e com edade de onze annos veiu para Pernambuco, fugido da casa paterna. Aqui empregou-se a principio nas mais humildes occupações, até que por inexcedivel actividade e esforços ingentes, conseguiu juntar grande fortuna no commercio e na agricultura.

De sua riqueza e da influencia que alcançou entre os invasores, cujos favores comprava a peso de dinheiro, e os seus compatriotas, com quem repartia grande parte de seus rendimentos, se prevaleceu elle em tempo opportuno, para, logo depois da partida de Nassau em 6 de maio de 1644, como acima fica dito, por em campo a revolução titanica que durou nove annos e teve o resultado brilhante de emancipar Pernambuco e as provincias visinhas do cruel dominio dos batavos.

Já tivemos occasião, no numero 46 da *Revista*, de dar noticia minuciosa de sua vida, occupando-nos das duvidas que se tem suscitado na historia a respeito do seu verdadeiro nome, familia, logar de seu nascimento, cor, condição, primeiros empregos em Pernambuco e parte que tomou na defensa do forte de São Jorge.

A' essa noticia temos apenas de accrescentar, emquanto não nos desobrigamos do compromisso que então contrahimos, de tratar de sua estada no Arrayal Velho, da primazia a que tem direito indisputavel pela restauração, de sua ultima residencia em Olinda, e logar em que foram inhumados seus restos mortaes: que depois da expulsão dos hollandezes, continuou João Fernandes Vieira a prestar serviços valiosos a sua patria adoptiva, pela qual abandonou a do nascimento e familia, occupando em 1655 o cargo de governador da Parahyba e de vice-rei de Angola e em 1674 o de superintendente das fortificações de Pernambuco e das provincias do norte.

Voltando de Angola, onde foi substituido por André Vidal de Negreiros em 1662, foi residir no Recife na rua dos Judeus, hoje

por quatro centos mil reis, o governador dos indios dom Sebastião Pinheiro Camarão por tres mil cruzados, o capitão mór do Cabo pela quitação do que devia aos mascates e alguns moradores de Goyanna, com os quaes foram repartidos quatorze mil cruzados.

O capitão-mór da Parahyba ao mesmo tempo que offerecia á camara de Olinda seus serviços em favor da causa sustentada pelo bispo dom Manuel Alvares da Costa, que se achava no governo da capitania depois da fuga do governador Sebastião de Castro e Caldas, contra cuja vida haviam tentado na tarde de 17 de outubro d'aquelle anno, era ostensivamente favoravel aos mascates, apezar das exortaçoes que em longa carta lhe dirigira o padre Manuel de Aguiar, afim de que não concorresse para aggravar-se a situação deploravel em que se achava a provincia de Pernambuco.

Da parte dos habitantes de Olinda apresentaram-se em campo diversos moradores da Parahyba, distinguindo-

rua da Cruz na casa que tem presentemente o numero 26, da qual se occupou a curiosa noticia publicada no ultimo numero da *Revista*. D'ahi passou-se para a casa da rua de São Bento em Olinda, na qual falleceu em 10 de janeiro de 1681.

Seus restos mortaes não foram conduzidos para a Misericordia da ilha da Madeira, como se suppunha em razão de seu testamento: ficou isso isento de toda duvida pelas investigações a que procedeu o Instituto Archeologico em 1875 e 1876. Tambem não foram depositados na capella-mór da Misericordia de Olinda, da qual fora restaurador e provedor, como resava a tradição: pelo menos não nos tiraram dessa duvida os exames cuidadosamente feitos pelo Instituto em 1866. Afinal o nosso operoso e illustrado consocio doutor Francisco Augusto Pereira da Costa, em suas constantes investigações historicas, descobriu nas *Memorias historicas dos arcebispos, bispos e escriptores portuguezes da ordem do Carmo*, a noticia de que na capella-mór da egreja do Carmo de Olinda, do lado do evangelho, descançavam em humilde sepultura, as cinzas daquelle grande homem que foi o heroe principal da restauração de Pernambuco. Em razão dessa noticia, levada ao conhecimento do Instituto em sessão de 29 de abril de 1885, procedeu-se a rigoroso exame em 16 de junho do mesmo anno: nós que assistimos as excavações, convencido de que não podia deixar de ser verdica a noticia dada em suas *Memorias* por frei Manoel de Sa, não robustecemos nossa confiança com o resultado, todo negativo, do referido exame, publicado no numero 34 da *Revista*.

se entre elles o sargento-mór Mathias Vidal de Negreiros que á frente de uma força de sua confiança marchou para aqui.

Luctaram os dois partidos até a chegada do novo governador Felix José Machado de Mendonça Castro e Vasconcellos, em 10 de outubro de 1711, o qual tomou, sem hesitação, o partido dos mascates fazendo levantar de novo o pelourinho do Recife, demolido em 10 de novembro do anno anterior, por Bernardo Vieira de Mello, e mandou proceder por juizes venaes a injustissima devassa contra os complicados nos acontecimentos do Recife e Olinda, da qual resultaram acintosas prisões e cruel perseguição contra o mesmo Bernardo Vieira de Mello, seus parentes e amigos dos quaes ainda teremos occasião de nos occupar.

Para condemnação desses martyres do patriotismo, procurou-se formar uma junta composta do ouvidor do Recife João Marques Bacalhau, do juiz de fóra, e dos ouvidores da Parahyba Jeronymo Correia do Amaral e das Alagôas Joaquim Soares d'Acunha. Felizmente esses dois honrados magistrados se não prestaram ás exigencias do perverso governador, protestando contra a competencia deste para os convocar e allegando falta de jurisdição de sua parte para tomarem a responsabilidade do julgamento atroz.

João Maia da Gama tratou de ganhar bem o seu dinheiro. De combinação com o capitão-mór do Rio Grande do Norte, mandou assassinar em caminho o coronel Antonio da Rocha Bezerra que d'aquelle logar vinha com gente armada e munição em auxilio dos partidarios de Olinda, e entre os perseguidos da Parahyba não podia elle esquecer o patriota Mathias Vidal de Negreiros, que para escapar ao tratamento barbaro inflingido a seus companheiros, presos pelos Tunda Cumbe. Pedro de Lima e outros malvados, resolveu-se a andar foragido pelas mattas, como muitos outros infelizes, contra quem não faltaram vis traidores.

E era tal o desejo de vingança dos mascates contra o sagento-mór Mathias Vidal de Negreiros, que conseguiram do governador indigno, Felix José Machado de

Mendonça Castro e Vasconcellos um bando datado de 15 de julho de 1712, declarando a innocencia do mesmo Mathias, em contrario a outro em que se fazia publica a sua culpabilidade. O desgraçado teve a facilidade de acreditar na palavra official do governador e quando se approximava de casa, foi preso e tratado tão barbaramente como seus companheiros. Somente em principio de junho de 1714, sahiu da masmorra em que esteve encerrado durante quasi dois annos, afim de embarcar para Lisbôa com cincoenta martyres carregados dos grilhões que o padre Antonio Gonçalves Leitão descreveu pelo modo seguinte: « Eram os grilhões feitos a molde de tormento e de martyrio, porque não tinham mais de um palmo, para impedirem aos presos a andar; o ferro era quadrado e farpado para ferir, e os elos tão justos que a alguns presos faziam inchar as pernas. Embarcaram, pois, em tres dias (31 de maio, 1.º e 2.º de junho) em ferros todos conduzidos; e porque assim mal podiam andar e não podiam subir, os guindaram de modo que as caixas e pipas se guindam, porque dos seus pés não podiam ajudar-se! Com todos os inconvenientes e incommodos do mar, da prisão, da miseria, e dos falsos testemunhos, tiveram por favor do céo sahirem do purgatorio da masmorra das Cinco Pontas, das picardias de Luiz Braz (o carcereiro), dos desdens de Felix José Machado, das incivilidades do Cutia, das detracções, contumelias e convicios de toda a canalha do Recife! ».

De egual modo já haviam embarcado em 13 de outubro de 1713 Bernardo Vieira de Mello e seu filho André Vieira de Mello que morreram abandonados na cadeia do Limoeiro em Lisbôa e mais dez infelizes, que foram acabar a existencia em terra estranha, com excepção de Leonardo Bezerra Cavalcante!

A revolução de 1817 foi abraçada de coração por muitos parahybanos, cujos nomes se acham glorificados na obra immorredoura—*Martyres pernambucanos*—do padre Joaquim Dias Martins, assumindo entre elles a primeira posição, pela valentia e martyrio, o joven patriota José Peregrino Xavier de Carvalho, ajudante do batalhão de linha estacionado na capital.

Promoveu com fervor a adhesão de seus patricios ás idéas republicanas, e as sustentou até á queda do seu partido, em razão da traição dos realistas; não obstante, para depôr as armas, cedeu sómente ás lagrimas copiosas do seu velho pae, que com a imagem do Christo nos braços e ajoelhado aos seus pés, lhe pedia que desistisse da empreza. O desgraçado ancião suppunha concorrer desse modo para a salvação do filho querido, que apresentando-se foi immediatamente recolhido á fortaleza do Cabedello, da qual foi conduzido para o Recife, onde a perversa commissão militar o condemnou a morte! A execução dessa sentença nefanda teve logar no dia 21 de agosto. O corpo de José Peregrino, que contava apenas vinte annos de edade, foi retirado da forca para ser mutilado, sendo a cabeça e mãos remettidas para ser expostas nas estradas da terra que tanto amou!!...

Sorte egual tiveram Amaro Gomes da Silva Coutinho, commandante das forças republicanas, Francisco José Silveira, Ignacio Leopoldo de Albuquerque Maranhão e o padre Antonio Pereira de Albuquerque.

A Parahyba, fiel a seus principios de constante adhesão aos movimentos patrioticos de Pernambuco, acompanhou-o na revolução de 1824. Tendo noticia da dissolução violenta da assembléa constituinte em 15 de novembro de 1823, reuniu-se na capital um grande conselho, no qual foi resolvida a deportação dos portuguezes reputados os inimigos da independencia do Brasil.

Em Itabayanna foi eleito um governo revolucionario, pelas villas do interior e em sua defesa levantou-se um exercito de mais de mil e quinhentos homens, que foram batidos pelas forças do governo, commandadas pelo coronel Estevão José Carneiro da Cunha, que esqueceu-se, em tão curto espaço de tempo, ter sido um dos membros do governo provisorio de 1817 e que para escapar á forca, depois de andar errante pelas mattas de seu engenho, havia conseguido embarcar para Ingalaterra.

Nesse conflicto das tropas do governo com as dos revolucionarios em Itabayanna foram covardemente assassinados os principaes liberaes e saqueada a villa pelo

corpo de ordenanças de João Baptista do Rego, tambem patriota de 1817, e cujos traços biographicos ensaiámos no nosso trabalho sobre a revolução de 1824, publicado no numero 47 da *Revista*.

Sete dias depois da proclamação da Republica do Equador, foi deposto o presidente Felippe Nery Ferreira, egualmente revolucionario distincto de 1817 e eleito no Brejo de Areia Felix Antonio Ferreira de Albuquerque, o qual com seus parentes e amigos se pôz em campo até á rendição das forças republicanas na fazenda *Juiz*, no centro do Ceará ; essa fazenda, que pertencia aos religiosos benedictinos de Olinda, deve seu nome ao assassinato de um juiz de fóra, por Geraldo Monte, para cujo acampamento se dirigia o desditoso magistrado, no intuito nobre de apaziguar as luctas sangrentas tão celebres, da familia Monte com os Feitosas. Felix Antonio não teve a mesma sorte cruel de frei Caneca e outros revolucionarios, porque em *Bujary*, da comarca de Goyanna, logrou evadir-se com alguns companheiros em cujo numero não quiz ser comprehendido aquelle grande patriota que preferiu perder a vida no patibulo.



Itamaracá deve o nome aos vocabulos indigenas *Ita*, pedra e *maracá*, instrumento de que usavam os pagés em suas festas e guerras ; foi a sede da capitania doada a Pedro Lopes de Souza, que alli montou uma feitoria e fundou a villa *Marial* ou de Nossa Senhora da Conceição, em uma formosa collina, a legua e meia da costas no mesmo logar em que Pedro Jacques havia estabelecido a feitoria da qual Duarte Coelho expulsara os francezes.

Era seu governador o capitão-mór Salvador Pinheiro, loco-tenente do conde de Monsanto, a quem fôra em 1617 conferida por Felippe IV de Hespanha e III de Portugal a posse da capitania, por ser elle o herdeiro de Isabel de Lima e Souza, como acima fica exposto. Com uma guarnição de tresentos homens póde manter se na velha fortificação em que existiam dezeseis peças, contra o as-

salto do dia 22 de abril de 1631, por mil e tresentos hollandezes, commandados pelo tenente coronel Callenfels, o mesmo que deu o primeiro assalto ao forte de São Jorge em 1630. Faziam parte da expedição contra a ilha os capitães Schkoppe e Artichofsky que começavam então sua carreira militar.

Foi nessa occasião que retirando-se os hollandezes, levantaram na entrada da barra um forte de madeira, depois substituido pela fortaleza Orange, e alli deixaram um destacamento de mais de tresentos soldados sob o commando de Artichofsky.

Esse forte foi atacado, sem feliz exito, no dia 4 de dezembro do mesmo anno, por uma força de duzentos e cincoenta portuguezes, que partiram da villa da Conceição sob o commando do conde de Bagnuolo, sobre quem recahiram graves accusações por seu pracedimento frouxo nessa e em outras occasiões da grande guerra contra a Hollanda.

Sómente no dia 20 de abril de 1633 partiu do Recife nova expedição de setecentos homens commandados por Schkoppe que já era coronel, acompanhado do tenente coronel Byme, do director Mattys van Ceulen e de Carpentier, membro do conselho politico. Salvador Pinheiro que dispunha então apenas de cento e vinte homens, foi obrigado a capitular, sahindo da fortaleza com a guarnição, sendo-lhes concedidas as honras da guerra. Mathias de Albuquerque, que com quatrocentos homens vinha em soccorro da ilha, soube em caminho da grande perda que os portuguezes acabavam de soffrer.

Pelos invasores foi dado á velha villa Marial o nome de cidade Schkoppe, em honra de um de seus mais distinctos chefes e Wyngtges, que fazia parte do governo hollandez no Recife, ficou em Itamaracá como seu primeiro director.

Na cidade Schkoppe deu-se, no dia 15 de setembro de 1655, mortifero combate entre os portuguezes dirigidos por João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros, Antonio Dias Cardoso e Hoogstraten, nomeado commandante da gente que com elle passara para nosso

lado depois de ter entregue, no dia 8 do mesmo mez, a fortaleza de Nazareth do Cabo, e os hollandezes que ligavam pela conservação da ilha o maior interesse por ser ella o celleiro de onde recebiam provisões para os que se achavam sitiados no Recife. Os portuguezes chegaram a apossar-se da cidade, porem todas as vantagens resultantes de tão brilhante victoria, foram inteiramente perdidas, porque os soldados de Cardoso e de Hoogstraten se entregaram a vergonhoso saque e o capitão Reyter que commandava os batavos, aproveitando-se dessa tristissima circumstancia, atacou de novo os adversarios assim dispersos e os derrotou completamente. Os portuguezes tiveram setenta mortos e outros tantos feridos; entre estes Camarão que pela primeira vez derramava seu sangue generoso pela causa santa da restauração.

O hallandez autor do importantissimo *Diario* publicado no numero 32 da *Revista*, o qual tanta luz derramou sobre diversos acontecimentos da guerra, apezar das exaggerações proprias de seu espirito de nacionalidade, affirma que esse conflicto deu se no dia 24 de setembro e que no combate haviam tomado parte tres mil homens dos portuguezes, dos quaes ficaram no campo duzentos e cincoenta mortos e quatrocentos feridos. Falla com satisfação do ferimento de Camarão e referindo-se a Hoogstraten lamenta que a bala que lhe roçou a pelle, não lhe tivesse cravado o coração. Era bem conhecido o odio que lhe votavam os hollandezes, assim como a Gaspar van der Ley, ambos traidores á patria.

.*.

Entre Itamaracá e Goyanna deu-se em 21 de janeiro de 1640, a batalha naval da esquadra hispano-portugueza com a frota dos hollandezes de que já nos occupamos.

A primeira compunha-se de oitenta e seis navios, entre grandes e pequenos, com oitocentos e cinco peças, seis mil marinheiros e egual numero de soldados, sob o commando do conde da Torre, dom Fernando de Mas-

carenhas que no dia 20 de janeiro do anno anterior havia tomado posse do cargo de capitão-general e e governador do estado do Brasil.

A segunda contava quarenta e um vasos com quatrocentos e setenta e seis boccas de fogo, mil e duzentos marinheiros e mil e duzentos soldados, commandados pelo almirante Willem Cornelizoon Loos.

Durou desde meio dia até a noite, com grande encarniçamento de parte a parte, perdendo os hollandezes um navio e sendo abordado pelos nossos aquelle em que se achava o almirante que falleceu no combate. Sómente a noite teve o poder de separar os combatentes, com pouca perda do nosso lado.

Os navios portuguezes que faziam parte dessa esquadra poderosa, como nunca egual sahira do Tejo, partiram desse porto em setembro de 1638 e foram esperar os navios hespanhoes nas ilha de Cabo Verde, onde tiveram tão grande demora que apenas em janeiro de 1639 chegaram a vista do Recife essas forças respeitaveis que tinham por fim soccorrer-nos e restaurar as provincias conquistadas pelos hollandezes; em logar de atacarem immediatamente o Recife, como esperavam os pernambucanos, que não cessavam de cogitar no modo de livrar-se do jugo estrangeiro, principalmente depois que requintára a perseguição religiosa e tiveram conhecimento da desintelligencia profunda do conselho politico com o conde Mauricio de Nassau em consequencia do revez da Bahia, seguiram para a capital do Brasil, da qual sómente no fim de dez mezes voltou o conde da Torre para Pernambuco, onde já se achavam André Vidal de Negreiros, João Lopes Barbalho, Antonio Felippe Camarão e Henrique Dias, encarregados de preparar o terreno em que iam agir os restauradores.

Nassau tivera tempo, durante essa inqualificavel demora, de aprompta-se para a lucta como demonstraremos mais adeante e sabendo que os ventos contrarios haviam sacudido para o norte os navios da esquadra luso-hespanhola, fez partir sem demora do Recife sua frota e teve então logar o choque de que vimos de dar noticia e do qual ainda teremos ensejo de nos occupar.

Foi ainda a cidade Schkoppe que ao coronel Artichofsks pareceu preferivel para séde da companhia das Indias Occidentaes ; essa sua opinião, sustentada em interessante memoria endereçada ao governo central, depois de muito discutida, não prevaleceu, certamente porque no Recife tinham os membros do conselho politico seus interesses inconfessaveis, contra os quaes se havia levantado Artichofsky, official polaco de grande merecimento por seus conhecimentos da arte da guerra e esmerada educação litteraria, que o tornavam muito superior, não só a Sigismundo van Schhoppe, como a Mauricio de Nassau, em que pese aos admiradores do opulento conde.

Depois da restauração em 1654 foi Itamaracá, que era a parte restante da doação de Pedro Lopes de Souza, restituida. por carta regia de 3 de março de 1692, ao marquez de Cascaes, em consequencia da sentença da relação de Lisbôa de 13 de fevereiro de 1685, depois de renhido pleito, semelhante ao do conde de Vimioso com relação a donataria de Pernambuco ; a essa resolução de dom Pedro II de Portugal oppuzeram-seos povos de Goyanna por não quererem que se desse posse ao procurador do mesmo marquez, sendo elles os que haviam resgatado a capitania com seu sangue e fazenda.

Nesse anno de 1865 havia a sede da camara e da justiça passado de Itamaracá para Goyanna.

Terminou tão enfadonha contenda por uma composição amigavel, promovida em 1763 pelo marquez de Pombal, conhecido na historia pelo *grande marquez*. (1)

*
* *

Vejamos agora como foi a Parahyba flagellada pela secca de 1877, depois de haver partilhado dos rigores das

(4) Milliet de Saint-Adolphe, em seu *Diccionario Geographico e Historico do Brasil* dá a terminação da questão por ter dom João V comprado n'aquelle anno, por quarenta mil cruzados, á José de Góes e Moraes os direitos que o marquez de Cascaes lhe havia vendido ; ha, porem, manifesto engano da parte do autor de obra tão importante, o qual durante vinte e seis annos de residencia no Brasil examinou grande parte dos

grandes e pequenas seccas, a que já nos referimos, e a que estiveram sujeitas as provincias do norte do antigo imperio.

Por essa inexplicavel coincidencia, de que já demos noticia, da reproducção das grandes seccas nas mesmas datas do seculo seguinte, a população do centro da Parahyba, assim como a do centro das demais provincias, sentiu-se possuida de verdadeiro terror ao iniciar-se o anno de 1877.

Os observadores, os homens experientes lembraram-se de que os annos de 1777 e 1778 foram desses de tristissima recordação; apêzar de terem succedido a dois annos de grande inverno, 1777 e 1778 foram tão seccos que perdeu-se quasi todo gado e a producção delle foi nulla nos annos seguintes.

Recordavam-se tambem de que em 1692 deu-se a primeira secca de que ha noticia nos documentos publicos. Nesse anno o bispo de Pernambuco dom Mathias de Figueiredo e Mello, vendeu até as cadeiras de seu palacio para soccorrer os indigentes da diocese, onde o centro soffreu extraordinariamente pela perda do gado, cuja creação era a unica industria dos seus habitantes, e que justamente um seculo depois, pereceu um terço da população da Parahyba, em consequencia da grande secca de 1790 a 1793; que o capitão Nobre, rico proprietario do Recife, possuidor de muitas fazendas nos sertões da Parahyba e do Ceará, e arrematante do dizimo triennal desse tempo, tendo vindo visitar suas proprieda-

livros existentes na bibliotheca do Rio de Janeiro, e as obras dos escriptores modernos, fazendo um estudo particular, escreve o illustrado traductor doutor Caetano Lopes de Moura, em que se informou miudamente de tudo quanto dizia respeito ás differentes cidades, villas e provincias, peregrinando por muitas dellas com uma paciencia digna dos maiores elogios e tomando nota das leis, decretos e decisões do governo *etc*. Escapou, seguramente, ao illustre escriptor a combinação das datas.

Em 1763 já não existia o rei dom João V; reinava desde 1750 dom José I que teve a ventura de encontrar um ministro como Sebastião José de Carvalho e Mello, que apezar de mil defeitos proprios da epocha em que governou Portugal, prestou serviços relevantissimos a seu paiz.

des, morreu com todo a familia, victimas da secca. As fazendas ficaram desertas por terem morrido ou emigrado seus donos e vaqueiros, escreveu o doutor Irinêo Joffely em suas *Notas*. (5)

(5) Não seria inteiramente fóra de proposito uma succinta noticia do virtuoso bispo que tanto se destinguiu naquelle tempo calamitoso.

Dom Mathias de Figueiredo e Mello, doutor em canones, substituiu em 1686 ao segundo bispo de Pernambuco, dom João Duarte do Sacramento que não chegou a tomar posse da diocese, por ter fallecido antes que chegassem as bullas de confirmação.

Dom João Duarte foi o instituidor em Pernambuco da congregação de São Felippe Nery, reunindo em 1662 alguns sacerdotes na pequena ermida de Santo Amaro de Agua Fria, á meia legua distante de Olinda; essa instituiçao foi confirmada pelo cabido da cidade, precedendo as informações necessarias do vigario geral e dos prelados das religiões então existentes em Pernambuco.

No reinado de dom Pedro II de Portugal foi a congregação transferida para o convento da Madre de Deus no Recife, ficando reservado para recreio e convalescença o hospicio de Santo Amaro. As ruinas da ermida, construida antes da invasão dos hollandezes e que ainda existia em 1711, quando por occasião da guerra dos mascates, a imagem de Santo Amaro foi levada de sua capella para a Boa-Vista e de onde voltou em 15 de janeiro desse nano, dia de sua festa, ainda se avistam, de Olinda.

Dom Mathias, pela lei das successões, tomou conta do governo de Pernambuco em abril de 1688, por ter fallecido o capitão-general e governador Fernão Cabral Belmonte, e no governo conservou-se até maio de 1689, quando o entregou a Antonio Luiz Gonçalves da Camara Coutinho, decimo terceiro governador, depois elevado em 1690 a governador geral do Brasil.

Governava em Pernambuco em 1691 o marquez de Monte Bello dom Antonio Felix Machado da Silva e Castro, com quem dom Mathias teve as mais serias contestações, por negar-lhe assento na sé em cadeira de braços, quando estivesse exposto o Santissimo Sacramento. O governador recorreu dessa deliberação do bispo para a relação da Bahia que deu provimento ao recurso, ao qual dom Mathias recusou-se a dar cumprimento, apezar de intimado judicialmente.

O governador, indignado com esse procedimento que lhe pareceu attentatorio da dignidade de seu elevado cargo e acostumado a ser obedecido em todos os seus caprichos, foi em busca do bispo que se achava no convento dos jesuitas do Recife, para que lhe desse uma satisfação. O bispo, apezar dos conselhos do ouvidor que correu immediatamente ao collegio para evitar um conflicto que não poderia deixar de ter consequencias muito desagradaveis, apresentou-se ao marquez de Monte Bello

Esses annos de 1790 a 1793, diz o doutor Pompeu, chamados da grande secca, perpetuaram-se tristemente por todo o norte do Brasil, desde a Bahia até ao Piauhy.

Os rios e fontes seccaram; a fome dizimou povoados inteiros, e quasi anniquilou a creação e a lavoura. Familias, e não poucas, que não puderam emigar, foram encontradas mortas pelos caminhos e casas.

Segundo a noticia do padre Ayres do Casal em sua *Corographia*, morreram até os animaes domesticos; muitas mil pessoas foram victimas da fome e da peste; os povos de sete parochias desertaram sem ficar uma só alma e na capitania de Pernambuco pereceu mais de um terço da população!

As observações desses homens experientes, de quem fizemos menção, não se limitaram a esses factos. Em 1723 deu-se uma grande secca que durou até 1727. Na Bahia seccaram até as fontes. Foram incalculaveis as perdas no Ceará, onde o gentio que dominava todo o interior, emigrou para as serras, e no Cariri, onde o terreno é fertil e abundante d'agua, em 1725 seccaram todos os brejos e correntes; morreram muitos indios, o gado, até as feras e aves encontraram-se mortas por toda a parte. Foram grandes as perdas no centro do Ceará, Pernambuco e Bahia. O sol foi tão abrasador, que profundas e largas fendas se abriram na terra na extensão de muitas leguas

Um seculo depois deram-se as grandes calamidades dos annos de 1824 e 1825. Desde 1821, affirma o doutor Pompeu, que certa agitação começou a abalar o espirito publico por causa da revolução portugueza e em seguida pela independencia do Brasil; em 1824 pela

e declarou-lhe ser legitimo portuguez e subdito fiel d'elrei, e si o governador lhe queria dar uma bofetada, lhe offereceria a outra face porque assim o mandava a religião de Christo. O governador, corrido deante dessa humildade heroica, voltou para Olinda. Nesse conflicto tristissimo era o bispo sustentado pelo povo, a quem tantos beneficios havia elle prestado nesse mesmo anno de 1692, por occasião da grande secca a que acabamos de nos referir.

revolução republicana e pela reacção monarchica que se extendeu por todo o anno de 1825.

O anno de 1824 legára a seu successor não só a escassez do inverno, como a penuria e a desolação pela guerra civil e morticinios. No centro das provincias do norte, as fazendas foram abandonadas e grande parte da população falleceu de fome, de peste e em consequencia da guerra. No Ceará calculou-se a perda da população nesse tempo em um terço.

Essas apprehensões dolorosissimas tomaram ainda maior vulto com o perpassar dos primeiros mezes de 1877, sem signal de inverno na Parahyba. Então, como no Ceará, logo que se tornou impossivel a remessa de soccorros para as localidades que demoram além da serra da Borburema, esgotados os ultimos recursos com a perda da lavoura, a qual de perto seguiu a do gado, sempre em escala ascendente, começou a emigração forçada dos habitantes daquella zona ingrata, perseguidos pela fome, pela peste e pelas correrias dos criminosos que nunca deixaram de augmentar o lugubre cortejo dos males proprios de taes occasiões.

A torrente da emigração desses infelizes encaminhou-se para o sul do imperio e tambem para o Amazonas, pelo exemplo perniciosissimo que lhes dava o Ceará. Dos que vieram para Pernambuco, em busca de agasalho nos lares paternaes, ainda teremos ensejo de tratar.

O illustrado doutor Irinêo Joffely, a quem tanto já deve a historia de sua terra, e cuja obra—*Notas sobre a Parahyba* temos deante dos olhos, attribue a secca quasi permanente da zona que denomina catinga, a seu solo arido e pedregoso, despido de mattas que, produzindo vapores aquosos, possam influir sobre athmosphera, ao passo que nas zonas do littoral e brejos o clima é differente por causa da abundancia das mattas, fontes e rios, focos de constante evaporação.

« Essa differença nota-se mesmo no sertão, escreve elle, onde as chuvas são mais regulares e abundantes nos logares cobertos, como os que ficam á margem do rio da Serra Branca, tributario do rio Tapecorá ·

« A povoação de Pocinhos, emquanto foi coberta de arvores frondosas, tinha o solo humido e coberto de vegetação; logo, porém, que essas arvores foram derrubadas, pela imprevidencia, deixando descobertas as rochas immensas, mudou-se o seu clima de modo que ainda nos annos regulares, conta com pouca chuva.

« Da mesma forma que no Ceará, o declive para o mar, concorre para que os rios que correm do sertão, não demorem alli suas aguas, nem formem della deposito nem nascentes. A essas causas principaes podem-se juntar outras que são secundarias como as produzidas pela direcção dos ventos que não tem uma explicação que se imponh a á razão.»

Ainda, como no Ceará, não foi diminuto o numero de infelizes que se envenenavam com o uso da mucunan e outras plantas nocivas.

III

O Rio Grande do Norte deve o nome ao rio Potingy, que a principio suppunha-se ter maior curso. Foi a primeira parte do Brasil, visitada pelos europeus.

A frota que em maio de 1499 partiu de Santa Maria de Cadiz, sob o commando de Alonso de Ojeda, com destino ás Indias Occidentaes, primeiro nome da America, dado por Christovam Colombo que morreu ignorando ter descoberto o novo mundo, approximou-se da terra na altura de cinco gráus ao sul da linha equinocial, a qual corresponde ao delta do Assú, na opinião de Varnhagen que a esse respeito está de accordo com as informações de Americo Vespucio no celebre *Diario das quatro viagens*, escripto com mais imaginação do que verdade. Dessa expedição fizeram parte Vespucio, entendido em cosmographia e habil desenhador de cartas e mappas geographicos, e João de la Cosa que, como proprietario e mestre da caravela *Santa Maria* (antiga Gallega) acompanhou a Colombo na gigantesca empreza de 1492. Desses quatro homens, famosos navegadores de seu tempo, nos

occupámos mais largamente em nosso artigo *America*, publicado no numero 45 da *Revista*.

A frota de Ojeda, que tinha por fim emprehender novas descobertas, sob a protecção de dom João Rodrigues da Fonseca, bispo de Badajoz, um dos invejosos da gloria ingente do immortal genovez, não podendo percorrer a costa em razão dos ventos que lhe eram contrarios e das correntes violentas da estação, mudou de rumo para o noroeste e foi ter a *Paria*, no golpho das Antilhas, terra já conhecida por Christovam Colombo desde 1498.

Entretanto pela narração do proprio Ojeda, a expedição não passou das costas das Goyannas, e consequentemente não atravessou a linha equinocial para o hemispherio do sul; e de volta para a Hespanha, depois de ter perdido dois de seus navios, visitou as boccas do rio Orenoco, cujas vagas assustaram a tripulação pelo espantoso ruido, e não as do rio Amazonas, como pretendeu o imaginoso Americo Vespucio.

Depois da descoberta de Pedro Alvares Cabral em 1500, dom Manoel o *venturoso*, no proposito de continuar no reconhecimento da costa já percorrida, mandou em 1501 uma frota de tres caravelas, não se sabe ao certo, si sob o commando de Christovam Jacques, si de Gonçalo Coelho ou de Nuno Manoel; fazendo ainda parte della, na qualidade de cartographo, Americo Vespucio, que se havia passado para o serviço do rei de Portugal. Por seus conhecimentos especiaes salvou os navios do naufragio a que ia dando causa a ignorancia do piloto.

Essa expedição partiu de Lisboa e depois de tocar nas Canarias (Insulæ Fortunatæ, como as denominou o papa Clemente VI) e no Cabo Verde, chegou a 16 de agosto, á altura de um cabo a que deram o nome de *São Roque*, a quem é esse dia consagrado em nosso kalendario. Os indios habitantes da costa recusando entender-se com os tripulantes que os foram procurar na praia, fugiram para o monte proximo; tres homens da frota, que teimaram em voltar á terra, foram mortos e devorados pelos selvagens.

Não consentindo o commandante que fossem perseguidos os indios, porquanto qualquer demora seria contraria ás suas instrucções, proseguiu a expedição em sua viagem no rumo do sul e em janeiro de 1502 chegou ao grande rio *Guanabara* ou *Nictheroy*, a que deu-se o nome de *Rio de Janeiro*.

Em 1515, partiu de Cadiz João Dias de Solis com dois navios e depois de tocar no cabo de São Roque que era pela segunda vez conhecido pelos europeus antes de sua conquista, continuou para o sul até o rio da *Prata* (Paranaguassú) e em uma de suas explorações cahiu nas mãos dos selvagens, pelos quaes foram devorados elle e mais cincoenta companheiros!

* * *

O territorio do Rio Grande do Norte foi comprehendido na doação feita em 1534 por dom João III ao celebre historiador João de Barros, tendo de extensão duzentas e vinte e cinco leguas de costa, desde a *Bahia da Traição* até ao rio Maranhão, como então chamava-se o Amazonas.

Capistrano de Abreu, citado por nosso illustre consocio José de Vasconcellos, na segunda edição de suas *Datas Celebres*, suppõe, contra o que escreveram outros historiadores, que a *Bahia da Traição* é o mesmo logar *Santa Maria de Arrabida*, que nos mappas antigos figura ao norte do cabo de Santo Agostinho no quinto grau de latitude e ao qual foram ter dois religiosos, naturaes de Portugal, devendo-se a mudança do nome ao seguinte acontecimento narrado por frei Antonio da Piedade em sua *Chronica da Provincia de Arrabida*.

Os indios do logar, depois de terem assassinado alguns portuguezes, aos quaes foram esperar emboscados no caminho, por onde elles sabiam que deviam passar, se dirigiram para a egreja, na qual achavam-se os dois religiosos, a quem nos referimos, os mataram a cacetadas e os devoraram; dois dos selvagens vestiram-se com os habitos sacerdotaes, e usando desse disfarce, foram esperar os outros portuguezes; destes uns foram victimas

da *traição* e outros conseguiram resistir e matar os dois indios *traiçoeiros*.

Gabriel Soares de Souza, em seu *Tratado discriptivo do Brasil*, affirma que a Bahia era chamada *Acajutibiró* pelos potyguares e da *Traição* pelos portuguezes, porque traiçoeiramente foram assassinados pelos indios alguns castelhanos e portuguezes, que se perderam na costa.

Elias Herckman, em sua monographia a que por vezes já nos temos referido, escreve que o nome de *Bahia da Traição* foi dado pelos portuguezes ; o que faz suppôr que alguma *traição* foi alli praticada, ou por parte dos habitantes para com os portuguezes, ou destes para com aquelles, ou por uns e outros entre si ; pois os potyguares dessa região diziam que entre elles a bahia sempre se chamou *Tibira-Caiutuba* ou *Cacionael* que significa *cajual da sodomia*.

Nosso distincto consocio, doutor Maximiano Lopes Machado, em seu artigo sobre a ilha de Itamaracá, publicado no numero 29 da *Revista*, assegura com toda a razão que a *Bahia da Traição* já tinha esse nome na occasião em que foi feita a doação de João de Barros ; e dá como motivo o fim lamentavel que ahi tiveram algumas pessoas da expedição de Gonçalo Coelho em 1501 sendo bem provavel que, como voz mais conhecida daquellas paragens, servisse para determinar genericamente o extremo norte das trinta leguas.

A bahia Acajutibiró, accrescenta elle, não podia ser conhecida d'el-rei nem dos portuguezes que alli foram levados fatalmente, como para assistirem ao sacrificio de seus malfadados companheiros.

Cumpre, porém, observar que a versão adoptada pelo illustre consocio, não pode ser nessa parte acceita, como elle pretendeu, desde que está hoje verificado que a expedição de maio de 1501, sob o commando de Gonçalo Coelho, não chegou á bahia *Acajutibiró*, dando-se o assassinato dos tres portuguezes tripulantes nas proximidades do cabo de São Roque na opinião de uns, ou no *Arrayal* do *Marco* na de outros, e que a expedição de abril de 1503, depois de deparar no meio do

oceano com uma ilha, na latitude sul de seis graus, a qual suppõe-se, com muito boas razões, ser a de Fernando de Noronha, tomou rumo do sul e ao cabo de uma navegação de tresentas leguas, foi ter, não á *Bahia da Traição* como affirmou José de Vasconcellos em sua primeira edição das *Datas Celebres*, mas á *Bahia de Todos os Santos*, de accordo com as instrucções que levava seu commandante, o se vê da rectificação por elle feita na segunda edicção.

De tudo isto se deve concluir que o nome de *Bahia da Traição* não teve até hoje explicação satisfactoria.

⁂

O donatario mandou em 1535 uma grande expedição para conquistar a capitania que lhe havia cabido na partilha feita pelo referido monarcha e confiou o commando ao seu socio Ayres da Cunha, que naufragou nas costa do paiz depois denominado Maranhão, em logar seriamente contestado por J. F. Lisbôa que, em sua obra *Apontamentos para a historia do Maranhão*, se não conforma com as indicações de Berredo, Beauchamp, Gabriel Soares e Varnhagen.

João de Barros perdeu nessa empresa tudo quanto possuia e ainda ficou devendo a quantia de seiscentos mil réis, adiantada como auxilio pelo real erario, e que sómente muito tempo depois lhe foi perdoada pelo rei dom Sebastião. Em razão da renuncia do donatario, foi a capitania doada a Luiz de Mello e Silva, cuja expedição em 1554 teve o mesmo exito infeliz, naufragando ainda nas costas do Maranhão; escapou em uma caravela Luiz de Mello, que ao voltar de Portugal em 1575, naufragou com o navio «*São Francisco*» e delle nunca mais se teve noticia.

Durante cincoenta annos ficou o Maranhão abandonado pelos europeus. Em 1594 o francez Riffault aportou a suas costas depois de um naufragio, e retirando-se ao cabo de pequena demora, deixou alguns companheiros, entre os quaes de Vaux, que indo á França, informou o rei Henrique IV da riqueza que encerrava o paiz e conseguiu voltar trazendo em sua companhia o official

de marinha Daniel de la Touche, senhor de Ravadiere, que em 1611 obteve licença para organisar uma companhia de colonisação, e levantou no sitio em que existe hoje o palacio do governo, o forte de São Luiz, nome que depois se fez extensivo a toda a ilha, em honra do Luiz XIII que em 1610 havia succedido ao gracioso rei Henrique IV, assassinado pelo punhal de Ravaillac.

A occupação do Maranhão pelos francezes teve o poder de despertar o governo de Madrid, ao qual estavam então sujeitos Portugal e suas colonias, do somno profundo em que vivia, com relação aos negocios do Brasil.

Reinava Felippe IV de Hespanha e III de Portugal, quando em 1603 teve logar a primeira tentativa de expulsão dos francezes, á qual ja tivemos occasião de nos referir, por Pedro de Souza, que não alcançou passar alem da serra da Ibiapaba, onde chegaram depois os padres jesuitas Francisco Pinto e Luiz Figueira, de cujo fim desastroso já nos occupamos.

A segunda expedição contra os francezes do Maranhão deu-se em 1613, sob a direcção de Jeronymo Coelho de Albuquerque, que não podendo penetrar na ilha de São Luiz, levantou apenas na costa a fortaleza do Rosario.

Conhecendo que os invasores estavam muito fortificados no paiz, regressou a Pernambuco para obter novos auxilios.

Em junho do anno seguinte voltou Jeronymo de Albuquerque para a conquista do Maranhão, dessa vez acompanhado de Domingos de Campos, que para esse fim partira de Portugal, por um erro grosseiro do governo de Madrid, que desmoralisava assim o velho cabo de guerra e quebrava a unidade de acção que devia ser rigorosamente observada em tão arriscado emprehendimento, como depois tiveram mais de uma occasião de lamentar.

A expedição, depois de demorar-se na Parahyba, Rio Grande do Norte e Ceará, para receber auxilio, chegou em outubro de 1614 em frente do forte de São Luiz. Os portuguezes, duas vezes atacados pelos fran-

cezes, em novembro desse anno, foram victoriosos e obrigaram o inimigo a fugir, com grande perda, ficando entre os mortos seu commandante Pizieu.

Em 28 do mesmo mez Ravadiere assignou um tratado de treguas até ao fim do anno de 1616; porém, pouco depois, antes mesmo de findo o prazo das treguas, por insistencia de Jeronymo de Albuquerque, entregou-lhe em 31 de julho, o forte de São Luiz.

O governo de Madrid praticou ainda um acto de revoltante ingratidão para com o distincto pernambucano que já tão bons serviços havia prestado ao Brasil.

Não satisfeito com o tratado de treguas que Jeronymo de Albuquerque, apezar de abandonado, teve a grande vantagem de conseguir, fez partir de Pernambuco, em 5 de outubro de 1615, o governador geral do Brasil Alexandre de Moura, que chegando ao Maranhão, teve apenas occasião de assignar, em 2 de novembro, o termo de entrega, feita pelo chefe inimigo Ravadiere, de tudo quanto constituia a colonia franceza, sem por isto receber a mais insignificante indemnisação.

Jeronymo de Albuquerque desde então juntou ao seu nome o de Maranhão por mercê de Felippe IV; como primeiro capitão mór da nova capitania, a governou até 11 de fevereiro de 1618, quando falleceu com setenta annos de edade, sendo substituido no governo por seu filho Antonio de Albuquerque. A capitania do Pará, creada no mesmo tempo que a do Maranhão, foi por diversas vezes annexada e separada do Maranhão até 1618. O governo geral, creado em 1624, comprehendia o Maranhão, Pará, Piauhy e Ceará.



Sómente sessenta e tres annos depois da doação de João de Barros, começou a conquista da outra parte que constituiu depois a capitania do Rio Grande do Norte, no reinado de Felippe III da Hespanha e II de Portugal.

O governador geral do Brasil dom Francisco de Souza, ordenou em maio de 1597 que o governador de

Pernambuco Manoel Mascarenhas Homem, loco-tenente do donatario Jorge Coelho de Albuquerque, como ja tivemos occasião de dizer, entregando o cargo ao bispo dom Antonio Barreiros que se achava de visita episcopal em Olinda, e ao vereador mais votado Duarte de Sa, e de accordo com o governador da Parahyba, fosse expellir daquelle territorio os indios potyguares e os francezes que infestavam as costas.

Para executar essa ordem, partiu Manoel Mascarenhas do Recife nesse anno de 1597, com uma armada de seis naus e cinco caravelas, e uma força commandada por Jeronymo de Albuquerque, o mesmo que depois, em 1613, fez a conquista do Maranhão, como já expuzemos.

Na barra do rio Potingy fundeou a armada e, apezar de constantes assaltos dos selvagens e dos francezes seus alliados, foi levantado um forte de madeira no sitio em que foi depois construida a fortaleza dos *Reis Magos* e nelle deixou o governador Mascarenhas um destacamento sob o comando de Jeronymo de Albuquerque.

Depois de uma lucta incessante de dois annos fundou Jeronymo, em 25 de dezembro de 1599, meia legua distante da barra, a cidade a que deu o nome de Natal em commemoração do dia em que foi celebrada a primeira missa. Foi seu primeiro governador até 1610 ; em seu governo fizeram-se as pazes com os potyguares, por intermedio de um de seus chefes prisioneiros, do mesmo modo que se tinha effectuado na Parahyba alliança com os tabajaras. No commando da fortaleza foi elle substituido em 1608 por Martim Soares Moreno, depois escolhido para fundador do Ceará.

O Rio Grande do Norte foi assaltado pelos hollandezes, que depois de varias tentativas, guiados pelo traidor Calabar, traiçoeiramente se apossaram em 1633 da fortaleza dos *Reis Magos*.

A expedição para esse fim partira do Recife em 5 de dezembro daquelle anno, em dez navios com mais de oitocentos homens sob as ordens de van Ceulen que ia acompanhado de Carpentier, Calabar, Byme e Lichtard.

A esquadra, apezar do vivissimo fogo da fortaleza, transpoz a barra do Potingy, e tomou posição fóra do alcance de suas baterias.

O commandante dessa fortificação, capitão Pedro Mendes de Gouveia, dispunha apenas de oitenta e cinco homens pouco disciplinados; não obstante sustentou com valentia o seu posto durante dois dias; e mesmo gravemente ferido regeitou duas vezes as propostas de rendição que foram levadas a seu conhecimento.

Entretanto, um sargento de nome Pinheiro, que tomou o commando do forte, no impedimento do commandante que se achava ferido como fica dito, de accordo com Simão Pitta Ortigueira, que alli se achava preso, fez entrega da fortaleza, furtando as chaves do portão e mandando avisar os inimigos, que immediatamente tomaram conta da praça e deram ao forte Reis Magos a denominação de *Ceulen*, em attenção ao chefe da expedição.

O conde de Bagnuolo, que em taes occasiões andava sempre tarde e a más horas, voltou do caminho com o soccorro que levava, do mesmo modo que procedera na Parahyba. (7)

---

(7) O sargento-mór João Vicente Sanfeliche esteve na Bahia em 1625, quando os hollandezes foram obrigados a entregar aquella capitania, por elles occupada durante um anno. Veiu para o Brasil na esquadra luso hespanhola sob o commando de dom Fradique de Toledo Osorio, marquez de Valdueza, nomeado por Felippe IV para fazer a reconquista da Bahia.

Tratando-se das condições da rendição, foi Sanfeliche escolhido por dom Fradique, para ir com Diogo Ruiz, tenente de mestre de campo, ao acampamento inimigo entender-se com o coronel Kyff, designado para substituir o commandante Schutens, deposto pela guarnição, e com os membros do conselho hollandez. Apresentadas as condições no dia 29 de abril daquelle anno, não sendo acceitas pelo general hespanhol, voltou Sanfeliche do acampamento, no qual ficou Diogo Ruiz, até que, depois de nova discussão sobre o modo porque se devia effectuar a capitulação, foram as condições afinal tratadas directamente por uma commissão de hollandezes, com o general hespanhol e com o marquez de Cropani, dom João de Orellana, Antonio Muniz Barreto, dom Francisco de Almeida.

Depois da occupação pelos flamengos do Rio Grande do Norte, foi Calabar incumbido de perseguir, com duzentos homens, os moradores da cidade do Natal que fugiam espavoridos; felizmente dessa vez não foi elle tão bem succedido, como em suas frequentes correrias; porque encontrou seria resistencia em um pugillo de bravos, levantados por Pedro Vaz Pinto. (8)

---

dom Jeronymo Queixada Sozolarno, Diogo Ruiz e o sargento-mór João Vicente Sanfeliche.

Voltou trese annos depois a Pernambuco, em setembro de 1631 na grande esquadra commandada por Antonio de Oquendo, a qual em 12 daquelle mez terira com a armada hollandeza sob o mando de Pater, a celebre batalha daquelle anno, narrada circumstanciadamente nos dois ultimos numeros da *Revista*. Bagnuolo, em companhia do ultimo donatario Duarte de Albuquerque, vinha como mestre de campo da tropa enviada pelo governo hespanhol, consistente em mil homens, sendo tresentos castelhanos, quatrocentos portuguezes e tresentos soldados de Napoles, que, como se sabe, estava nesse tempo sujeita a Hespanha. Era então conde de Bagnuolo.

E' bem conhecida a parte que tomou na guerra contra os invasores e a essa parte já nos temos referido por vezes.

Por occasião da nova tentativa feita em 1638 por Mauricio Nassau contra a Bahia, partindo para alli em 8 de abril daquelle anno, com perto de cinco mil homens de guerra, o conde de Bagnuolo, mais feliz na Bahia do que em nossa terra, commandando em chefe as forças hespanholas e portuguezas, procedeu com valentia e grande acerto nas operações contra os hollandezes que foram derrotados no dia 18 de maio, com extremo descontentamento de Mauricio de Nassau que no dia 28 do mesmo mez foi obrigado a retirar-se com sua celebre esquadra —Começava então a empallidecer a estrella brilhante que havia ate aquella data presidido a todos os actos dè sua vida.

Entre as mercez concedidas pelo rei castelhano em recompensa dos que haviam tomado parte nessa victoria contra os batavos, não foi esquecido o conde de Bagnuolo que teve as honras de principe de Italia, um feudo em Napoles e uma commenda, passando para seu filho a que elle ja tinha.

(8) Domingos Fernandes Calabar, natural de Porto-Calvo, foi baptisado no dia 25 de março de 1610 na ermida do engenho Velho que foi de Jeronymo de Albuquerque—o torto, e e hoje a propriedade Forno da Cal de Olinda. Foram seus padrinhos Pedro Affonso Dias, portuguez abastado, e sua filha Ignez Barbosa, como consta de um livro velho de assentos da Sé.

Era filho de Angela Alvares que, bem como outros parentes, ainda existia no começo da guerra hollandeza, em que elle se distingiu, tomando parte e sendo ferido, no assalto contra o

Foi em 16 de julho de 1634 que se deu o assalto de Cunhaú, no Rio Grande do Norte, onde se praticaram as mais execrandas crueldades que, como as de Iguarassú, ennegrecem as paginas da historia dos invasores.

Attrahidos os moradores por promessas fallazes de paz e reconciliação, quando se achavam elles na egreja, e o sacerdote, ancião respeitavel de mais de noventa

Arraial do Bom Jesus, em 14 de março de 1630, no qual Mathias de Albuquerque, tendo conhecimento de que os hollandezes se dirigiam para o seu acampamento, os foi esperar em Agua Fria e os bateu vantajosamente.

Por desgostos, capricho ou avareza, no que variam os historiadores, ou pelo receio de castigo por ser accusado de furtos á fazenda real, segundo affirma Calado, abandonou Calabar as forças pernambucanas e no dia 20 de abril de 1632 foi apresentar-se aos inimigos da patria, aos quaes prestou serviços de tal ordem que por elles foi elevado ao posto de capitão e depois ao de major...

Logo no dia 30 do mesmo mez guiou Wandenburgo com mil e quinhentos homens a villa de Iguarassú, onde foram praticadas taes atrocidades que constituem uma das mais negras paginas da historia do dominio hollandez.

No dia 7 de fevereiro de 1633, já sendo capitão, conduziu os quinhentos hollandezes que assaltaram o forte do Rio Formoso, onde se deu o feito heroico de Pedro de Albuquerque, o qual com vinte homens defendeu-se contra o assalto dos inimigos, até que sobre os cadaveres de dezenove desses bravos ficou gravemente ferido e moribundo.

No dia 24 de março do mesmo anno acompanhou aos mil e duzentos homens que sob o commando de Lourenço van Rembach assaltaram aquelle mesmo forte do Arrayal em que elle no começo de sua vida militar procedera tão valentemente, e onde nessa occasião achavam-se Mathias de Albuquerque, seu irmão o donatario da capitania e o conde de Bagnuolo; foram os inimigos rechassados e a sua perda seria ainda muito maior, si não fossem acceitos os conselhos do conde, sempre mal inspirado e fossem os vencidos perseguidos em sua fuga.

Não arrefeceu o odio do vil traidor contra seus patricios que se batiam por uma causa tão nobre. No dia 14 de abril seguiu em uma flotilha de seis navios com quatro centos hollandezes para Porto de Pedras, proximo ao Porto-Calvo, que Calabar conhecia perfeitamente por ser do logar, e alli queimaram os navios portuguezes, saquearam a villa onde foram degolados sete moradores; e no dia 22 de julho, com uma partida de quatrocentos flamengos, assaltou o districto de Goyanna, saqueando e queimando os engenhos e fazendo prisioneiros os principaes moradores que não puderam fugir.

annos de edade, havia começado o sacrificio da missa, entraram os indios selvagens, tapuyas e potyguares, guiados por um hollandez barbaro de nome Jacob Rabbi, e assassinaram todos quantos alli se achavam, sem attenção ao sexo nem á edade, não sendo poupado o pobre padre, revestido como estava das vestes sacerdotaes. Isto com sciencia e paciencia de Adriaen Bullestraten, membro do conselho politico desde o tempo de Mauricio de Nassau, e que na occasião se achava no logar.

A morte e a desolação não limitaram-se aos que estavam no templo; todos os encontrados no engenho foram mortos.

A represalia dos portuguezes não foi menos cruel.

No dia 20 de agosto partiu do Recife uma expedição de quinze navios, barcaças e lanchas, com destino a Alagôas cuja povoação, a que demora ao sul, foi assaltada e incendiada, não escapando nem a egreja matriz.

Não conseguiu fazer o mesmo á povoação do norte porque foi desesperada a defesa opposta pelo capitão Antonio Lopes Filgueira que perdeu a vida luctando. Foi ainda Calabar que nessas occasiões tristissimas guiou os inimigos da patria.

Para a conquista do Rio Grande do Norte, á qual ligavam grande interesse, como caminho facil para a das outras capitanias do norte, não podia ser dispensada a intervenção perversa de Calabar. A expedição que para esse fim sahira do Recife em 5 de dezembro, teve o exito de que já nos occupamos, e com elle encerrou o traidor suas façanhas malditas do anno de 1633.

Em 14 de agosto de 1631 ainda foi elle que serviu de guia ao bando de inimigos que assaltou a povoação de Porto-Calvo, defendida valentemente pelo denodado Rebellinho que repelliu os hollandezes, resultando da lucta o ferimento de Calabar e outros.

A expedição de quatro navios e um patacho, que sahiu do Recife em 7 de novembro desse anno, com destino a Mamanguape, onde queimaram uma caravela e tomaram um patacho carregado de assucar, ainda foi levada por Calabar que para o Recife voltou com a presa.

Na conquista da Parahyba não faltou o auxilio de Calabar, cujo instincto de destruição teve occasião de patentear-se mais uma vez no assalto e incendio da casa de José Lopes Brandão.

Quando foi preciso aos invasores assolar as Alagôas, em correrias e depredações pelas suas villas nascentes, por Gysseling e Lichthard, não foi dispensado o elemento do concurso malvado de Calabar.

Em 5 de janeiro de 1648, quando o poder dos invasores já era bem decadente, chegou a *Guarairas* o mestre de campo Henrique Dias, que havia partido do Arrayal em novembro do anno anterior, com a gente de seu terço e indios de Camarão, e atacou os hollandezes que alli estavam, durando a lucta até a noite, da qual escaparam com vida apenas cinco delles. Foram todos levados á ponta de espada, não sendo respeitados tambem o sexo e a edade. No dia 7 foi Henrique Dias a Cunhaú, e mandando conduzir toda a lenha que havia no engenho, para a fortificação alli existente, tocou-lhe fogo. Renderam-se os flamengos, cuja vida foi dessa vez poupada, sendo elles conduzidos pelos vencedores com os despojos encontrados no engenho.

Não ficaram contentes os portuguezes com essa vindicta, propria da guerra daquelle tempo, em que eram

Depois da rendição do Arrayal do Bom Jesus em 6 de julho de 1635 e da emigração dos pernambucanos em julho do mesmo anno, Calabar, que já era sargento-mór, conduziu para Porto Calvo cerca de duzentos e cincoenta homens para reforço da guarnição do logar de seu nascimento e que ia ser em breve o triste scenario de seu supplicio.

Por alli devia passar necessariamente Mathias de Albuquerque com os emigrantes que se dirigiam para Alagôas; do encontro de suas forças com as dos hollandezes, commandadas por Picard, resultou a derrota completa dos inimigos que deixaram no campo cem mortos e quarenta e seis prisioneiros: dos portuguezes morreram vinte e entre elles dom Gaspar de Walcacer, de quem já nos occupamos.

Os hollandezes que escaparam nessa occasião, recolheram-se ás casas que haviam fortificado na povoação, as quaes foram atacadas pelos portuguezes com tão grande violencia, que os sitiados, vendo-se ameaçados pelo incendio ateado por Mathias em pessoa e por seu irmão Duarte, entregaram-se em numero de quatrocentos e com elles Calabar, sob cujo resgate o nosso general não admittiu transacção e Picard não fez grande insistencia! Até aos ultimos momentos da vida, aos quaes assistiu Manoel Calado, autor do *Valeroso Lucideno*, mostrou grande coragem, resignação e arrependimento de sua vil traição que deu causa á perda de tantos patricios. Foi enforcado ás oito horas da noite de 22 de julho de 1635: a cabeça e quartos foram expostos na villa de Porto Calvo, recolhidos quatro dias depois, por Sigismundo van Schkoppe, e sepultados na egreja do logar, com honras devidas a seu posto de sargento-mór.

esquecidos todos os principios de humanidade. O sargento-mór Antonio Dias Cardoso partiu do Arraval em 16 de maio do mesmo anno com mais de tresentos homens, para Cunhaú onde os hollandezes se haviam estabelecido de novo, e chegando ao logar no dia 20, destruiu as lavouras e plantações de cannas, e lançou fogo em grande porção de páu-brazil que alli tinham os flamengos; regressou conduzindo comsigo os prisioneiros, entre os quaes escravos e mulheres e mais de tresentas cabeças de gado. Deixou no campo e nas cinzas, escreve frei Raphael, o mais horrivel pregão de nosso furor e seu castigo.



Occupando-nos de Itamaracá e da Parahyba demos breve noticia dos combates havidos no dia 12 a 14 de janeiro de 1640 entre a esquadra hispano-portugueza e a hollandeza; resta-nos, uma vez que fallamos do Rio Grande do Norte, declarar que as forças navaes das duas nações inimigas encontraram se pela quarta vez no dia 17 do mesmo mez, depois de dois dias de descanço devido á grande calmaria que não permittiu antes a sua approximação.

Esse encontro teve logar na altura do Rio Grande do Norte, e não nos sendo favoravel, o conde da Torre procurou refugiar-se além do cabo de S. Roque e tendo desembarcado em Touros mil e tresentos homens, fez dispersar a poderosa armada, em má hora confiada a sua direcção e que terminou de modo tão lamentavel. Os navios hollandezes, estando escassamente providos de viveres e conhecendo que os nossos não voltariam mais para o sul, deixaram de os perseguir e tendo feito aguada no Rio Grande, regressaram para o Recife.

As forças desembarcadas em Touros foram conduzidas por Luiz Barbalho pelos sertões até a Bahia, após uma viagem penosissima de quatrocentas leguas, através de um territorio occupado pelos crueis inimigos e pelos selvagens.

Essa travessia famosa é por nossos historiadores

comparada á retirada de Xenophonte com dez mil homens depois da celebre batalha de Cunaxa, 401 annos antes de J. C., entre as forças de Cyro e as de Artaxerxes.

As quatro batalhas navaes das duas armadas acham-se minuciosamente descriptas na curiosissima carta dirigida, em 2 de março daquelle anno, por Mauricio de Nassau, M. van Ceulen e Joan Gysseling, membros do conselho politico do Recife aos directores da companhia das Indias Occidentaes, e publicada ultimamente na *Revista Trimensal* do Instituto do Rio de Janeiro.

A carta a que nos referimos, sendo um dos documentos trazidos da Hollanda pelo illustrado doutor José Hygino, e pertencentes ao *Instituto Archeologico* de Pernambuco, sómente em sua Revista devia ter publicidade.

Pela leitura do importante relatorio hollandez, confirmamos o juizo de que nossa questão com os invasores foi gravemente prejudicada pela tibieza, sinão inepcia do conde da Torre, que á frente de uma armada tão respeitavel, bem podia ter feito em 1640 a restauração de nossa patria, livrando-nos do jugo pesadissimo que, por culpa sua, ainda tinha de perdurar quatorze annos.

Eis as proprias palavras de Nassau e de seus companheiros de governo:

« Não temos penetração para atinar com todas as sortes de meios de que o Senhor Deus se serviu para abater o orgulho hespanhol e a sua armada que suppunha levar tudo de vencida.

« Vemos primeiramente que Deus desvairou o rei e o seu conselho na escolha de um general que tivesse a capacidade necessaria para dirigir tão grande armada e executar tão grande obra, pois esse dom Fernando Mascarenhas, conde da Torre, não é homem muito pratico em cousas da guerra, e em materia de governo, encaminha tudo para o seu proveito particular, ao qual sacrifica o principal, nenhuma disciplina mantendo entre a sua gente e, antes, deixando-a commetter insolencias e cahir em dissolução; de sorte que na Bahia as mulheres honestas tiveram de abster-se de frequentar a egreja, onde costumavam ir de madrugada, porquanto

eram acommettidas em plena rua por esses fidalgos, arrebatando as donzellas dos braços de seus paes e as restituiam violadas e praticavam outras queijandas atrocidades sem maior castigo.

« Em segundo logar o Senhor nos favoreceu quando levou ao *Cabo-Verde* esse general sem ordem do rei, onde a armada foi tão violentamente tocada pela mão de Deus (como Senacherib pelo anjo) que mais de tres mil homens nella morreram, e dalli partira com um grande numero de doentes, muitos dos quaes falleceram durante a viagem para a Bahia, e, ahi sendo chegada, os hospitaes e os conventos encheram-se de enfermos.

« Desta arte Deus deu o terceiro signal de que nos queria amparar, apezar de nossa indignidade, mas por amor de seu nome que entre nós é invocado.

« Queremos dizer que com aquella mortandade, a armada hespanhola se considerou tão enfraquecida que, embora se tivesse apresentado deante do Recife, não ousou tentar desembarque em *Pão-Amarello*, segundo a ordem que trazia. O morticinio que Deus suscitou entre elles foi um meio que primeiramente serviu para enfraquecel-os, e depois para não darem cumprimento áquella ordem. . . . .

Si a armada hespanhola désse seguimento á referida ordem em 10 de janeiro de 1639, data em que se apresentou deante do Recife, por muito enfraquecido que o inimigo se achasse, *nós não tinhamos forças bastantes para impedir lhe o desembarque ou para resistir-lhe em parte alguma*; o demonstram razões de vossas senhorias bem conhecidas, que anteriormente tanto lamentámos e ainda devemos lamentar.

« Desde então decorreu um anno que se completou em janeiro ultimo, suscitando Deus ao inimigo diversos embaraços, em virtude dos quaes elle ficou detido por tanto tempo na Bahia, e tal é o quarto signal da protecção divina; e apparentemente o conde da Torre não teria pressa, sinão recebera noticia de que um outro Mascarenhas, conde de Castello-Melhor, vinha substituil-o e com maior graduação, isto é, na qualidade de vice-rei, sendo-lhe recommendado que no caso de encon-

trar o conde da Torre com a armada na Bahia, o prendesse e o enviasse preso para a Hespanha e seguisse com a armada.

« Retardando o hespanhol, *Deus nos deu tempo para fortalecermo-nos de gente*. E si esse tempo tivesse sido bem aproveitado, vossas senhorias nos poderiam prover de navios, aprestos e tropas e habilitar-nos a receber os hespanhoes de modo que poucos teriam voltado para Portugal e a tirar-lhes o gosto de equipar outra armada para cá etc. »

***

Expulsos os hollandezes em 1654, fez o rei, dom João IV, que já occupava o throno portuguez, depois da restauração do dominio hespanhol, doação, por um capricho inexplicavel, da cidade do Natal a Manoel Jordão que falleceu antes de tomar posse; pelo que a cidade reverteu á corôa.

Em 1687 foi creada a comarca do Rio Grande do Norte, sujeita até 1813 a jurisdicção do ouvidor da Parahyba. Em 1689 o rei dom Pedro II deu-lhe o titulo de condado, e, por capricho egual ao de seu antecessor, fez delle doação a Lopo Furtado de Mendonça, que pouco tempo gosou dessa generosidade; o territorio reverteu pela segunda vez ao dominio da corôa.

A comarca do Rio Grande do Norte, sujeita a Pernambuco desde 1813, foi separada em 1817 para ter governo independente, sendo José Ignacio Borges seu primeiro governador. Em 1820 Natal foi elevada á categoria de cidade e capital da provincia.

Nas revoluções de 1817 e 1824 o Rio Grande do Norte, do mesmo modo que a Parahyba e o Ceará, esteve intimamente ligado a Pernambuco.

O coronel de milicias André de Albuquerque Maranhão, senhor desse mesmo engenho *Cunhaú*, em que se deram as scenas tristissimas de que já fallámos, foi o escolhido pelo governo revolucionario do Recife em 1817, para fazer a propaganda das novas idéas no Rio Grande do Norte.

Seu primeiro acto foi prender no engenho *Belém*, por conselhos do vigario de sua freguezia, o governador José Ignacio Borges, que o tinha ido procurar para attrahil-o ao partido real, e entregal-o a José Peregrino, vindo da Parahyba em auxilio dos revolucionarios do Rio Grande, afim de o conduzir para Pernambuco, onde foi recolhido á fortaleza das Cinco Pontas.

André de Albuquerque, depois disto, partiu para a capital, onde organisou uma junta governativa reservando para si o commando das armas.

Apenas José Peregrino voltou á Parahyba, para onde o chamava o seu dever de patriota, o partido portuguez, dirigido por Antonio Germano que até então fazia parte do governo provisorio, iniciou no dia 28 de abril a reacção, assassinando covardemente o coronel André de Albuquerque, surprehendido ainda no leito, e mandando para o cemiterio o seu cadaver mutilado, envolvido em immunda esteira.

Os patriotas da serra do Martins procuraram substituir alli o governo da capital por um outro que servisse de centro aos revolucionarios da provincia; era, porém, chegada a occasião do desengano para aquelles que nutriam a generosa aspiração de melhorar a sorte da patria.

A acção de Rodrigo Lobo, o covarde traidor de Rossillon, escolhido para bloquear o Recife e suffocar a revolução, não podia deixar de pesar até aos confins das provincias sublevadas. Ao movimento nobre dos patriotas de 1817 succedeu tremenda reacção por parte de um governo crudelissimo.

Em 1824 os liberaes do Rio Grande do Norte acompanharam aos de Pernambuco na propaganda das idéas republicanas; suas camaras, com excepção da da capital, protestaram energicamente contra o acto violento de 12 de novembro pelo qual foi dissolvida a assembléa constituinte; e proclamada a republica do *Equador*, os liberaes rio-grandenses corresponderam-se com os do Ceará para que se realisasse o novo systema de governo adoptado no Recife no dia 24 de julho daquelle anno fatal.

E' bem conhecido o desenlace desse patriotico movimento.

Em 1694 tomou Bernardo Vieira de Mello posse do governo da capitania do Rio Grande do Norte, como seu vigesimo quinto governador na ordem chronologica. Sua administração de sete annos durou até 1701. (9)



Além das apprehensões communs ás provincias fla-

---

(9) Bernardo Vieira de Mello tornou-se celebre na historia de Pernambuco, por ser o primeiro que na America proclamou o systhema republicano, e deu causa a bem conhecida guerra dos mascates em 1710.

Nasceu no segundo meado do seculo XVII na freguezia de Muribeca; era filho do capitão do mesmo nome, fidalgo cavalheiro da casa real, e de sua mulher dona Maria Camello de Mello. Seguiu a carreira das armas e foi capitão de infantaria, tenente coronel de ordenanças e capitão-mor de Iguarassú em 1691 e do terço de Palmares em 1709.

Na administração do governador Caetano de Mello Castro foi nomeado em 1695 chefe de uma grande expedição contra os palmares, com um exercito de quatro mil e quinhentos homens, do qual faziam parte mil paulistas, vindos do centro da Bahia, como effeitos ás antigas *bandeiras* contra os indios e as forças que marcharam de Alagoas para o mesmo fim.

Os palmares constituiam um nucleo formidavel de escravos foragidos nas mattas proximas a Anadia nas Alagoas, desde 1630 no tempo dos hollandezes que não recommendaram seu governo, nem siquer pela protecção aos desgraçados escravos. Pelo contrario, fizeram do trafico infame um monopolio da companhia e mandavam perseguir os escravos fugidos, como se fossem feras bravias e por baixo preço os revendiam a seus antigos senhores, a cujos castigos crueis entregavam aquelles que tinham commettido o crime de procurar a liberdade!

Esse nucleo enorme de escravos que chegou a attingir ao elevado numero de vinte mil almas na opinião de Rocha Pitta, trinta mil na de Britto Freire, onze mil na de Barleus sendo o termo medio de quinze mil, segundo o calculo do conego Fernandes Pinheiro, ainda hoje mereceria nossas sympathias, si tivesse limitado seus esforços aos trabalhos agricolas que emprehenderam e ao cumprimento das leis que adoptaram e não houvesse maculado suas aspirações de liberdade com as mais

gelladas pelas seccas, em razão da tristissima recordação do que se havia passado nas seccas anteriores, existia no Rio Grande do Norte a seguinte tradição relativa á do anno de 1792, da qual nos dá noticia I. Joffely em sua obra já citada.

O vigario Joaquim José Pereira, natural dessa antiga provincia, foi testemunha occular do que escreveu na

revoltantes depredações, e violencias contra as pessôas, principalmente contra as mulheres que roubavam ás familias da visinhaça, como praticaram os romanos com as sabinas.

Zumbi e os chefes dos palmares, cercados em seus entrincheiramentos, atiraram-se corajosamente da colina, si é verdadeira a lenda, e na morte encontraram refugio contra a escravidão a que voltariam e a que de novo foram reduzidos os companheiros infelizes que se entregaram!

Em recompensa desse serviço foi Bernardo Vieira de Mello nomeado fidalgo cavalheiro da casa real, o que era então grande distincção e governador da capitania do Rio Grande do Norte, onde tornou seu nome recommendado, principalmente pela sujeição dos indios e fundação do presidio do Assú.

Em 1701, tendo voltado de seu governo, era elle commandante do terço de linha do Recife, quando chegou em 1707 o governador Sebastião de Castro e Caldas, que abertamente protegeu a pretenção que desde muitos annos alimentavam os negociantes do Recife de elevar essa povoação a categoria de villa, com opposição tenaz dos habitantes de Olinda, onde suppunham residir a nobreza de Pernambuco. Por esse motivo e pela perseguição que logo começou a desenvolver contra os naturaes do paiz, incorreu no odio destes que tentaram contra a sua vida, sendo-lhe disparados dois tiros na rua de Aguas Verdes; escapou da morte, temendo, porem, a reproducção do attentado por parte de seus adversarios, fugiu para a Bahia, de onde não voltou mais.

Não é admissivel que o movel da guerra de 1710 fosse a rivalidade, sem fundamento, dos nobres de Olinda com os plebeus do Recife; não só porque ha muito que dizer da pretensa fidalguia, como porque as duas classes não estavam tão separadas que dessem causa a uma lucta cruenta.

Tambem não se póde attribuir o movimento simplesmente ao desgosto dos moradores da cidade pela creação da nova villa, que afinal fazia parte da terra querida, por cujo amor tanto se distinguiram os pernambucanos em todos os tempos.

Não; o motivo era muito outro. Os habitantes de Olinda representavam o grande partido patriotico que já cogitava da separação de Pernambuco da metropole que lhes asphyxiava as nobres aspirações de liberdade.

memoria dirigida ao ministro dom Rodrigo de Souza Coutinho e publicada na *Revista* do Instituto.

Refere elle que, além da calamidade da secca que tudo devorou, appareceu nos sertões do *Apody* uma tal quantidade de morcegos (vampiros), que mesmo de dia atacavam as pessôas e animaes, que já inanidos pela

Os mascates do Recife eram portuguezes que, dispondo de grandes recursos pecuniarios e da autoridade absolucta dos governadores vindos de Portugal, oppunham-se, ja não diremos a autonomia dos pernambucanos, porém, até a que gosassem elles dos direitos de cidadãos de uma nação livre.

Bernardo Vieira de Mello a frente de seu terço, demoliu o pelourinho levantado no Recife pelos portuguezes, e marchou para Olinda, onde se achava reunida a camara com os homens principaes da terra, para deliberar sobre o modo de organisar-se o governo da capitania, na ausencia do governador que havia fugido para a Bahia.

Foi então que Bernardo Vieira de Mello deu o grito, que ficou perpetuado na historia, de republica *ad instar* da dos venezianos !

E porque preferiu Bernardo para sua patria a republica dos venezianos ?

Ainda quando fosse elle homem que, por sua instrucção superior : tivesse conhecimento da historia antiga, não poderia ter adoptado para modelo as republicas de Athenas, Sparta, Thebas e Roma primitiva, que não teriam razão de ser na epocha em que se deram os acontecimentos a que nos referimos.

Essa forma de governo ainda não existia no novo mundo. A dos Estados-Unidos foi proclamada em 1776 e nas outras nações americanas em datas muito posteriores.

A Suissa, hoje invejavel por suas instituições, puramente democraticas, era naquelle tempo convulsionada pelas questões religiosas e pela guerra civil.

Da Hollanda, de onde haviam partido os crueis invasores da nossa patria, nada nos podia merecer admiração ; e alem disto, apanagio, desde as mais remotas eras ate hoje, da familia Orange, a forma republicana era alli inteiramente nominal. O governo dos stathouders era puramente militar, absoluto ; e muitas vezes hereditario, como se pratica nas monarchias, cujo systema afinal rege os hollandezes actualmente. A republica neerlandeza incorreu sempre na censura dos verdadeiros republicanos.

Muito naturalmente as vistas de Bernardo Vieira de Mello volveram-se para Veneza, que então ainda enchia o mundo com a fama de sua antiga grandeza, pelo dominio quasi exclusivo dos mares, commercio magnifico, grande industria e artes ;

fome, não tinham mais força nem animo para afugental-os.

Nas estradas, pousadas e mesmo em casa, encontravam-se mortos homens, mulheres e crianças; os moribundos arrastavam-se exangues pela fome e pelos morcegos. Não era raro encontrar-se habitação, onde, a par de cadaveres em putrefacção, se achavam miseraveis

principalmente porque a sua forma de governo republicano aristocratico muito combinava com as falsas idéas de nobreza, de que se achavam imbuidos os fidalgos de Olinda.

Mal pensava o illustre pernambucano, que em breve começaria para a soberba Veneza a decadencia e despedaçamento de seu territorio e afinal a invasão dos francezes em 1797!

Depois de ser longamente discutida a proposta de Bernardo Vieira de Mello, tremeram os homens notaveis, que formavam aquella assembléa respeitavel, deante da responsabilidade que ia pesar sobre suas cabeças pela mudança de forma de governo e mandaram chamar o bispo dom Manoel Alvares da Costa a quem entregaram o governo da capitania.

O governo do bispo foi de simples transição e de tolerancia: porém como era mais inclinado ao partido de Olinda, os portuguezes do Recife amotinaram-se no dia 18 de junho de 1711: tentaram contra a existencia de Bernardo Vieira, que foi preso na cadeia e depois conduzido para a fortaleza das Cinco Pontas, de onde sómente foi retirado em outubro de 1711 por ordem do bispo.

Chegou a Pernambuco nesse mesmo mez de outubro de 1711 o novo governador Felix José Machado de Mendonça Eça Castro e Vasconcellos, cujo nome era tão grande quanto foi sua tyrannia, e de quem tivemos occasião de nos occupar, em sessão de 23 de maio de 1894, no senado deste estado. Foi tremenda a perseguição contra Bernardo Vieira, seu filho André, seu irmão Antonio Vieira de Mello, seus parentes e amigos, condemnados e proscriptos.

Os dois primeiros morreram abandonados na cadeia do Limoeiro em Lisboa, e os outros acabaram a vida desgraçadamente na India, sobrevivendo apenas Leonardo Bezerra Cavalcanti, que voltando com a alma ainda repassada de odio contra seus perseguidores, escrevia da Bahia aos parentes de Pernambuco, que não cortassem um só *quiri* das mattas, porque delles precisariam em tempo opportuno contra os *marinheiros*, como refere Abreu e Lima em sua Synopse.

O capitão-mór Antonio Vieira de Mello, de quem vimos de fazer menção, tomou parte activa na extinção dos palmares, na guerra dos mascates e na exterminação dos indios, arrancados a

prostados no chão ou no leito, cobertos de morcegos, que as victimas não podiam, siquer, enxotar!!...

A secca medonha de 1877 começou no Rio Grande do Norte, como no Ceará e na Parahyba; teve o mesmo desenvolvimento e terminou egualmente pela ruina de innumeras familias, pela morte de muitos d'aquella provincia do antigo imperio, victimas da fome, da peste e

ferro e a fogo de suas tabas, em nome da civilisação e da religião, mal comprehendidas.

Os indios eram á principio equiparados aos animaes bravios, contra cuja vida e liberdade era licito attentar impunemente. Foi necessario que o papa Paulo III em 9 de junho de 1536 os declarasse pertencentes ao genero humano, e que em sentido egual se pronunciassem Urbano VIII em 22 de abril de 1639 e Benedicto XIV em 10 de dezembro de 1743.

Para reduzil-os a escravidão é que se levantavam as celebres *bandeiras* impulsionadas pela protecção poderosa do governo. Dessa repugnante caçada de homens resultavam as levas de captivos que vinham ser distribuidos pelos moradores das cidades.

Apezar da intervenção benefica da egreja em favor dos pobres selvagens, o rei dom Sebastião declarava em 1557 perpetuamente escravos os cahetés e seus descendentes, sem excepção de sexo nem de edade, em razão da ferocidade com que ousavam defender a posse de seu paiz.

Quem não tem noticia da guerra cruel, movida, durante dous annos, contra os tamoyos que occupavam as capitanias dos Ilhéos e São Vicente, de cujo territorio tentaram desalojal-os? Somente em 1562 conseguiram Nobrega e Anchieta a pacificação que salvou os portuguezes de uma derrota certa e os valentes indios de exterminio que seria completa na occasião; e dizemos na occasião porque a lucta continuou pouco depois, quando foram elles poderosamente auxiliados pelos francezes, sempre cubiçosos de dominio.

Ha quem desconheça a historia dos tupinambás, que se extendiam por grande parte do nosso territorio e para escapar ao anniquilamento fugiram espavoridos para o Amazonas, guiados por Japiassu, cujo vulto gigantesco ainda hoje sobresahe na narração dos tristissimos acontecimentos daquellas epochas.

Depois da lei cruel de 1557 seguiu-se a de 20 de março de 1577, na qual se procurava fazer aos indios uma concessão, toda nominal, declarando-os livres, com excepção dos prisioneiros de guerra, como si em guerra não vivessem elles constantemente contra os usurpadores de suas terras. Essas recommendações foram debalde repetidas em muitos outros actos do governo da metropole.

Leia-se o que escreveu J. F. Lisboa, apezar de sua rece-

do assassinio; deu-se tambem o exodo deploravel de grande parte delles para terras estranhas, das quaes poucos voltaram ás suas antigas residencias, e tambem não faltaram exemplos de antropophagia!

Das scenas lutuctuosas d'aquelle tempo calamitoso, faz Rodolpho Theophilo, de quem nos occupamos no principio deste trabalho, descripção sombria, capaz de

nhecida ma vontade contra os aborigenes, na vida do padre Antonio Vieira e estremeçam os leitores ainda hoje pelo que alli se acha estampado com relação aos indios. Não cabe neste escripto, que vae se alongando demasiadamente, a reproducção das scenas dolorosissimas, de que nos da noticia a penna habil do illustrado maranhense e de que se occupam todos os historiadores coestadaneos.

Leia-se, egualmente, a introducção de Antonio Gonçalves Dias aos *Annaes Berredo*, e admire-se a delicadeza de sentimentos com que o grande poeta estuda os indios do Brasil, em sentido tão opposto ás apreciações exageradas de J. F. Lisboa.

Com a mesma elevação o nosso venerando presidente monsenhor Muniz Tavares em seus notaveis discursos nas sessões solemnes do *Instituto*, occupava-se dos indios lamentando a sorte cruel que lhes estava reservada e defendendo-os das calumnias de que foram elles victimas, para o que invocava o juizo insuspeito de Humboldt, e os exemplos que na historia deixaram *Tabira*, *Hagajase*, *Piragibe* e o famoso *Camarão* que teve a gloria de abater o grande orgulho de Artichofsky.

A opinião geralmente dictada pela insaciavel cubiça dos que vinham da Europa explorar as florestas virgens do novo mundo, era que os selvagens não passavam de meros instrumentos de riqueza, *gens ad servitutem nata*, e que deviam ser aproveitados com a mesma crueza, que suas terras uberrimas, suas matas frondosas e seus rios abundantes, resultando desse procedimento barbaro que sendo a America muito povoada em seu descobrimento, um seculo ainda não era passado e já metade dessa população havia desapparecido, não pelo ferro inimigo, escreve o venerando presidente do *Instituto*, em batalha campal, com armas eguaes: tantos milhões de homens foram sacrificados, por serem considerados *anima vilis in corpore vili*.

Não foi Christovão Colombo o primeiro que tentou contra a liberdade dos americanos, levando-os ao rei de Hespanha como objectos de grande curiosidade?

No Maranhão, como em todas as capitanias do Brasil, estava tão arraigada a idéa de que os indios eram muito justamente possuidos por seus moradores, que em 1684 foi uma das causas da revolução posta em campo por Bechman, a opposição que faziam os jesuitas ao captiveiro dos indios: isto quando a companhia do estanco á qual fora concedido o previlegio do commer-

commover os mais fortes espiritos, em sua ultima obra —*Os Brilhantes*—esplendidamente editada no Ceará em fins do anno de 1895, ultimamente passado.

Logo que perdeu-se na zona, propriamente do sertão, a lavoura e extinguiu-se, quasi completamente, a creação do gado; logo que consumiram-se os ultimos recursos de seus moradores, que apenas descortinaram ao redor de si, campinas queimadas pelo sol abrasador, e inteiramente seccos os logares occupados outr'ora pelas fontes e pelas torrentes, começou a população a procurar as serras, onde a caça que era abundante, tendia a desapparecer, devorada pelos retirantes.

Em falta de armas apropriadas, usavam os famintos de armadilhas aconselhadas pela experiencia e pela necessidade indeclinavel de alimentação, e dessas armadilhas foram muitas vezes victimas os incautos.

Muitos infelizes recolheram-se ás cavernas e grutas, como animaes bravios, segregados da sociedade, ali

cio tendo-se compromettido a importar em cada anno cem escravos da costa da Africa, ainda nem um só havia trazido d'alli!!..

Não é, portanto, de admirar que tambem em Pernambuco fosse um feito heroico, que assignalava a vida de um homem e o recommendava á munificencia regia a extincção de uma aldeia, como fez Antonio Vieira de Mello.

Ararobá ou Ororobá era uma aldeia occupada por indigenas descendentes dos xicurús e paratiós. No curso do seculo XVIII foi visitado pelos padres do Oratorio do Recife, que conseguiram converter grande numero de indios.

Em 1671 o coronel Bernardo Vieira de Mello (o velho) e outros agricultores obtiveram por sismaria a serra de Ararobá e o terreno immenso que lhe ficava adjacente, assim como as terras situadas nas margens do rio *Una* e a serra de Garanhuns.

Em 1698 o capitão mor Antonio Vieira de Mello, de quem tratamos recebendo por herança paterna as fazendas de Ararobá dedicou-se á sua colonisação e cultura : isto é, encarregou-se da extincção dos xicurús e paratiós. Estabeleceu-se no Japy que pertencia antigamente a Garanhuns e faz hoje parte do municipio de São Bento, e alli edificou a capella de Nossa Senhora do Rosario que ainda existe.

Antonio Vieira de Mello tomou parte com seu irmão Bernardo Vieira na extincção dos palmares que atacavam constantemente suas fazendas e na guerra dos mascates, como fica dito, sendo por esse ultimo feito, preso e encerrado nas prisões do Recife, até que para sua liberdade veiu de Lisbôa a ordem necessaria. Morreu em 1761 com a edade de noventa e cinco annos.

mentando-se com a carne das raposas e cassacos, e até dos lagartos e cobras!

A escassez da alimentação nas serras não fazia cessar a emigração dos que moravam nas planices; pelo contrario, a affluencia destes era tamanha, que até as travessias das serras e desfiladeiros estavam tomadas pelos famintos por tal forma, que era difficil e arriscada a passagem por esses logares.

Já era custoso apanhar um rato ou um lagarto. Não mais havia morcego nas cavernas, escreve o talentoso autor da obra citada, nem sapos nos antigos pantanos; tinham comido tudo e, consumidos os animaes, valeram se dos vegetaes. A onda dos esfaimados derramou-se pelas mattas, e sem precaução foram comendo o que encontravam. Com o alimento ingeriam o veneno que lhes roubava a saude e a vida.

O chique-chique, a macambira, a maniçobinha e o páu de mocó haviam desapparecido de todo; da mucunã, de que era grande a copia, começaram os famintos a fazer uso quasi exclusivo; não se demoraram, porém, os effeitos toxicos da planta.

A anasarca desenvolvia-se, continúa o illustre cearense, como producto morbido que era, das desordens profundas do organismo.

Os olhos escavados tinham uma expressão exquisita e accentuada pela dilatação da pupilla, que occupava quasi o espaço do iris e, embaçada de todo, imagem alguma reflectia mais. A doença mais bestialisava aquella infeliz gente. Tinham perdido a energia e a actividade. Não se trepavam mais nos penhascos e nem se atreviam a descer os despenhadeiros. Os musculos perros e morosos se cançavam com o menor exforço; qualquer movimento os abatia. Em uma acidia profunda do corpo e d'alma, n'uma vegetação completa viviam sem o conforto de uma consolação, e ainda mais sem o direito de uma esperança.

A assistencia publica liberalisada pelo governo, não produzia os resultados desejados, como nas demais provincias; a distribuição dos soccorros fazia-se no Rio

Grande do Norte sem methodo, sem egualdade e repetidas vezes com a mais revoltante injustiça.

Os generos remettidos para o interior eram tomados nas estradas por bandidos que abusavam da força, ou pelos proprios retirantes, cujo numero enorme suppria a falta de vigor que lhes haviam subtrahido a fome e a doença. E era tal a soffreguidão com que se atiravam aos alimentos, o phrenesi da fome que lhes corroia as entranhas, que depois de disputarem, com as mãos e com os dentes, a presa cubiçada, e de se atassalharem como cães hydrophobos, desapiedadamente esquecidos até os laços sagrados do mais intimo parentesco, fartavam-se tão brutalmente, que muitos eram victimas de sua incontinencia e ficavam mortos procurando a vida!

Rodolpho Theophilo descreve com a vivacidade propria de seu estylo, uma dessas scenas horripilantes de 1879 com relação a um dos roubos de generos remettidos pelo governo para os desvalidos do interior:

« A massa compacta, que parecia um só corpo, foi pouco a pouco se distendendo. A figura alterou-se; tomava as formas de um grande polvo. Innumeros tentaculos moviam-se procurando a orla da floresta.

« Aquelles compridos appendices eram formados por famintos, que tendo saciado a fome, fugiam para os covis arrastando saccos de viveres. Os que apenas tinham forças para carregar a ossada e as pelangas, depois de cheio o estomago de farinha e de carne secca crua, não podiam nem comsigo e entorpecidos como giboia ficavam na mais estupida quietação. Esses formavam o corpo do molusco. Os tentaculos se reproduziam e entravam de matta a dentro se estirando até nos mais empinados alcantis. Era uma lucta desesperada aquella; magrissimas creaturas com a carga muito superior ás forças, cahindo aqui e acolá e sempre no proposito firme de levar o fardo ao covil. A procissão de carregadores era como o assalto das formigas aos celleiros; sendo maior a ambição que a força, põem ás costas mais carga do que podem e vão aos trambolhões até o formigueiro. »

A peste não deixou de concorrer com todo seu cor-

tejo de dores e desolações; e foi do Rio Grande do Norte que se transmittiu para o Ceará a peste terrivel da variola que alli produziu a destruição espantosa a que já tivemos occasião de nos referir.

Como na Parahyba e no Ceará, cresceram do modo mais formidavel, no centro do Rio Grande, os bandos de criminosos que praticavam em grande escala o roubo, o assassinato, o estupro e todas as violencias de que eram capazes entes que mais se approximavam das feras selvagens do que do genero humano!

Os infelizes que puderam escapar do meio dessas calamidades e os que com os seus cadaveres não juncaram as estradas publicas, emigraram para Pernambuco e para outras provincias, onde a secca não se havia manifestado com todos seus horrores. Sentimos não possuir uma estatistica, semelhante a do Ceará, pela qual pudessemos patentear o numero das victimas que perderam a vida no solo da patria e dos que indo longe della procurar a salvação morreram com as vistas voltadas para a terra de seu nascimento, a qual bem poucos retirantes tiveram a satisfação de tornar a vêr!

Nem ao menos podemos saber quanto despendeu o Estado com o Rio Grande do Norte na secca de 1877.

Continúa.

A. A. de Luna Freire.



Dr. Cicero Odon Peregrino da Silva

Sentimos dor profunda tendo de encerrar o presente numero da *Revista* com a tristissima noticia do passamento do nosso muito presado consocio doutor Cicero Odon Peregrino da Silva, primeiro vice-presidente do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano e nosso illustrado companheiro de redacção.

Quando parecia ter deante de si ainda longos annos de preciosa existencia, foi arrebatado aos estremecimentos da virtuosa familia, deixando vacuo immenso no magisterio de que era um dos mais dignos ornamentos, falta difficil de preencher-se no mundo litterario em que occupava posição distincta por seus variados conhecimentos, e no Instituto, a cuja vida está ligado seu nome honroso, a mais pungente saudade.

Em tempo opportuno será prestada á sua memoria veneranda a homenagem que lhe é devida por esta associação que elle tanto amou.

Por ora nos limitamos ás seguintes informações.

O doutor Cicero Odon Peregrino da Silva era filho de Manoel Peregrino da Silva e sua mulher dona Josepha Martins Pereira Peregrino da Silva.

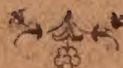
Nasceu a 15 de junho de 1838 na freguezia da Boa Vista desta capital.

Em novembro de 1859 recebeu o grau de bacharel em sciencias juridicas e sociaes pela faculdade do Recife.

Casou-se em 8 de dezembro de 1863 com dona Maria da Conceição de Souza Leão.

Foi deputado provincial em diversas legislaturas. Em fins de 1877 começou seu magisterio no Gymnasio Pernambucano do qual foi vice-reitor, quando foi convertido em Instituto Benjamin Constant e depois director por occasião de sua reorganisação. Quando falleceu exercia o cargo de director da Escola Normal.

Entre outras producções de sua penna habil nota-se a grammatica franceza pelo systema de Ollendorf.



INDICE

Pags.

Donatarios de Pernambuco 3
Discurso do major José Domingues Codeceira sobre o dia 2 de julho. 29
Colonia Soccorro 53
Dr. Cicero Odon Peregrino da Silva 129



ERRATA

Pag.	*Linhas*	*Erros*	*Emendas*
12	2	1554	1534
16	12	1550	1560
«	37	1567	1576
24	4	por de seu tio	por morte de seu tio
»	33	morreu	nasceu
25	29	Requereu	Recorreu
27	11	1634	1534
31	34	cousa	causa
39	10	um	uma
42	5	datada	datado
«	10	assignada	assignado
47	14	ingradão	ingratidão
«	31	Cabral que alías nos tem	Cabral tenha
69	12	expeculações	especulações
71	34	conversação	conversão
78	36	Felippe Ca	Felippe Cavalcanti
85	25	1667	1647
95	27	costas	costa
101	26	nano	anno

